

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	22
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	145
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.087.050.297
Preferenciais	265.583.803
Total	1.352.634.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	112.251.850	95.163.195
1.01	Ativo Circulante	16.508.377	14.359.157
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.349.695	1.339.152
1.01.01.01	Caixa	664.339	691.719
1.01.01.02	Caixa Restrito	1.685.356	647.433
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.083.644	3.454.526
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.083.644	3.454.526
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.083.644	3.454.526
1.01.03	Contas a Receber	410.445	379.214
1.01.03.01	Clientes	410.445	379.214
1.01.04	Estoques	263	360
1.01.04.01	Almoxarifado	263	360
1.01.06	Tributos a Recuperar	296.856	373.962
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	296.856	373.962
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.367.474	8.811.943
1.01.08.03	Outros	9.367.474	8.811.943
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	7.371.054	6.820.948
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível	196.308	195.966
1.01.08.03.03	Remuneração de participações societárias	359.977	255.468
1.01.08.03.04	Impostos e Contribuições sociais	873.323	928.743
1.01.08.03.05	Ativo financeiro-Concessão de serviço Público	0	371.007
1.01.08.03.07	Diversos	566.812	239.811
1.02	Ativo Não Circulante	95.743.473	80.804.038
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.433.277	39.842.705
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	198.648	191.763
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	198.648	191.763
1.02.01.03	Contas a Receber	100.912	125.383
1.02.01.03.01	Clientes	100.912	125.383
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.645.382	1.645.382
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.645.382	1.645.382
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.488.335	37.880.177
1.02.01.09.03	Ativo financeiro-Concessões de serviço público	2.856.153	3.078.559
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	26.304.890	30.277.797
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos vinculados	2.754.968	2.204.685
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	10.774	13.331
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	514.783	189.493
1.02.01.09.08	Diversos	2.046.767	2.116.312
1.02.02	Investimentos	59.114.533	40.813.087
1.02.02.01	Participações Societárias	59.114.533	40.813.087
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.374.601	3.031.057
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	52.952.941	35.400.349
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.696.404	1.363.538
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.090.587	1.018.143
1.02.03	Imobilizado	195.663	148.246
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	195.663	148.246

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	112.251.850	95.163.195
2.01	Passivo Circulante	8.167.416	5.688.269
2.01.02	Fornecedores	422.678	416.126
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	422.678	416.126
2.01.03	Obrigações Fiscais	173.183	280.637
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	173.183	280.637
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	173.183	280.637
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.101.262	2.572.745
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.101.262	2.572.745
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.098.703	1.404.496
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.002.559	1.168.249
2.01.05	Outras Obrigações	3.590.614	1.463.191
2.01.05.02	Outros	3.590.614	1.463.191
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	39.388	42.478
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	49.910	57.630
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	608.338	593.404
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	803.813	299.632
2.01.05.02.08	Benefício Pós- emprego	12.098	22.557
2.01.05.02.09	Passivo financeiro	1.412.915	0
2.01.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social	402.132	196.000
2.01.05.02.12	Obrigações estimadas	122.021	109.497
2.01.05.02.13	Diversos	120.995	123.133
2.01.05.02.14	Instrumentos financeiros derivativos	19.004	18.860
2.01.06	Provisões	595.286	543.345
2.01.06.02	Outras Provisões	595.286	543.345
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	595.286	543.345
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	284.393	412.225
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	284.393	412.225
2.01.07.01.01	Passivos associados a ativos mantidos para venda	284.393	412.225
2.02	Passivo Não Circulante	53.145.027	47.382.912
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	23.400.044	27.463.707
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	23.400.044	27.463.707
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.444.391	13.835.354
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	10.955.653	13.628.353
2.02.02	Outras Obrigações	3.330.532	2.308.227
2.02.02.02	Outros	3.330.532	2.308.227
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.264.979	219.294
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	465.295	466.005
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível - CCC	478.919	452.948
2.02.02.02.06	Benefício Pós-Emprego	230.885	252.966
2.02.02.02.10	Diversos	890.454	917.014
2.02.03	Tributos Diferidos	361.985	915.280
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	361.985	915.280
2.02.03.01.01	Tributos a recolher	20.874	181.991

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.03.01.02	Imposto de renda e Contribuição Social	341.111	733.289
2.02.04	Provisões	26.052.466	16.695.698
2.02.04.02	Outras Provisões	26.052.466	16.695.698
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	11.888.639	8.901.900
2.02.04.02.05	Provisões para passivo a descoberto em controladas	14.163.827	7.793.798
2.03	Patrimônio Líquido	50.939.407	42.092.014
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	13.867.170	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.07	Doações e subvenções	7.077.355	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas de capital	3.405.505	3.405.505
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.832.474	-12.181.172
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	35.301	39.452
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.100.869	-3.119.939
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-3.222.242	-3.113.481
2.03.08.02	Valores reconhecidos em ORA classificados como mantidos para venda	121.373	-6.458

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	792.667	1.632.637	814.781	1.618.362
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-891.843	-1.802.455	-701.757	-1.394.881
3.02.01	Energia comprada para revenda	-891.843	-1.802.455	-701.757	-1.394.881
3.03	Resultado Bruto	-99.176	-169.818	113.024	223.481
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	13.034.702	9.310.303	-1.882.527	-1.796.995
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.353.733	-8.939.625	-1.535.279	-2.421.674
3.04.02.01	Pessoal, material e serviço	-237.626	-403.451	-115.913	-236.040
3.04.02.07	Depreciação	-1.264	-2.572	-1.396	-2.646
3.04.02.09	Provisões operacionais	-3.998.653	-8.326.133	-1.179.400	-1.733.370
3.04.02.11	Doações e contribuições	-33.467	-86.361	-32.186	-81.598
3.04.02.13	Outras	-82.723	-121.108	-206.384	-368.020
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.388.435	18.249.928	-347.248	624.679
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.935.526	9.140.485	-1.769.503	-1.573.514
3.06	Resultado Financeiro	-179.380	-331.213	435.858	1.678.451
3.06.01	Receitas Financeiras	3.474.324	7.125.093	4.875.312	6.762.309
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.653.704	-7.456.306	-4.439.454	-5.083.858
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.756.146	8.809.272	-1.333.645	104.937
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.336	14.678	-24.465	-207.800
3.08.01	Corrente	-183.937	-402.132	49.514	-133.821
3.08.02	Diferido	149.601	416.810	-73.979	-73.979
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.721.810	8.823.950	-1.358.110	-102.863
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.721.810	8.823.950	-1.358.110	-102.863
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	9,40521	6,52353	-1,00405	-0,7605
3.99.01.02	PNA	9,40521	6,52353	-1,00405	-0,7605
3.99.01.03	PNB	9,40521	6,52353	-1,00405	-0,7605

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	12.721.810	8.823.950	-1.358.110	-102.863
4.02	Outros Resultados Abrangentes	69.214	19.071	-33.492	24
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	-17.453	-34.750	-5.270	27.370
4.02.03	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	2.944	-1.275	5.025	-4.017
4.02.05	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	8.131	72.444	-992	-8.257
4.02.06	IR/ CSSL diferidos	-2.765	-24.631	337	2.807
4.02.07	Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de contr compartilhado	78.357	7.283	-32.592	-17.879
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.791.024	8.843.021	-1.391.602	-102.839

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-853.790	-2.172.047
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-387.537	279.056
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	8.809.272	104.937
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.572	2.646
6.01.01.03	Variação monetária/cambial	1.156.600	-781.914
6.01.01.04	Encargos financeiros	-655.742	-408.865
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-18.249.928	-624.679
6.01.01.08	Provisões Contingências	1.901.393	597.097
6.01.01.09	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.515	7.796
6.01.01.10	Ajuste a valor presente	-9.045	-10.233
6.01.01.11	Encargos de reserva global de reversão	107.529	132.398
6.01.01.12	Encargos sobre recursos de acionistas	45.685	13.065
6.01.01.14	Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos.	-926	0
6.01.01.15	Provisão para perda com Investimentos	0	47.689
6.01.01.16	Provisão para passivo a descoberto	6.379.036	1.253.239
6.01.01.18	Outras	117.502	-54.120
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-40.992	-1.676.703
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	-629.118	-2.278.559
6.01.02.08	Ativo financeiro de contratos de concessão	593.413	225.095
6.01.02.11	Fornecedores	4.234	18.677
6.01.02.13	Almoxarifado	97	179
6.01.02.17	Obrigações estimadas	12.524	12.599
6.01.02.19	Outros ativos e passivos operacionais	-22.142	345.306
6.01.03	Outros	-425.261	-774.400
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-1.021.311	-817.798
6.01.03.02	Pagamento de encargos da Reserva Global de Reversão	-75.176	-370.532
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	954.757	991.993
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-171.160	-142.294
6.01.03.05	Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	81.258	50.835
6.01.03.06	Pagamento de previdência complementar	-24.259	-6.104
6.01.03.07	Pagamento de contingências judiciais	-100.475	-433.931
6.01.03.08	Depósitos judiciais	-68.895	-46.569
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	915.266	1.261.560
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-296.813	-380.323
6.02.02	Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos	1.948.310	1.839.192
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-49.053	-12.606
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-445.354	-184.703
6.02.08	Concessão de Adiantamento para futuro aumento de capital	-241.824	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-88.856	1.084.627
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	169.670	2.179.372
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-1.257.401	-1.075.112
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-1.125	-19.633

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.03.06	Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	1.000.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.380	174.140
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	691.719	88.194
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	664.339	262.334

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	39.452	-12.181.172	-3.119.939	42.092.014
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	39.452	-12.181.172	-3.119.939	42.092.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-4.151	8.830.520	19.070	8.845.439
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.823.950	0	8.823.950
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-4.151	6.570	19.070	21.489
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.275	-1.275
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-34.750	-34.750
5.05.02.06	IR/CS diferido s/Result. Abrangentes	0	0	0	0	-24.632	-24.632
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-4.151	4.151	0	0
5.05.02.10	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	72.444	72.444
5.05.02.12	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	2.419	7.283	9.702
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-12.181.172	0	12.183.126	0	1.954
5.06.05	Absorção de prejuízo	0	-12.181.172	0	12.181.172	0	0
5.06.06	Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	0	0	0	1.954	0	1.954
5.07	Saldos Finais	31.305.331	13.867.170	35.301	8.832.474	-3.100.869	50.939.407

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	2.301.986	0	-3.116.108	56.539.551
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	2.301.986	0	-3.116.108	56.539.551
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.022	19.375	0	-6.647
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	-26.022	0	0	-26.022
5.04.09	Remuneração aos Acionistas não Reclamado-Precrito	0	0	0	19.375	0	19.375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.726	-96.722	24	-100.424
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-102.863	0	-102.863
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-3.726	6.141	24	2.439
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.017	-4.017
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	27.370	27.370
5.05.02.06	IR/CS diferido s/Result. Abrangentes	0	0	0	0	2.807	2.807
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-3.726	3.726	0	0
5.05.02.10	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-8.257	-8.257
5.05.02.12	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	2.415	-17.879	-15.464
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	2.272.238	-77.347	-3.116.084	56.432.480

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	1.696.351	1.452.760
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.696.351	1.452.760
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.438.470	-3.547.193
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-309.882	-418.942
7.02.04	Outros	-10.128.588	-3.128.251
7.02.04.01	Energia comprada para revenda	-1.802.455	-1.394.881
7.02.04.02	Provisões Operacionais	-8.326.133	-1.733.370
7.03	Valor Adicionado Bruto	-8.742.119	-2.094.433
7.04	Retenções	-2.572	-2.646
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.572	-2.646
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-8.744.691	-2.097.079
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.375.021	7.386.988
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.249.928	624.679
7.06.02	Receitas Financeiras	7.125.093	6.762.309
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.630.330	5.289.909
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.630.330	5.289.909
7.08.01	Pessoal	214.677	185.118
7.08.01.01	Remuneração Direta	199.535	169.292
7.08.01.04	Outros	15.142	15.826
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	15.142	15.826
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	49.036	42.198
7.08.02.01	Federais	49.036	42.198
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.542.667	5.165.456
7.08.03.01	Juros	7.456.306	5.083.858
7.08.03.03	Outras	86.361	81.598
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	86.361	81.598
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.823.950	-102.863
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.823.950	-102.863

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	173.048.005	149.645.408
1.01	Ativo Circulante	27.273.549	29.437.396
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.716.600	2.041.406
1.01.01.01	Caixa	1.031.244	1.393.973
1.01.01.02	Caixa restrito	1.685.356	647.433
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.239.175	6.842.774
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	6.239.175	6.842.774
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	6.239.175	6.842.774
1.01.03	Contas a Receber	4.443.974	4.137.501
1.01.03.01	Clientes	4.443.974	4.137.501
1.01.04	Estoques	996.749	1.034.122
1.01.04.01	Almoxarifado	594.296	631.669
1.01.04.02	Estoque	402.453	402.453
1.01.06	Tributos a Recuperar	643.438	716.651
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	643.438	716.651
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.233.613	14.664.942
1.01.08.03	Outros	12.233.613	14.664.942
1.01.08.03.01	Financiamentos e empréstimos	2.847.096	3.187.226
1.01.08.03.02	Conta de consumo de combustível - CCC	196.308	195.966
1.01.08.03.03	Remuneração de participações societárias	271.618	309.360
1.01.08.03.04	Direito de Ressarcimento	1.405.719	2.265.242
1.01.08.03.05	Impostos e Contribuições Sociais	1.172.481	1.475.598
1.01.08.03.07	Ativo financeiro - Concessão de Serviços Públicos	0	965.212
1.01.08.03.08	Instrumentos financeiros	72.602	21.307
1.01.08.03.09	Risco Hidrológico	159.114	195.830
1.01.08.03.10	Ativos mantidos para venda	4.333.424	4.623.785
1.01.08.03.11	Diversos	1.775.251	1.425.416
1.02	Ativo Não Circulante	145.774.456	120.208.012
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	93.033.264	67.771.686
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	200.547	194.990
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	200.547	194.990
1.02.01.03	Contas a Receber	1.885.921	1.833.457
1.02.01.03.01	Clientes	1.885.921	1.833.457
1.02.01.04	Estoques	736.121	578.425
1.02.01.04.02	Estoque de Combustível Nuclear	736.121	578.425
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.673.221	5.690.777
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.739.311	2.623.186
1.02.01.06.02	Imposto de renda e contribuição social	1.933.910	3.067.591
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	85.537.454	59.474.037
1.02.01.09.03	Ativo financeiro - Concessão de Serviço Público	55.197.177	28.416.433
1.02.01.09.04	Financiamentos e empréstimos	11.051.956	14.400.394
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	6.035.411	5.079.707
1.02.01.09.06	Conta de consumo de combustível	10.774	13.331
1.02.01.09.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.501.010	1.215.532
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	68.936	25.004

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1.02.01.09.09	Direito de Ressarcimento	10.314.852	8.238.140
1.02.01.09.12	Risco Hidrológico	511.824	598.161
1.02.01.09.13	Diversos	845.514	1.487.335
1.02.02	Investimentos	24.210.728	21.954.530
1.02.02.01	Participações Societárias	24.210.728	21.954.530
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	22.945.517	20.777.270
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.265.211	1.177.260
1.02.03	Imobilizado	27.616.493	29.546.645
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.718.807	26.219.627
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	897.686	3.327.018
1.02.04	Intangível	913.971	935.151
1.02.04.01	Intangíveis	913.971	935.151
1.02.04.01.02	Outros	913.971	935.151

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	173.048.005	149.645.408
2.01	Passivo Circulante	31.264.357	28.099.643
2.01.02	Fornecedores	11.707.981	10.128.507
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.580.157	9.896.869
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	127.824	231.638
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.136.422	2.137.922
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.136.422	2.137.922
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.458.823	1.556.578
2.01.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	677.599	581.344
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.186.235	4.714.646
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.036.671	4.224.448
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.009.595	3.026.467
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.027.076	1.197.981
2.01.04.02	Debêntures	13.650	357.226
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	135.914	132.972
2.01.05	Outras Obrigações	6.524.715	4.952.834
2.01.05.02	Outros	6.524.715	4.952.834
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	40.487	84.076
2.01.05.02.04	Empréstimo compulsório	49.910	57.630
2.01.05.02.05	Adiantamento de clientes	668.842	648.236
2.01.05.02.07	Obrigações de ressarcimento	1.078.413	396.208
2.01.05.02.08	Previdência complementar	100.763	114.861
2.01.05.02.09	Encargos Setoriais	702.094	695.400
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	19.117	20.608
2.01.05.02.12	Passivo financeiro	747.446	0
2.01.05.02.14	Obrigações estimadas	1.081.566	1.018.788
2.01.05.02.15	Diversos	2.036.077	1.917.027
2.01.06	Provisões	675.350	590.725
2.01.06.02	Outras Provisões	675.350	590.725
2.01.06.02.04	Provisões para contingências	675.350	590.725
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	5.033.654	5.575.009
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	5.033.654	5.575.009
2.01.07.01.01	Passivos associados a ativos mantidos para venda	5.033.654	5.575.009
2.02	Passivo Não Circulante	91.003.251	79.806.543
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	41.291.126	43.498.243
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	40.026.559	42.173.812
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	28.707.298	28.088.446
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	11.319.261	14.085.366
2.02.01.02	Debêntures	188.581	205.248
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.075.986	1.119.183
2.02.02	Outras Obrigações	23.536.471	20.590.159
2.02.02.02	Outros	23.536.471	20.590.159
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.264.979	219.294
2.02.02.02.03	Empréstimo compulsório	465.295	466.005

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.02.02.05	Conta de consumo de combustível - CCC	478.919	452.948
2.02.02.02.06	Benefício Pós Emprego	1.953.421	1.858.824
2.02.02.02.07	Adiantamento de clientes	623.456	659.082
2.02.02.02.08	Concessões a pagar - Uso do Bem Público	61.257	59.644
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	53.743	78.521
2.02.02.02.11	Fornecedor	9.624.153	9.449.421
2.02.02.02.12	Obrigações de ressarcimento	2.567.527	2.483.378
2.02.02.02.13	Encargos Setoriais	529.453	462.195
2.02.02.02.14	Contratos onerosos	3.010.303	1.489.292
2.02.02.02.15	Obrigações para desmobilização de ativos	1.242.516	1.201.186
2.02.02.02.17	Outros	1.661.449	1.710.369
2.02.03	Tributos Diferidos	9.238.777	1.904.105
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.238.777	1.904.105
2.02.03.01.01	Tributos a recolher	981.107	900.309
2.02.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social	8.257.670	1.003.796
2.02.04	Provisões	16.936.877	13.814.036
2.02.04.02	Outras Provisões	16.936.877	13.814.036
2.02.04.02.04	Provisões contingências	16.675.740	13.556.129
2.02.04.02.06	Provisões para passivos a descoberto em controladas	261.137	257.907
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	50.780.397	41.739.222
2.03.01	Capital Social Realizado	31.305.331	31.305.331
2.03.02	Reservas de Capital	13.867.170	26.048.342
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.384.310	3.384.310
2.03.02.07	Doações e subvenções	7.077.355	19.258.527
2.03.02.08	Outras reservas	3.405.505	3.405.505
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.832.474	-12.181.172
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	35.301	39.452
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.100.869	-3.119.939
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-3.222.242	-3.113.481
2.03.08.02	Valores Reconhecidos em ORA Classificados como Mantidos para Venda	121.373	-6.458
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-159.010	-352.792

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	33.085.309	39.846.679	8.226.861	16.825.743
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.387.233	-6.832.060	-4.976.097	-9.224.607
3.03	Resultado Bruto	29.698.076	33.014.619	3.250.764	7.601.136
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.764.312	-12.556.522	-4.177.839	-7.610.236
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.140.526	-13.114.824	-4.172.453	-7.645.798
3.04.02.01	Pessoal, Material e Serviço	-2.233.714	-4.221.673	-2.072.884	-4.077.312
3.04.02.06	Remuneração e ressarcimento	-94.903	-192.370	-106.115	-206.189
3.04.02.08	Depreciação e amortização	-450.760	-885.518	-462.547	-925.625
3.04.02.09	Provisões operacionais	-3.574.248	-6.587.269	-901.009	-1.228.444
3.04.02.10	Doações e contribuições	-46.144	-115.839	-40.338	-102.775
3.04.02.13	Outras	-740.757	-1.112.155	-589.560	-1.105.453
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	376.214	558.302	-5.386	35.562
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.933.764	20.458.097	-927.075	-9.100
3.06	Resultado Financeiro	-1.231.840	-2.577.004	-263.683	329.736
3.06.01	Receitas Financeiras	3.954.827	7.824.610	2.302.981	8.282.709
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.186.667	-10.401.614	-2.566.664	-7.952.973
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.701.924	17.881.093	-1.190.758	320.636
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.911.279	-8.984.916	-213.288	-611.071
3.08.01	Corrente	-381.406	-607.634	-230.874	-492.159
3.08.02	Diferido	-8.529.873	-8.377.282	17.586	-118.912
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.790.645	8.896.177	-1.404.046	-290.435
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	12.790.645	8.896.177	-1.404.046	-290.435
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12.721.810	8.823.950	-1.358.110	-102.863
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	68.835	72.227	-45.936	-187.572
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	9,40521	6,52353	-1,00405	-0,07605

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.01.02	PNA	9,40521	6,52353	-1,00405	-0,07605
3.99.01.03	PNB	9,40521	6,52353	-1,00405	-0,07605

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	12.790.645	8.896.177	-1.404.046	-290.435
4.02	Outros Resultados Abrangentes	66.427	17.463	-40.635	-6.324
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão	109.513	-2.152	-11.892	51.761
4.02.03	Ajuste de ganho e perdas atuariais	0	0	-71.866	-134.011
4.02.05	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	8.131	72.444	17.723	24.956
4.02.06	IR/ CSSL diferidos	-2.765	-24.631	-6.026	-8.485
4.02.07	Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de contr compartilhado	-62.404	-58.623	20.038	52.180
4.02.08	IR/ CSSL diferidos	3.743	10.778	6.363	11.292
4.02.09	Ajuste de hedge de fluxo de caixa	10.209	19.647	5.025	-4.017
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	12.857.072	8.913.640	-1.444.681	-296.759
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	12.791.024	8.843.021	-1.391.602	-102.839
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	66.048	70.619	-53.079	-193.920

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.962.032	1.877.307
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	780.954	1.942.826
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSSL	17.881.092	320.636
6.01.01.02	Depreciação e amortização	885.518	925.625
6.01.01.03	Variação monetária/cambial líquidas	951.021	-815.509
6.01.01.04	Encargos financeiros	954.493	199.355
6.01.01.06	Receita de ativo financeiro	-26.170.366	-408.828
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-558.302	-35.562
6.01.01.08	Provisões para contingências	2.352.601	1.131.943
6.01.01.09	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	2.348.010	-68.512
6.01.01.10	Ajuste a valor presente	11.705	32.250
6.01.01.11	Encargos de Reserva Global de Reversão	107.529	132.398
6.01.01.12	Encargos sobre recursos de acionistas	53.328	18.999
6.01.01.13	Provisão (reversão) para contrato oneroso	1.521.011	-155.399
6.01.01.15	Provisão (reversão) para perda com Investimentos	60	47.689
6.01.01.16	Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	168.257	260.297
6.01.01.18	Participação minoritária no resultado	-109.435	284.200
6.01.01.19	Instrumentos financeiros- derivativos	-121.641	84.290
6.01.01.20	Diversos	506.073	-11.046
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.648.361	-447.450
6.01.02.02	Contas a receber	-656.302	-276.800
6.01.02.03	Títulos e valores mobiliários	604.927	-3.054.562
6.01.02.05	Estoque de combustível nuclear	-157.696	46.602
6.01.02.06	Direito de ressarcimento	-1.217.189	-1.009.007
6.01.02.07	Risco Hidrológico	123.053	0
6.01.02.08	Ativo financeiro - concessões de serviço público	593.413	225.095
6.01.02.11	Fornecedores	2.175.619	2.524.499
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	274.171	-27.995
6.01.02.13	Almoxarifado	242.963	-117.088
6.01.02.15	Encargos Setoriais	73.952	228.700
6.01.02.16	Arrendamento mercantil	-40.255	-36.287
6.01.02.17	Obrigações estimadas	62.778	-118.210
6.01.02.18	Obrigações de ressarcimento	262.174	108.385
6.01.02.19	Outros Ativos e Passivos Operacionais	306.753	1.059.218
6.01.03	Outros	-1.467.283	381.931
6.01.03.01	Pagamento de encargos financeiros	-1.405.165	-1.464.889
6.01.03.02	Pagamento encargos da Reserva Global de Reversão	-75.176	-370.532
6.01.03.03	Recebimento de encargos financeiros	387.927	583.262
6.01.03.04	Pagamento de IR e CSSL	-516.251	-418.357
6.01.03.05	Depósitos judiciais	-471.190	-118.481
6.01.03.06	Recebimento de receita anual permitida	548.746	482.462
6.01.03.07	Recebimento de remuneração de investimentos em part. societárias	263.592	133.803
6.01.03.08	Pagamento de previdência complementar	-81.086	-104.252
6.01.03.09	Recebimento de indenizações do ativo financeiro	0	2.169.074

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01.03.10	Pagamento de contingências cíveis	-118.680	-510.159
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.236.296	-3.134.278
6.02.01	Concessão de empréstimos e financiamentos	-291.650	-5.573
6.02.02	Recebimento de empréstimo e financiamento concedidos	741.866	1.338.745
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-1.089.219	-1.661.257
6.02.05	Aquisição de ativo intangível	-23.545	-147.991
6.02.06	Aquisição de ativos de concessão	-1.245.026	-1.470.406
6.02.07	Aquisição/aporte de capital em participação societária	-2.024.752	-1.179.798
6.02.08	Concessão para adiantamento para futuro aumento de capital	-305.394	-215.359
6.02.10	Outros	1.424	207.361
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.911.535	1.159.978
6.03.01	Empréstimo e financiamento obtidos a Longo Prazo	2.970.483	3.127.770
6.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamento - principal	-1.999.439	-1.861.448
6.03.03	Pagamento e remuneração aos acionistas	-4.280	-22.376
6.03.04	Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições principal	-58.359	-49.028
6.03.05	Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	1.000.000	0
6.03.06	Outros	3.130	-34.940
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-362.729	-96.993
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.393.973	1.407.078
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.031.244	1.310.085

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	39.452	-12.181.172	-3.119.939	42.092.014	-352.792	41.739.222
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	39.452	-12.181.172	-3.119.939	42.092.014	-352.792	41.739.222
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	123.163	123.163
5.04.10	ORA relacionado a ativos mantidos para venda	0	0	0	0	0	0	123.163	123.163
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-4.151	8.830.520	19.070	8.845.439	70.619	8.916.058
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.823.950	0	8.823.950	72.227	8.896.177
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-4.151	6.570	19.070	21.489	-1.608	19.881
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.275	-1.275	0	-1.275
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-34.750	-34.750	0	-34.750
5.05.02.06	IR/CS diferido s/ Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-24.632	-24.632	0	-24.632
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-4.151	4.151	0	0	0	0
5.05.02.10	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	72.444	72.444	0	72.444
5.05.02.11	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	2.419	7.283	9.702	-1.608	8.094
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-12.181.172	0	12.183.126	0	1.954	0	1.954
5.06.05	Absorção de prejuízo	0	-12.181.172	0	12.181.172	0	0	0	0
5.06.06	Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	0	0	0	1.954	0	1.954	0	1.954
5.07	Saldos Finais	31.305.331	13.867.170	35.301	8.832.474	-3.100.869	50.939.407	-159.010	50.780.397

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	31.305.331	26.048.342	2.301.986	0	-3.116.108	56.539.551	308.949	56.848.500
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	31.305.331	26.048.342	2.301.986	0	-3.116.108	56.539.551	308.949	56.848.500
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.022	19.375	0	-6.647	0	-6.647
5.04.08	Dividendos adicionais	0	0	-26.022	0	0	-26.022	0	-26.022
5.04.09	Remuneração aos Acionistas não Reclamado-Prescrito	0	0	0	19.375	0	19.375	0	19.375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.726	-96.722	24	-100.424	-193.920	-294.344
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-102.863	0	-102.863	-187.572	-290.435
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-3.726	6.141	24	2.439	-6.348	-3.909
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.017	-4.017	0	-4.017
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	27.370	27.370	0	27.370
5.05.02.06	IR/CS diferido s/ Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.807	2.807	0	2.807
5.05.02.07	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-3.726	3.726	0	0	0	0
5.05.02.10	Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-8.257	-8.257	0	-8.257
5.05.02.11	Ajuste de Controladas / Coligadas	0	0	0	2.415	-17.879	-15.464	-6.348	-21.812
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	31.305.331	26.048.342	2.272.238	-77.347	-3.116.084	56.432.480	115.029	56.547.509

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	43.105.562	21.191.008
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	43.105.562	21.191.008
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.822.814	-14.204.051
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.650.883	-4.787.300
7.02.04	Outros	-12.171.931	-9.416.751
7.02.04.01	Encargos setoriais	-722.194	-999.259
7.02.04.02	Energia comprada para revenda	-4.485.913	-6.253.719
7.02.04.03	Combustível para produção de energia elétrica	-376.555	-935.329
7.02.04.04	Provisões operacionais	-6.587.269	-1.228.444
7.03	Valor Adicionado Bruto	26.282.748	6.986.957
7.04	Retenções	-885.518	-925.625
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-885.518	-925.625
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	25.397.230	6.061.332
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.382.912	8.318.271
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	558.302	35.562
7.06.02	Receitas Financeiras	7.824.610	8.282.709
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	33.780.142	14.379.603
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	33.780.142	14.379.603
7.08.01	Pessoal	2.844.907	2.637.213
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.729.929	2.514.157
7.08.01.04	Outros	114.978	123.056
7.08.01.04.01	Plano de aposentadoria e pensão	114.978	123.056
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.521.605	3.977.077
7.08.02.01	Federais	11.521.605	3.977.077
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.517.453	8.055.748
7.08.03.01	Juros	10.401.614	7.952.973
7.08.03.03	Outras	115.839	102.775
7.08.03.03.01	Doações e contribuições	115.839	102.775
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.896.177	-290.435
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	8.823.950	-102.863
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	72.227	-187.572

Comentário do Desempenho



Demonstrações Contábeis – 2º Trimestre de 2016

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Eletrobras registrou, no resultado do primeiro semestre de 2016 ("1S16"), um Lucro líquido atribuído aos controladores de R\$ 8.823 milhões, em comparação com um prejuízo líquido de R\$ 103 milhões registrado no primeiro semestre de 2015 ("1S15"). No 2T16, a Companhia apresentou um Lucro líquido atribuído aos controladores de R\$ 12.721 milhões, frente a um prejuízo líquido atribuído aos controladores de R\$ 3.898 milhões no primeiro trimestre de 2016 ("1T16").

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.
Eletrobras
(Companhia Aberta)
CNPJ 00.001.180/0001-26

Notas explicativas às informações financeiras do período findo em 30 de junho de 2016
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Securities and Exchange Commission - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, abaixo relacionadas:

- Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE;
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF;
- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.;
- Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; e
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE.

Além do controle de empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, acima listadas, a Companhia detém o controle acionário direto de sete empresas distribuidoras de energia elétrica:

- Boa Vista Energia S.A. - Boa Vista;
- Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre;
- Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron;

Notas Explicativas



- Companhia Energética de Alagoas – Ceal;
- Companhia Energética do Piauí – Cepisa;
- CELG Distribuição S.A. – CELG D ; e
- Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – Amazonas D.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia classificou os ativos e passivos da controlada CELG D como ativo mantido para venda, uma vez que a Companhia está comprometida com a alienação do controle acionário da referida controlada e espera que a venda esteja concluída até 31 de dezembro de 2016. Mais detalhes estão apresentados na Nota 43.

Em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária deliberou a não prorrogação das concessões das controladas distribuidoras de energia do grupo Eletrobras. Na referida Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a transferência do controle acionário, até 31 de dezembro de 2017, das distribuidoras de energia da Eletrobras, desde que, até a transferência da distribuidora para o novo controlador, a distribuidora receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva distribuidora. (Vide Nota 2)

A Companhia ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A – Eletropar. Adicionalmente, detém participação acionária da Itaipu Binacional – Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), da Inambari Geração de Energia S.A., da Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC e da Rouar S.A (em regime de controle conjunto com a estatal uruguaiana Usinas y Transmisiones Eléctricas de Uruguay – UTE).

Em 1º de julho de 2015, a controlada Amazonas Energia iniciou o processo de desverticalização, no qual as atividades de geração e transmissão de energia elétrica ora exercidas pela Amazonas Distribuidora foram segregadas de sua atividade de distribuição. Dessa forma, constitui-se uma nova empresa no âmbito do Sistema Eletrobras, com o nome de Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas GT”), controlada direta da Amazonas D. A segunda fase do processo de desverticalização, a qual encontra-se em andamento nesse momento, concluirá a operação de reorganização societária, na qual a Amazonas GT resultará numa subsidiária integral da Eletronorte.

A Companhia é controladora indireta ou participa de forma minoritária direta ou indiretamente em diversas outras sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (vide Nota 15).

A comercialização da energia gerada está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado (energia destinada às concessionárias de distribuição) e outro caracterizado por contratos livremente pactuados (mercado livre). A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece diferenciação entre energias provenientes de novos empreendimentos e de empreendimentos existentes, determinando a realização de leilões distintos para cada uma destas modalidades.

A Companhia é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas



A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Conta de Consumo de Combustível - CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Em 23 de junho de 2016, a Medida Provisória nº 735 estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2017, as atividades relacionadas à gestão e administração dos fundos setoriais RGR, CDE e CCC serão transferidos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Com a transferência dessas atividades para a CCEE, a Eletrobras continuará a se dedicar, com mais exclusividade, aos seus negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, de acordo com sua visão estratégica de atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

A Eletrobras permanece responsável pelos programas setoriais do governo federal, Luz para Todos, PROINFA e Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel.

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 15 de agosto de 2016.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento não se alteraram em relação à posição divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015.

O contrato de concessão nº 067/2000, das UTE's Presidente Médici (Fases A e B), São Jerônimo e Nutepa da controlada CGTEE encerrou em 07 de julho de 2015.

Conforme estabelecido no contrato de concessão e na legislação atinente ao assunto, a controlada CGTEE formalizou, no tempo devido, o interesse na renovação da concessão das usinas.

Até o presente momento não há posição final do Poder Concedente sobre a manifestação da controlada, e, portanto, até que o processo esteja encerrado, a controlada CGTEE permanece explorando estas unidades nas bases atuais da referida concessão. O Poder Concedente não manifestou estimativa de prazo para conclusão do processo.

Não há, na legislação, indicação sobre quais bases a referida concessão poderá ser renovada, não sendo possível definir impactos que afetarão a receita ou ativos da controlada CGTEE. Mesmo assim, a CGTEE mensurou possível valor de indenização, com base no Valor Novo de Reposição (VNR) e mantém registrada uma provisão que reduz a zero o saldo contábil dos

Notas Explicativas



ativos das UTE's São Jerônimo, Nutepa e Presidente Médici (Fase A), refletindo expectativa de não indenização desses ativos em função da obsolescência deles.

A decisão sobre a renovação da concessão deverá ser objeto de análise pela Controlada CGTEE, após apresentação da posição do Poder Concedente.

- Distribuição de Energia

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras da Eletrobras cujas concessões venceram em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido.

O Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 regulamentou a prorrogação das Concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 por trinta anos.

Em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, deliberou a não prorrogação das concessões das controladas Distribuidoras de Energia do grupo Eletrobras, Companhia Energética do Piauí – CEPISA; Companhia Energética de Alagoas – CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON; Boa Vista Energia S.A; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A (denominadas em conjunto “Distribuidoras”).

Ainda na 165ª Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a transferência do controle acionário, até 31 de dezembro de 2017, das Distribuidoras de energia subsidiárias da Eletrobras, nos termos da Lei 12.783/2013, com a nova redação dada pela Medida Provisória 735, de 22 de junho de 2016, desde que, até a transferência da distribuidora para o novo controlador, a Distribuidora receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva Distribuidora, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da Distribuidora, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras e, ainda, foi aprovado que sejam devolvidas, a qualquer tempo, a concessão das Distribuidoras e que sejam adotadas as providências de sua liquidação, nas seguintes hipóteses:

- (i) A transferência de controle acionário não seja realizada até 31 de dezembro de 2017; ou
- (ii) a respectiva Distribuidora deixar de receber diretamente, da União Federal ou através de tarifa, até a sua transferência para o novo controlador, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva Distribuidora, mantendo o equilíbrio econômico e financeiro da Distribuidora, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras.

A Eletrobras também resolveu que as subsidiárias Distribuidoras que não tiveram suas concessões prorrogadas, deverão, se houver a concordância do Poder Concedente, permanecer como responsáveis pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de suas localidades até a transferência de seus controles acionários, nos termos da Medida Provisória 735/2016, o que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2017.

Durante este período, conforme acima mencionado, as Distribuidoras deverão receber remuneração adequada para a prestação dos serviços de distribuição, sem qualquer aporte

de recursos pela Eletrobras holding, nos termos aprovados pela 165ª Assembleia Geral Extraordinária.

Com base nas decisões emanadas da 165ª Assembleia Geral Extraordinária, a Eletrobras considerou o Pronunciamento Técnico – CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda, e avaliou que neste momento estes ativos não satisfazem os critérios de classificação como mantidos para venda.

A Companhia irá remensurar seu ativo intangível com base nas decisões emanadas da 165ª Assembleia Geral Extraordinária e nos termos da Lei 12.783/2013.

2.1. Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela remuneração dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para fins de remuneração, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783.

- Ativos de Geração de Energia

Em 2 de outubro de 2015, a controlada Furnas apresentou também documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Maribondo e Porto Colômbia, com potência total instalada de 4.617 MW*, cujas concessões foram renovadas à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R\$ 1.311.900 como valor base para a citada remuneração complementar, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 2 de outubro de 2015, era de R\$ 995.718.

Em 11 de dezembro de 2014, a controlada Chesf apresentou à ANEEL, documentação comprobatória, dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos aproveitamentos hidroelétricos Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV,

Notas Explicativas



Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW, cujas concessões foram renovadas à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R\$ 4.802.300 como valor base para a citada remuneração complementar, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 11 de dezembro de 2014, era de R\$ 487.822.

Permanecem sem homologação pelo Poder Concedente as remunerações relacionadas a certos ativos das concessões prorrogadas nos seguintes montantes:

Descritivo	30/06/2016			
	Chesf	Furnas	CGTEE	Total
Geração				
Modernizações e melhorias	487.822	995.718	-	1.483.540
Geração térmica	-	489.644	356.937	846.581
	487.822	1.485.362	356.937	2.330.121

Até que ocorra a homologação pelo Poder Concedente, inclusive definição sobre a forma, prazo de recebimentos e a remuneração aplicável, tais valores não sofrerão atualização monetária, sendo mantidos pelo custo histórico.

- Ativos de Transmissão de Energia

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, as controladas abaixo apresentaram à ANEEL, seus laudos de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 ("Laudo de Avaliação"), para fins do processo de remuneração das instalações da denominada Rede Básica Sistema Existente – RBSE prevista no Artigo 15, §2º da Lei 12.783/13.

Laudo de Avaliação		
Companhia	Data	R\$
Eletrosul	14/07/2015	1.060.632
Chesf	06/03/2015	5.627.200
Furnas	21/05/2015	10.699.000
Eletronorte	03/09/2015	2.926.000

A ANEEL, até a data dessas informações financeiras trimestrais, apresentou, através de despachos, a homologação das remunerações dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 das controladas Eletrosul, Chesf e Furnas conforme as regras da Resolução Normativa 589, na data base 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:

Homologação ANEEL		
Companhia	Data	R\$
Eletrosul	14/07/2015	1.007.043
Furnas	15/12/2015	8.999.520
Chesf	03/08/2016	5.092.384

Notas Explicativas



Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- (i) pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017; sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;
- (ii) o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio;

A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.
- (iii) para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória das empresas, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia efetuou sua estimativa dos valores atualizados dos gastos relacionados a investimentos, ampliações e/ou melhorias em certos ativos das concessões prorrogadas, conforme demonstrado a seguir:

Transmissão	30/06/2016				
	Chesf	Eletronorte	Eletrosul	Furnas	Total
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029	1.732.910	513.455	4.530.060	7.963.454
Atualização - IPCA e remuneração	8.618.015	3.034.562	1.447.350	12.710.295	25.810.222
Valor total do ativo Financeiro atualizado	9.805.044	4.767.472	1.960.805	17.240.355	33.773.676
Efeito Resultado					
Receita operacional	8.618.015	3.034.562	1.447.350	12.710.295	25.810.222
Provisão de IRPJ/CSLL	(2.930.125)	(1.031.751)	(492.099)	(4.321.500)	(8.775.475)
Efeito líquido	5.687.890	2.002.811	955.251	8.388.795	17.034.747

A contabilização em referência foi realizada com base nas premissas acima definidas, considerando a interpretação no que se refere à Portaria MME 120/2016, visando refletir nessas informações trimestrais a mais adequada situação patrimonial e de resultado. Entretanto, em decorrência de eventual regulamentação ou ato, em sentido diferente, que porventura venha a ser praticado pela ANEEL, inclusive no âmbito do processo tarifário de 2017 quando serão iniciados o pagamento dos referidos créditos, os valores contabilizados

serão revistos e ajustados, com efeitos positivos ou negativos refletidos prospectivamente, com impacto no resultado do período em que tais fatos aconteçam.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

3.1. Base de preparação

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis do Sistema Eletrobras. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 4.

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados a concessões que foram mensurados pelo valor novo de reposição – VNR (geradoras e transmissoras) ou pela Base de Remuneração Regulatória – BRR (distribuidoras). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3.1.1 - Informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais da Companhia compreendem as informações trimestrais individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações trimestrais consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 Interim Financial Reporting, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Notas Explicativas



Nas informações trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas informações trimestrais consolidadas incluem informações da Eletrobras e das seguintes controladas:

Controladas	30/06/2016		31/12/2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Boa Vista Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-
CELG- D (1)	51%	-	51%	-
Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-
Eletoacre	97%	-	94%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
Chuí IX	-	99,99%	-	99,99%
Coxilha Seca	-	99,99%	-	99,99%
Paraíso	-	100%	-	-
Hermenegildo I	-	99,99%	-	99,99%
Hermenegildo II	-	99,99%	-	99,99%
Hermenegildo III	-	99,99%	-	99,99%
Linha Verde Transmissora	-	100%	-	100%
Uirapuru	-	75%	-	75%
Energia dos Ventos V	-	99,99%	-	99,99%
Energia dos Ventos VI	-	99,99%	-	99,99%
Energia dos Ventos VII	-	99,99%	-	99,99%
Energia dos Ventos VIII	-	99,99%	-	99,99%
Energia dos Ventos IX	-	99,99%	-	99,99%
Extremoz Transmissora do Nordeste S/A	-	100%	-	100%
Transenergia Goiás S.A.	-	98,73%	-	98,35%
Complexo Eólico Pindaí I				
Acauã Energia S.A.	-	99,93%	-	99,93%
Angical 2 Energia S.A.	-	99,96%	-	99,96%
Arapapá Energia S.A.	-	99,90%	-	99,90%
Caititu 2 Energia S.A.	-	99,96%	-	99,96%
Caititu 3 Energia S.A.	-	99,96%	-	99,96%
Carcará Energia S.A.	-	99,96%	-	99,96%
Corrupião 3 Energia S.A.	-	99,96%	-	99,96%
Teiú 2 Energia S.A.	-	99,95%	-	99,95%
Complexo Eólico Pindaí II				
Coqueirinho 2 Energia S.A.	-	99,98%	-	99,98%
Papagaio Energia S.A.	-	99,96%	-	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III				
Tamanduá Mirim 2 Energia S/A	-	83,01%	-	83,01%

(1) Controlada classificada como ativo não circulante mantido para venda (Vide Nota 43)

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das informações trimestrais, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

As principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, são as mesmas divulgadas na nota 4 nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015, exceto pelos itens abaixo a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos.

4.1 Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

4.1.1 Lava Jato

Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa em 2015 em conexão com tal Operação, envolvendo empresas que também prestam serviços para a Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (“Eletronuclear”) (UTN Angra 3), controlada da Eletrobras, e para determinadas sociedades de propósito específico nas quais a Eletrobras ou suas controladas detêm participação, o Conselho de Administração da Eletrobras decidiu pela contratação de um escritório com a expertise necessária para conduzir uma investigação independente com o intuito de avaliar a eventual existência de irregularidades que violem o Foreign Corruption Practice Act (FCPA), a Lei anti-corrupção brasileira e/ou o código de ética da Eletrobras em determinados empreendimentos, tendo o escritório de advocacia Hogan Lovells sido contratado em 10 de junho de 2015 com essa finalidade.

Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade

Notas Explicativas



Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril de 2015, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 04 de agosto de 2015 renunciou ao cargo. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva foi condenado, em primeira instância, pelo juiz da 7ª Vara Federal Criminal, a 43 anos de prisão, pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, embaraço às investigações, evasão de divisas e participação em organização criminosa. A sentença em questão não implica no encerramento da investigação independente conduzida pelo escritório Hogan Lovells, contratado pela Eletrobras, a qual continua em curso. A Eletrobras participa desta ação penal na qualidade de assistente de acusação.

Quanto à construção da Usina de Angra 3, importa mencionar que a Eletronuclear suspendeu os contratos de montagem eletromecânica e de obra civil, tendo o consórcio ANGRAMON proposto uma ação requerendo a rescisão de seu contrato. Tal ação não teve antecipação de tutela deferida e tampouco sentença proferida.

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do então Diretor da Eletrobras Eletronorte, controlada da Eletrobras, o Sr. Adhemar Palocci, e do então Diretor de Geração da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015 ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015 o Sr. Valter Luiz Cardeal solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul, todas controladas da Eletrobras. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal, que inicialmente foram afastados de suas funções, foram substituídos, em definitivo, de suas funções de diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, bem como dos Conselhos de Administração das empresas investidas não controladas pela Eletrobras e subsidiárias. O Sr. Adhemar Palocci, por ser empregado da subsidiária Furnas, continua como empregado das Empresas Eletrobras, até apuração de todos os fatos.

Em 06 de julho de 2016 a Polícia Federal deflagrou a operação denominada "Pripyat" no qual a Polícia Federal cumpriu mandados de prisão, concedidos pelo Exmo. Sr. Juiz da 7ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro, contra ex-administradores e administradores que já se encontravam afastados da Eletronuclear e contra terceiros.

Os mandados de prisão expedidos foram contra os ex-diretores da Eletronuclear, Srs. Othon Pinheiro da Silva e Pêrsio José Gomes Jardini, bem como contra os administradores e funcionários da Eletronuclear Srs. Luiz Antônio de Amorim Soares, Edno Negrini, Luiz Manuel Amaral Mesias e José Eduardo Brayner Costa Mattos, que já estavam afastados da Eletronuclear, por decisão tomada pelo Conselho de Administração da Companhia anteriormente e que, recentemente, também foram desligados da Eletronuclear.

No âmbito de Operação denominada "Pripyat", a Polícia Federal também cumpriu mandados de condução coercitiva para prestar depoimentos e esclarecimentos contra empregada afastada da Eletronuclear, contra terceiros e também contra os Senhores Valter Luiz Cardeal, e Pedro Figueiredo, então Presidente da Eletronuclear, que foi afastado na mesma data, do referido cargo, por decisão judicial, tendo tal afastamento tornado-se definitivo por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Eletronuclear em 29 de junho de 2016, que elegeu o empregado, Sr. Bruno Campos Barretto, como Presidente.

Não obstante a decisão judicial condenatória pelo juiz da 7ª Vara Federal Criminal, a investigação independente conduzida pelo escritório Hogan Lovells, contratado pela Eletrobras, continua em curso, e, na medida em que os referidos trabalhos evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Demonstrações Financeiras interinas eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

Arquivamento Formulário 20-F

Os trabalhos de investigação em curso, conduzidos pelo Hogan Lovells, ainda não estão substancialmente completos, portanto, as informações disponíveis não são suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras. Não obstante os esforços da Companhia e a dedicação de todos os recursos financeiros, de pessoal e de terceiros, o cronograma da investigação em referência foi fortemente impactado por dificuldades enfrentadas na investigação de determinadas Sociedades de Propósito Específico nas quais a Eletrobras detém participação acionária minoritária devido as limitações decorrentes da legislação societária brasileira, assim como, a dificuldade de acesso a depoimentos e delações premiadas, mantidas sob sigilo, no âmbito da operação "Lava Jato".

A Companhia vem envidando todos os esforços para desenvolver procedimentos e metodologias, de forma endereçar, satisfatoriamente, o assunto.

Por não ter ocorrido o arquivamento tempestivo do formulário 20F de 2014 da Eletrobras, a NYSE suspendeu em 18 de maio de 2016 a autorização para a negociação dos American Deposit Shares ("ADS") emitidos pela Companhia junto à NYSE (ticker EBR e EBR-B), enquanto está em curso o processo de deslistagem.

Durante o período de suspensão, os ADS estão sendo negociados no mercado Over the Counter ("OTC"), com os tickers EBRBY e EBRYY.

Em 02 de junho de 2016 a Eletrobras apresentou o formulário "Request for Review" junto à NYSE, com os temas que pretende contemplar no recurso a ser apresentado no âmbito do processo de deslistagem dos American Deposit Shares ("ADS") emitidos pela Companhia. Em 2 de agosto de 2016, foi apresentado o "Brief on Appeal", com o desenvolvimento dos temas a serem apresentados, pela Eletrobras, na audiência de recurso, agendada pela NYSE para 13 de outubro de 2016.

Caso a decisão definitiva da NYSE seja pela deslistagem, a Eletrobras poderá alterar seu Programa de ADSs para que os referidos ADS possam continuar sendo negociados no mercado Over the Counter – OTC.

Notas Explicativas

Em qualquer caso, a Eletrobras continuará trabalhando para que a investigação em curso seja concluída de forma independente e para apresentar seus Formulários 20-F de 2014 e 2015, na forma requerida pela legislação pertinente.

NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
I - Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Caixa e Bancos	122.485	343.613	354.790	656.505
Aplicações Financeiras	541.854	348.106	676.454	737.468
	<u>664.339</u>	<u>691.719</u>	<u>1.031.244</u>	<u>1.393.973</u>
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	380.755	346.874	380.755	346.874
Comercialização - Itaipu	670.551	47.082	670.551	47.082
Comercialização - PROINFA	607.198	232.785	607.198	232.785
Recursos da RGR	26.852	20.692	26.852	20.692
	<u>1.685.356</u>	<u>647.433</u>	<u>1.685.356</u>	<u>647.433</u>
	<u>2.349.695</u>	<u>1.339.152</u>	<u>2.716.600</u>	<u>2.041.406</u>

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia.

Caixa restrito – São os recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às disposições regulamentares dos mesmos, não estando disponíveis para a Companhia.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por meio da Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil, de 25 de maio de 2005, foi estabelecido que as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A, logo a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos Fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o

Notas Explicativas



programa de investimento corporativo no curto prazo e, ainda, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente. Os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização e, portanto, apresentados líquidos.

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA					
CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2016	31/12/2015
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	2.984.681	2.740.281
LTN	CEF	Após 90 dias	Pre-fixado	43.466	214.210
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	-	275.094
NTN- F	CEF	Após 90 dias	Pre-fixado	17.515	-
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	1.028.820	188.273
Op. Compromissadas	CEF	-	-	9.162	36.668
TOTAL CIRCULANTE				4.083.644	3.454.526

NÃO CIRCULANTE		
Titulos	30/06/2016	31/12/2015
FINOR/FINAM	644	916
PARTES BENEFICIÁRIAS	198.004	190.847
TOTAL NÃO CIRCULANTE	198.648	191.763

CONSOLIDADO					
CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2016	31/12/2015
LFT	Banco do Brasil	Após 90 dias	SELIC	-	195.368
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	4.381.522	4.691.729
LTN	CEF	Após 90 dias	Pre-fixado	43.466	214.210
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	28	467.735
NTN- F	CEF	Após 90 dias	Pre-fixado	17.515	-
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	1.048.375	191.693
Op. Compromissadas	CEF	-	-	748.269	1.082.039
TOTAL CIRCULANTE				6.239.175	6.842.774

NÃO CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	30/06/2016	31/12/2015
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pre-fixado	42	-
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	250	405
FINOR/FINAM	-	-	-	644	916
PARTES BENEFICIÁRIAS	-	-	-	198.004	190.847
OUTROS	-	-	-	1.607	2.822
TOTAL NÃO CIRCULANTE				200.547	194.990

Notas Explicativas



6.1 - PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(454.571)	(461.728)
Valor presente	198.004	190.847

NOTA 7 – CLIENTES

CIRCULANTE	CONSOLIDADO					31/12/2015
	30/06/2016				Total	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Créditos Renegociados (b)		
AES ELETROPAULO	24.078	-	2	-	24.080	18.072
AES SUL	25.514	-	-	-	25.514	24.294
AMPLA	23.045	939	-	-	23.984	26.661
CEA	7.965	15.155	711	245.567	269.398	244.567
CEB	4.025	-	-	-	4.025	5.820
CEEE	23.105	6	-	-	23.111	29.908
CELESC	39.716	-	-	-	39.716	44.085
CELPA	22.053	-	7.984	18.190	48.227	66.292
CELPE	21.153	-	56	-	21.209	22.568
CEMAR	21.228	-	-	-	21.228	23.803
CEMIG	36.439	148	-	-	36.587	37.797
CESP	6.312	-	-	-	6.312	6.428
COELBA	32.161	-	58	-	32.219	36.067
COELCE	31.684	-	-	-	31.684	30.935
COPEL	71.922	-	-	-	71.922	67.248
CPFL	11.774	-	165	-	11.939	14.247
EBE	3.737	-	-	-	3.737	7.968
ELEKTRO	38.396	-	-	-	38.396	42.180
ENERGISA	29.830	3.909	68.460	-	102.199	87.498
ENERSUL	10.177	-	-	-	10.177	16.368
ESCELSA	18.875	-	60	-	18.935	17.517
LIGHT	44.367	4	123	-	44.494	55.978
PIRATININGA	3.112	-	54	-	3.166	3.269
RGE	28.922	-	-	-	28.922	27.096
Rolagem da Dívida	-	-	-	23.151	23.151	22.840
Comercialização CCEE	263.083	158.503	79.143	-	500.729	439.478
Uso da Rede Elétrica	213.301	3.674	28.058	-	245.033	251.341
PROINFA (a)	354.375	29.430	26.640	-	410.445	379.214
Consumidor Residencial	262.942	315.454	126.093	146.572	851.061	814.377
Consumidor Industrial	269.561	37.056	213.646	108.554	628.817	638.646
Consumidor Rural	25.827	20.297	16.855	39.578	102.557	104.625
Comércio, serviços e outras atividades	195.809	83.039	63.610	66.117	408.575	414.529
Poder público	119.373	76.082	148.950	109.798	454.203	495.686
Outros	935.510	71.845	151.696	31.791	1.190.842	909.544
(-) PCLD (c)	(56.381)	(88.965)	(746.238)	(421.036)	(1.312.620)	(1.289.445)
	3.162.991	726.576	186.126	368.283	4.443.974	4.137.501
NÃO CIRCULANTE						
CEB	-	-	14.111	-	14.111	14.111
CELPA	-	-	-	9.664	9.664	19.317
Comercialização na CCEE	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica	-	-	6.276	-	6.276	6.276
PROINFA (a)	-	-	-	100.912	100.912	125.383
Rolagem da Dívida	-	-	-	533.536	533.536	489.556
Poder público	-	-	-	489.550	489.550	290.965
Consumidor Residencial	-	-	-	65.042	65.042	50.220
Consumidor Industrial	-	-	-	48.142	48.142	49.584
Consumidor Rural	-	-	-	61.813	61.813	65.673
Comércio, serviços e outras atividades	-	-	-	33.342	33.342	175.812
Outros	-	-	-	695.773	695.773	683.203
(-) PCLD (c)	-	-	(313.947)	(151.853)	(465.800)	(430.203)
	-	-	-	1.885.921	1.885.921	1.833.457
	3.162.991	726.576	186.126	2.254.204	6.329.895	5.970.958

Notas Explicativas**(a) Comercialização de energia elétrica - PROINFA**

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA geraram um saldo líquido positivo de R\$ 504.180 no semestre findo em 30 de junho de 2016 (um saldo líquido negativo de R\$ 18.536 no semestre findo em 30 de junho de 2015), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R\$ 511.357 do PROINFA referente à controladora (R\$ 504.597 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Créditos Renegociados

Representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia.

Os créditos renegociados de rolagem da dívida são referentes a um contrato de cessão de crédito entre a União e as controladas Furnas e Eletrosul, em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993). A União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, está limitado por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses. Representam R\$ 556.687 em 30 de junho de 2016 (R\$ 512.396 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantêm provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

O saldo da PCLD é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Consumidores	527.805	383.889
Revendedores	711.488	816.685
CEA	245.567	225.514
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	<u>1.778.420</u>	<u>1.719.648</u>

A controlada Furnas mantém registrada uma provisão, constituída em 2007, no montante de R\$ 293.560. Esta provisão representa valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia - MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa, em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE.

Notas Explicativas

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

	<u>CONSOLIDADO</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.659.763</u>
(+) Constituição	371.278
(-) Reversão	(118.777)
(-) Baixa	(373.296)
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>1.538.968</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>1.719.648</u>
(+) Constituição	343.912
(-) Reversão	(184.170)
(-) Baixa	(100.970)
Saldo em 30 de Junho 2016	<u>1.778.420</u>

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do como Provisões Operacionais (Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculada, em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei 9.430/1996, está adicionado ao Lucro Real e à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Notas Explicativas

**NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**

30/06/2016

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
	CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	Tx. Média	Valor			Tx. Média	Valor		
FURNAS	-	98.838	529.759	3.338.844	-	-	-	-
CHESF	5,02	138	12.774	11.725	-	-	-	-
ELETROSUL	10,69	3.284	226.316	1.954.999	-	-	-	-
ELETRONORTE	6,13	21.597	332.252	2.352.209	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	9,43	15.392	264.231	1.396.685	-	-	-	-
CGTEE	12,34	12.566	337.321	2.229.888	-	-	-	-
CEAL	14,11	1.528	345.869	895.318	-	-	-	-
CERON	13,51	1.139	153.909	615.429	-	-	-	-
CEPISA	12,89	60.752	642.197	634.369	-	-	-	-
ELETROACRE	13,73	835	108.349	193.765	-	-	-	-
BOA VISTA	12,66	153	18.274	40.788	-	-	-	-
AMAZONAS D	14,28	2.491	230.168	1.163.531	-	-	-	-
AMAZONAS GT	16,60	27.310	1.081.468	428.439	-	-	-	-
		<u>246.023</u>	<u>4.282.887</u>	<u>15.255.989</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
ITAIPU	7,11	-	1.607.417	9.792.567	7,11	-	1.607.417	9.792.567
CEMIG	5,09	550	21.803	57.187	5,09	550	21.803	57.187
COPEL	6,39	313	17.403	43.571	6,39	313	17.403	43.571
CEEE	5,00	217	5.158	21.824	5,00	217	5.158	21.824
AES ELETROPAULO	10,00	338.671	10.561	-	10,00	338.671	10.561	-
CELPE	5,00	46	6.341	3.872	5,00	46	6.341	3.872
ENERGISA - MT	9,19	2.437	75.074	211.603	9,19	2.437	75.074	211.603
ENERGISA - TO	10,58	946	24.162	73.359	10,58	946	24.162	73.359
ENERGISA - MS	5,21	192	11.612	23.739	5,21	192	11.612	23.739
CELPA	5,00	70.800	270.269	276.824	5,00	70.800	270.269	276.824
CEMAR	2,12	950	53.230	185.697	2,12	950	53.230	185.697
CESP	5,09	108	5.569	12.480	5,09	108	5.569	12.480
COELCE	5,00	214	10.224	32.508	5,00	214	10.224	32.508
COSERN	5,00	18	1.946	1.634	5,00	18	1.946	1.634
COELBA	5,00	477	23.260	72.115	5,00	477	23.260	72.115
ESCELSA	5,00	175	11.323	23.617	5,00	175	11.323	23.617
GLOBAL	5,00	100.262	44.100	-	5,00	100.262	44.100	-
CELESC DISTRIB.	5,00	401	27.799	43.760	5,00	401	27.799	43.760
OUTRAS		77.868	269.812	172.544		77.869	274.761	175.599
(-) PCLD		(173.764)	(75.798)	-		(173.764)	(75.798)	-
		<u>420.881</u>	<u>2.421.265</u>	<u>11.048.901</u>		<u>420.882</u>	<u>2.426.214</u>	<u>11.051.956</u>
		<u>666.904</u>	<u>6.704.152</u>	<u>26.304.890</u>		<u>420.882</u>	<u>2.426.214</u>	<u>11.051.956</u>

Notas Explicativas



	31/12/2015							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
	Tx. Média	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO	Tx. Média	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO
	Valor				Valor			
FURNAS	7,76	29.346	428.005	3.590.369	-	-	-	-
CHESF	5,02	174	13.602	17.188	-	-	-	-
ELETROSUL	9,53	35.971	147.653	1.957.886	-	-	-	-
ELETRONORTE	6,02	26.260	373.823	2.619.958	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	9,21	11.317	165.647	1.423.301	-	-	-	-
CGTEE	11,67	24.473	319.222	2.074.115	-	-	-	-
CEAL	13,78	2.622	307.221	856.905	-	-	-	-
CERON	13,09	1.092	131.367	607.023	-	-	-	-
CEPISA	12,28	26.855	543.082	654.379	-	-	-	-
ELETROACRE	12,97	-	80.467	202.548	-	-	-	-
BOA VISTA	12,11	177	17.194	37.048	-	-	-	-
AMAZONAS D	13,29	-	141.777	1.185.390	-	-	-	-
AMAZONAS GT	15,20	-	812.873	656.214	-	-	-	-
		158.287	3.481.933	15.882.324		-	-	-
ITAIPU	7,11	-	1.894.766	12.907.368	7,11	-	1.894.766	12.907.368
CEMIG	5,09	973	54.104	134.907	5,09	973	54.104	134.907
COPEL	6,39	471	35.102	50.744	6,39	471	35.102	50.744
CEEE	5,00	199	9.320	23.884	5,00	199	9.320	23.884
AES ELETROPAULO	10,00	338.017	10.561	-	10,00	338.017	10.561	-
CELPE	5,00	69	8.395	5.199	5,00	69	8.395	5.199
CELG	8,12	1.249	188.502	51.048	8,12	1.249	188.502	51.048
ENERGISA - MT	9,19	2.549	52.942	255.206	9,19	2.549	52.942	255.206
ENERGISA - TO	10,58	998	20.031	87.231	10,58	998	20.031	87.231
ENERGISA - MS	5,21	222	12.426	28.968	5,21	222	12.426	28.968
CELPA	5,00	70.479	248.059	274.415	5,00	70.479	248.059	274.415
CEMAR	2,12	1.080	69.842	205.017	2,12	1.080	69.842	205.017
CESP	5,09	123	5.569	15.056	5,09	123	5.569	15.056
COELCE	5,00	237	10.769	36.678	5,00	237	10.769	36.678
COSERN	5,00	23	2.161	2.499	5,00	23	2.161	2.499
COELBA	5,00	533	23.833	82.762	5,00	533	23.833	82.762
ESCELSA	5,00	206	12.593	28.609	5,00	206	12.593	28.609
GLOBAL	5,00	94.327	44.100	-	5,00	94.327	44.100	-
CELESC DISTRIB.	5,00	593	36.529	56.696	5,00	593	36.529	56.696
OUTRAS		70.840	98.983	149.186		70.852	105.470	154.108
(-) PCLD		(163.607)	(77.440)	-		(163.607)	(77.440)	-
		419.581	2.761.147	14.395.473		419.593	2.767.633	14.400.394
		577.868	6.243.080	30.277.797		419.593	2.767.633	14.400.394

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além de recursos setoriais e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 8,27% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos na controladora, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 36% do total da carteira (42% em 31 de dezembro de 2015). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 64% do saldo da carteira (58% em 31 de dezembro de 2015).

Os valores de mercado desses ativos são próximos aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas, em parte, através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação ao valor de mercado.

Notas Explicativas

A redução no saldo de recebíveis de empréstimos no trimestre findo em 30 de junho de 2016 deve-se, principalmente, à variação cambial apurada sobre os empréstimos concedidos à Itaipu, decorrente da desvalorização do dólar frente ao real quando comparadas as cotações de fechamento de junho de 2016 e dezembro de 2015. O dólar variou negativamente em cerca de 18%.

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Controladora	3.446.246	4.401.824	4.278.786	4.186.454	4.061.712	5.929.869	26.304.890
Consolidado	1.793.253	1.983.957	2.017.141	1.991.510	2.052.171	1.213.923	11.051.956

8.1 – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

A Companhia possui recebíveis junto à Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. vinculados a um processo judicial em andamento entre a AES Eletropaulo e CTEEP.

Em 18 de setembro de 2015, foi publicado laudo parcial no âmbito do processo que move em face da Companhia Eletropaulo, informando que a Eletropaulo é a responsável pelo pagamento dos valores devidos decorrentes de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos junto à Eletrobras e não a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”).

Com isso, a Companhia passa a ter um crédito de R\$ 2.551.236 em 30 de junho de 2016 (R\$ 2.382.255 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 349.232 (R\$ 348.578 em 31 de dezembro de 2015) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela Companhia. O reconhecimento final do crédito integral deverá ocorrer quando o mesmo atingir a condição de praticamente certo.

8.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 249.562 em 30 de junho de 2016 (R\$ 241.047 em 31 de dezembro de 2015) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Na composição da provisão encontram-se os créditos junto à Celpa, controlada pela Equatorial Energia, no montante de R\$ 12.566 em 30 de junho de 2016 (R\$ 14.194 em 31 de dezembro de 2015). Tal provisão foi considerada necessária considerando o processo de recuperação judicial da Celpa.

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Notas Explicativas



	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	225.293
(+) Complemento	9.687
(-) Reversões	(1.891)
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>233.089</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>241.047</u>
(+) Complemento	10.178
(-) Reversões	(1.663)
Saldo em 30 de junho 2016	<u>249.562</u>

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do período de 30 de junho de 2016 como Provisões Operacionais (Vide Nota 42). Os valores reconhecidos como PCLD são levados às perdas definitivas (baixados) quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 9 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CIRCULANTE				
Eletronorte	85.532	10.016	-	-
Lajeado Energia	42.335	76.325	42.335	76.325
CGTEE	77.949	73.035	-	-
CEMAR	55.000	22.911	55.000	22.911
Eletrosul	39.516	37.024	-	-
Eletropar	-	1.046	-	-
CTEEP	38.927	20	38.927	20
Goiás Transmissão	-	-	23.857	23.857
STN - Sist. de Transm. Nordeste S.A.	-	-	22.525	-
Transenergia Renovável	-	-	13.979	13.979
MGE Transmissão	-	-	11.446	11.447
Manaus Construtora	-	-	9.178	9.178
Serra do Facão	-	-	9.154	9.154
Transenergia São Paulo	-	-	5.828	4.275
ETAU	-	-	5.556	257
Baguari	-	-	2.553	2.462
Transudeste	-	-	1.881	1.033
Uirapuru	-	-	1.875	2.288
IE Madeira	-	-	1.077	27.589
Transirape	-	-	678	678
Enerpeixe	-	-	-	34.686
Chapecoense	-	-	-	22.288
EAPSA	-	-	-	2.181
Outros	20.719	35.092	25.770	44.752
	<u>359.977</u>	<u>255.468</u>	<u>271.618</u>	<u>309.360</u>

Notas Explicativas



NOTA 10 – TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1 - Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativo circulante:				
Imposto de renda - fonte	296.303	373.962	535.386	574.083
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	553	-	41.513	58.349
ICMS a recuperar	-	-	32.528	40.538
Outros	-	-	34.011	43.681
	<u>296.856</u>	<u>373.962</u>	<u>643.438</u>	<u>716.651</u>
Ativo não circulante:				
ICMS a recuperar (a)	-	-	1.711.659	1.724.692
PIS/COFINS a recuperar (a)	-	-	1.006.247	877.386
Outros	-	-	21.405	21.108
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.739.311</u>	<u>2.623.186</u>

(a) ICMS, PIS/PASEP e COFINS a recuperar

A Companhia mantém registrado no ativo não circulante um montante de R\$ 2.717.906 em 30 de junho de 2016 (R\$ 2.602.078 em 31 de dezembro de 2015) referente à PIS, COFINS e ICMS a recuperar. Desse montante, R\$ 2.261.510 (R\$ 2.150.827 em 31 de dezembro de 2015) se refere a impostos e contribuições sobre aquisição de combustível da controlada Amazonas.

De acordo com o § 8º da Lei 12.111/2009, os referidos impostos e contribuições deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, deste modo é mantido um passivo de mesmo valor na rubrica Obrigações de Ressarcimento (vide Nota 11).

(b) Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento. Tal conceito passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições. Até a conclusão destas informações trimestrais, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas informações trimestrais, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

Notas Explicativas



10.2- Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativo circulante:				
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	873.323	928.743	1.172.481	1.475.598
Ativo não circulante:				
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	1.645.382	1.645.382	1.645.382	1.645.382
IRPJ/CSLL Diferidos	-	-	288.528	1.422.209
	1.645.382	1.645.382	1.933.910	3.067.591
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	341.111	733.289	8.257.670	1.003.796

10.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/06/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Eletronorte	1.320.279	(1.031.751)	288.528	1.529.640	(219.692)	1.309.948
	1.320.279	(1.031.751)	288.528	1.529.640	(219.692)	1.309.948
Eletrosul	491.568	(883.103)	(391.535)	457.629	(345.368)	112.261
Eletrobras	-	(341.111)	(341.111)	-	(733.289)	(733.289)
Furnas	258.708	(4.771.608)	(4.512.900)	258.709	(453.084)	(194.375)
Chesf	-	(2.996.148)	(2.996.148)	-	(65.070)	(65.070)
Eletropar	-	(15.976)	(15.976)	-	(11.062)	(11.062)
	750.276	(9.007.946)	(8.257.670)	716.338	(1.607.873)	(891.535)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Impostos diferidos ativos:				
Provisão para Contingências	-	-	71.455	68.066
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	49.119	56.047
Provisões Operacionais	-	-	256.219	407.319
Provisão para não realização de créditos tributários	-	-	-	74.700
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	1.603.605	1.532.766
Outros	-	-	90.157	107.080
Total Ativo	-	-	2.070.555	2.245.978
Impostos diferidos passivos:				
Varição Cambial Ativa	-	416.810	-	416.810
Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda	341.111	316.479	341.111	316.479
Depreciação acelerada	-	-	97.301	81.255
Receita de atual. créditos energia renegociados	-	-	245.137	221.871
Gastos Estudos e Projetos / AVP	-	-	322.184	488.425
Débito tributário	-	-	189.556	258.709
Remuneração de Rede Básica de Sistemas Existentes	-	-	8.775.475	-
Outros	-	-	68.933	44.016
Total Passivo	341.111	733.289	10.039.697	1.827.565

Notas Explicativas



10.4 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Impostos diferidos								
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(2.765)	(24.631)	337	2.807	(2.765)	(24.631)	(6.026)	(8.485)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	-	-	-	-	3.743	10.778	6.363	11.292
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.765)	(24.631)	337	2.807	978	(13.853)	337	2.807

NOTA 11 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
<u>Direitos de ressarcimento</u>		
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>		
CCC (a)	1.204.286	2.118.184
Reembolso CDE (b)	201.433	147.058
	<u>1.405.719</u>	<u>2.265.242</u>
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>		
CCC (a)	10.314.852	8.238.140
	<u>10.314.852</u>	<u>8.238.140</u>
<u>Obrigações de ressarcimento</u>		
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>		
CCC (a)	212.371	19.423
PROINFA	803.813	299.632
Reembolso CDE (b)	62.229	77.153
	<u>1.078.413</u>	<u>396.208</u>
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>		
CCC (a)	2.567.527	2.483.378
	<u>2.567.527</u>	<u>2.483.378</u>

a) Conta de consumo de combustível (CCC)

O fundo, criado pela Lei nº 5.899/1973, tinha originalmente como finalidade ratear os custos com os combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica nos Sistemas Interligados. Desde 1992, o mecanismo de rateio de custos com combustíveis foi estendido aos sistemas não integrados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), chamados de Sistemas Isolados, localizados em sua maior parte na região Norte do Brasil. Por meio da Lei nº 9.648/1998, a CCC passou a considerar também os custos com os empreendimentos que promovam a economicidade atual ou futura para o fundo, conhecidos como sub-rogações. Além disso, essa lei determinou a descontinuidade, ao final de 2005, da cobertura para os Sistemas Interligados.

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de

Notas Explicativas



energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, são incluídos os custos relativos a:

- contratação de energia e de potência associada;
- geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;
- encargos e impostos;
- investimentos realizados; e
- À aquisição de combustíveis.

Incluem, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

A conta de consumo de combustível refere-se aos valores a receber e recebidos da CCC nos respectivos períodos. A Companhia, em 30 de junho de 2016, apresenta um valor a receber de R\$ 11.519.138 (R\$ 10.356.324 em 31 de dezembro de 2015) e um passivo de R\$ 2.779.898 (R\$ 2.502.801 em 31 de dezembro de 2015) de obrigações de ressarcimento.

Após a promulgação da Lei nº 12.783, a Eletrobras não tem mais a obrigação de fazer contribuições à Conta CCC. Apesar disso, a Conta CCC não foi extinta. Os saldos disponíveis continuarão sendo distribuídos às empresas de geração e distribuição que incorram em despesas adicionais em razão do uso de usinas termelétricas em caso de condições hidrológicas desfavoráveis. De modo a assegurar a continuação da viabilidade da Conta CCC, a Lei nº 12.783 permite que sejam feitas transferências entre a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) e a Conta CCC.

b) Reembolso CDE

A Lei 12.783/13, o Decreto 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica comprada para revenda (Nota 41) em contrapartida a direitos de ressarcimento – Reembolso CDE/CCEE, de acordo com o CPC 07 / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais.

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

Notas Explicativas



	CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		
Elementos prontos	402.453	402.453
	<u>402.453</u>	<u>402.453</u>
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	248.188	441.223
Concentrado de urânio	158.699	7.723
Em curso - combustível nuclear	329.234	129.479
	<u>736.121</u>	<u>578.425</u>
	<u>1.138.574</u>	<u>980.878</u>

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica.

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia e suas controladas apresentam, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Controladas				
Fumas	46.587	43.649	67.517	44.099
Chesf	-	-	396.365	348.887
Eletrosul	-	-	927.940	781.467
Eletronorte	-	-	109.188	37.079
CGTEE	455.409	120.505	-	-
Ceal	-	8.307	-	-
Eletroacre	12.787	12.787	-	-
	<u>514.783</u>	<u>185.248</u>	<u>1.501.010</u>	<u>1.211.532</u>
Outros investimentos				
	-	4.245	-	4.000
	<u>514.783</u>	<u>189.493</u>	<u>1.501.010</u>	<u>1.215.532</u>

Os valores apresentados no consolidado referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) efetuado pelas controladas nas SPEs, destacando-se os AFACs na Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A., no valor de R\$ 87.394 (R\$ 84.847 em 31 de dezembro de 2015); na Chuí Holding S.A. no valor de R\$ 431.913 em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015; na Livramento Holding S.A., no valor de R\$ 192.828 (R\$ 173.860 em 31 de dezembro de 2015); na ESBR no valor de R\$ 318.400 (R\$ 141.400 em 31 de dezembro de 2015) e na TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A., no valor de R\$ 101.000 em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015. Estes AFACs têm o objetivo de viabilizar os empreendimentos.

Em 02 de março de 2016, a Eletrobras aprovou a concessão de AFAC no montante de R\$ 251.000 para a Controlada CGTEE objetivando a cobertura das necessidades de caixa.

NOTA 14 – RISCO HIDROLÓGICO

Nos anos de 2014 e 2015 o país enfrentou condições hidrológicas adversas, fato que desencadeou uma série de consequências para o setor elétrico. Especificamente para as geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a baixa geração de energia das usinas hidráulicas em patamares abaixo da Garantia Física do MRE ocasionou a redução do fator de ajuste do MRE ou Generation Scaling Factor – GSF.

Essa redução interferiu diretamente na entrega de energia para cumprimento dos contratos de fornecimento, pois devido à insuficiência de energia, as geradoras ficam expostas ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no Mercado de Curto Prazo para conseguirem honrar com seus contratos, incorrendo efeitos econômico-financeiros negativos.

A Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, dentre outras questões estabelece as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica aos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. De acordo com o disposto no art. 1º da norma, o risco hidrológico pode ser repactuado, desde que haja anuência da ANEEL, e com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia elétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação.

Observados os critérios e condições definidas na norma, a SFF (Secretaria de Fiscalização Financeira da ANEEL) entende que as empresas interessadas na repactuação possuem condições plenas de quantificarem os montantes de energia elegíveis, tanto para o ACR quanto para o ACL. Destaca-se que não só as informações dos montantes são de conhecimento da empresa, mas como a decisão pela repactuação é de seus administradores, e ao Órgão Regulador caberia apenas homologar os valores. Uma vez que as informações fornecidas pelas empresas aderentes à repactuação estejam consistentes às premissas estabelecidas na legislação, não haveria discricionariedade por parte do regulador quanto à homologação da repactuação. O GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante que será compensando com os prêmios de risco calculados pelas controladas que optaram por aderir à repactuação – Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Amazonas GT.

Notas Explicativas

A composição dos valores contabilizados em decorrência da repactuação do risco hidrológico, referente aos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado – ACR são os seguintes:

	<u>CONSOLIDADO</u> 30/06/2016	<u>CONSOLIDADO</u> 31/12/2015
UHE Tucuruí	244.432	312.414
UHE Serra da Mesa	171.910	189.367
UHE Mascarenhas de Moraes	71.131	79.076
UHE Itumbiara	55.083	67.487
UHE Simplício	48.330	54.371
UHE Batalha	12.278	13.813
UHE Balbina	19.127	24.928
UHE Mauá	14.404	14.968
UHE Manso	23.057	25.939
UHE Passo São João	5.694	5.918
UHE São Domingos	5.492	5.708
	<u>670.938</u>	<u>793.990</u>
Total do Ativo Circulante	159.114	195.830
Total do Ativo Não Circulante	511.824	598.160
TOTAL	<u>670.938</u>	<u>793.990</u>

Notas Explicativas

**NOTA 15 – INVESTIMENTOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Furnas	18.581.365	10.171.122	-	-
Chesf	14.442.003	8.811.169	-	-
Eletrosul	5.290.568	4.385.308	-	-
Eletronorte	14.510.298	11.912.412	-	-
Eletropar	128.707	120.338	-	-
	<u>52.952.941</u>	<u>35.400.349</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
b) Coligadas				
CEEE-GT	683.620	448.274	683.620	448.274
EMAE	306.091	296.828	316.932	307.195
CTEEP	974.633	924.185	994.563	942.732
CEMAR	684.078	653.419	684.078	653.419
Lajeado Energia	232.901	219.173	232.901	219.173
CEB Lajeado	69.275	80.353	69.275	80.353
Paulista Lajeado	23.287	23.507	23.287	23.507
Energisa MT	400.716	385.318	400.716	385.318
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	233.798	208.795
	<u>3.374.601</u>	<u>3.031.057</u>	<u>3.639.170</u>	<u>3.268.766</u>
c) Controlada em conjunto				
Inambari	115	115	172	115
Mangue Seco II	16.696	16.889	16.696	16.889
CHC	87.832	98.514	87.832	98.514
Norte Energia (Belo Monte)	1.426.117	1.039.632	4.531.722	3.469.789
Rouar	93.102	111.775	93.102	111.775
Madeira Energia S.A. (MESA)	-	-	3.012.128	2.896.068
ESBR Participações S.A.	-	-	2.713.950	2.807.626
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	-	940.858	912.098
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	-	-	903.115	887.528
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	613.349	621.873
Enerpeixe S.A.	-	-	544.818	561.282
Teles Pires Participações	-	-	719.541	662.564
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	-	-	451.383	415.501
Belo Monte Transmissora de Energia	-	-	610.658	391.058
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	-	339.858	318.972
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	-	-	271.476	270.252
Goiás Transmissão S.A.	-	-	188.588	190.245
Companhia Energética Sinop S.A.	-	-	224.506	179.052
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	-	188.291	176.941
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	-	190.279	175.572
Transnorte Energia S.A.	-	-	149.409	148.373
Chapada Piauí II Holding S.A.	-	-	122.118	142.187
MGE Transmissão S.A.	-	-	133.977	136.755
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	-	-	138.318	134.739
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	-	-	124.025	128.418
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	-	-	123.011	121.774
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	-	127.091	120.873
Chapada Piauí I Holding S.A.	-	-	112.811	109.497
Empresa de Energia São Manoel	-	-	332.917	103.314
Paranaíba	-	-	112.697	100.726
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	-	95.180	97.374
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	-	-	96.900	97.154
Transenergia São Paulo S.A.	-	-	93.033	91.141
Triângulo Mineiro Transmissora	-	-	103.309	82.555
Outros	160.489	195.241	1.301.111	1.219.776
	<u>1.784.351</u>	<u>1.462.166</u>	<u>19.808.229</u>	<u>17.998.370</u>
SUBTOTAL	<u>58.111.893</u>	<u>39.893.572</u>	<u>23.447.398</u>	<u>21.267.136</u>
Provisão para perdas em investimentos	(87.947)	(98.628)	(501.881)	(489.866)
TOTAL	<u>58.023.946</u>	<u>39.794.944</u>	<u>22.945.517</u>	<u>20.777.270</u>

Notas Explicativas



	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Investimentos mantidos a valor justo				
AES Tietê	447.519	437.532	447.519	437.532
Coelce	223.013	196.429	223.013	196.429
Energisa S.A.	117.137	124.104	117.137	124.104
Cesp	113.673	87.023	113.673	87.023
Celpe	38.344	42.379	38.344	42.379
Celesc	54.790	41.513	54.790	41.513
CELPE	27.044	28.859	27.044	28.859
COPEL	30.677	24.492	30.677	24.492
CGEEP	18.500	17.662	18.500	17.662
CEB	7.826	6.130	7.826	6.130
AES Eletropaulo	-	-	17.708	17.603
Energias do Brasil	-	-	25.775	17.888
CPFL Energia	-	-	37.105	25.861
Outros	12.064	12.020	106.100	109.785
	<u>1.090.587</u>	<u>1.018.143</u>	<u>1.265.211</u>	<u>1.177.260</u>

15.1 – Provisões para perdas em investimentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
INAMBARI	115	115	172	115
CHC	87.832	98.513	87.832	98.513
ESBR Participações S.A.	-	-	15.500	15.500
Madeira Energia S.A.	-	-	97.010	97.010
Teles Pires Participações	-	-	230.824	230.823
Empresa de Energia São Manoel	-	-	47.905	47.905
Outros	-	-	22.638	-
	<u>87.947</u>	<u>98.628</u>	<u>501.881</u>	<u>489.866</u>

15.2 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
CTEEP	978.344	962.995
CEEE-GT	34.695	34.695
	<u>1.013.039</u>	<u>997.690</u>

A Companhia efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas informações trimestrais consolidadas. Os ajustes realizados referem-se principalmente a política contábil para reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa e reconhecimento das obrigações relacionadas a benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas



15.3 - Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho / Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2016
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
Furnas	10.171.122	-	(22.817)	-	-	-	8.433.060	18.581.365
Chesf	8.811.169	-	(82.358)	-	-	-	5.713.192	14.442.003
Eletrosul	4.385.308	-	-	-	-	-	905.260	5.290.568
Eletronorte	11.912.412	-	-	-	-	(70.122)	2.668.008	14.510.298
Eletropar	120.338	-	8.968	-	-	(3.365)	2.765	128.707
Mangue Seco II	16.889	-	-	-	-	-	(193)	16.696
CHC	98.514	-	(8.713)	-	-	-	(1.969)	87.832
Norte Energia (Belo Monte)	1.039.632	-	(2.015)	388.500	-	-	-	1.426.117
Inambari	115	-	-	-	-	-	-	115
CEEE- GT	448.274	-	6.416	-	-	-	228.930	683.620
EMAE	296.828	-	-	-	-	-	9.263	306.091
CTEEP	924.185	56.854	-	-	-	(38.907)	32.501	974.633
CEMAR	653.419	-	-	-	-	(32.155)	62.814	684.078
Lajeado Energia	219.173	-	(1)	-	-	(11.001)	24.730	232.901
CEB Lajeado	80.353	-	-	-	-	(15.490)	4.412	69.275
Paulista Lajeado	23.507	-	-	-	-	(559)	338	23.287
Rouar	111.775	-	(20.082)	-	-	-	1.409	93.102
Energisa MT	385.318	-	-	-	-	-	15.398	400.716
Outros	195.241	-	(34.752)	-	-	-	-	160.489
TOTAL DE INVESTIMENTOS	39.893.572	56.854	(155.353)	388.500	-	(171.599)	18.099.919	58.111.893

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2014	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho / Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2015
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
FURNAS	10.327.900	-	(27.376)	-	-	-	205.468	10.505.992
CHESF	9.483.869	-	(57.512)	-	-	-	497.669	9.924.026
ELETROSUL	5.262.369	-	-	-	-	(25.593)	(236.886)	4.999.890
ELETRONORTE	13.158.185	-	-	12.984	(68)	(1.363.205)	108.425	11.916.321
ELETRONUCLEAR	4.792.158	-	(572)	-	-	-	(14.008)	4.777.578
ELETROPAR	117.951	-	17.192	-	-	-	1.846	136.989
ED ACRE	53.100	-	-	-	-	-	(35.597)	17.503
ED RONDONIA	104.066	-	-	-	-	-	(17.110)	86.956
CELG D	108.872	-	-	-	-	-	(108.872)	-
ITAIPU BINACIONAL	132.810	-	22.320	-	-	-	-	155.130
EÓLICA MANGUE SECO	16.726	-	-	-	-	-	(796)	15.930
CHC	79.081	-	12.292	-	-	-	(8.929)	82.444
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	802.964	50.249	-	75.000	-	-	(5.184)	923.029
INAMBARI	164	-	1	-	-	-	(27)	138
CEEE- GT	449.336	-	2.550	-	-	-	14.397	466.283
EMAE	265.552	-	(1.392)	-	-	-	7.639	271.799
CTEEP	927.814	-	-	-	-	(39.178)	31.610	920.246
CEMAR	554.817	-	-	-	-	(145)	47.272	601.944
REDE LAJEADO	206.282	-	-	-	-	-	2.276	208.558
CEB LAJEADO	71.723	-	-	-	-	-	2.219	73.942
CEEE- D	7.476	-	2.956	-	-	-	(10.432)	-
PAULISTA LAJEADO	18.119	-	-	-	-	2.165	120	20.404
ROUAR	70.044	-	12.097	-	-	-	13.226	95.367
ENERGISA MT	376.031	-	-	-	-	-	14.831	390.862
TOTAL DE INVESTIMENTOS	47.387.409	50.249	(17.444)	87.984	(68)	(1.425.956)	509.157	46.591.331

Notas Explicativas



Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho / Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2016
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO								
Mangue Seco II	16.889	-	-	-	-	-	(193)	16.696
CHC	98.514	-	(8.713)	-	-	-	(1.969)	87.832
Norte Energia (Belo Monte)	3.469.789	165.000	(2.015)	905.982	-	-	(7.034)	4.531.722
Inambari	115	-	-	-	-	-	57	172
CEEE- GT	448.274	-	6.416	-	-	-	228.930	683.620
EMAE	207.195	-	(76)	-	-	-	9.813	316.932
CTEEP	942.732	57.970	-	-	(60)	(39.631)	33.552	994.563
CEMAR	653.419	-	-	-	-	(32.155)	62.814	684.078
Lajeado Energia	219.173	-	(1)	-	-	(11.001)	24.730	232.901
CEB Lajeado	80.353	-	-	-	-	(15.490)	4.412	69.275
Paulista Lajeado	23.507	-	-	-	-	(559)	338	23.287
Rouar	111.775	-	(20.082)	-	-	-	1.409	93.102
Energisa MT	385.318	-	-	-	-	-	15.398	400.716
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.896.068	152.100	-	-	-	-	(36.040)	3.012.128
ESBR Participações S.A.	2.807.626	-	-	-	-	-	(93.676)	2.713.950
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	912.098	-	-	-	-	(439)	29.199	940.858
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	887.528	-	-	-	-	-	15.587	903.115
Manaus Transmissora de Energia S.A.	621.873	-	-	-	-	50	(8.574)	613.349
Enerpeixe S.A.	561.282	-	-	-	-	(41.517)	25.053	544.818
Teles Pires Participações	662.564	68.009	-	-	-	-	(11.032)	719.541
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	415.501	-	-	-	-	-	35.882	451.383
Belo Monte Transmissora de Energia	391.058	61.250	-	161.250	-	-	61.250	610.658
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	318.972	735	-	-	-	5.780	14.371	339.858
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	270.252	-	-	-	-	-	1.224	271.476
Energética Águas da Pedra S.A.	208.795	-	-	-	-	(5.179)	30.182	233.798
Goias Transmissão S.A.	190.245	-	-	-	-	-	(1.657)	188.588
Companhia Energética Sinop S.A.	179.052	36.750	-	10.379	-	-	(1.675)	224.506
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	176.941	-	-	-	-	(41.862)	53.212	188.291
Integração Transmissora de Energia S.A.	175.572	-	-	-	-	(334)	15.041	190.279
Transnorte Energia S.A.	148.373	-	-	-	-	-	1.036	149.409
Chapada Piauí II Holding S.A.	142.187	-	-	-	-	-	(20.069)	122.118
MGE Transmissão S.A.	136.755	-	-	-	-	-	(2.778)	133.977
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	134.739	-	-	-	-	-	3.579	138.318
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	128.418	-	-	-	-	-	(4.393)	124.025
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	121.774	-	-	-	-	-	1.237	123.011
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	120.873	-	-	-	-	-	6.218	127.091
Chapada Piauí I Holding S.A.	109.497	14.040	-	-	-	-	(10.726)	112.811
Empresa de Energia São Manoel	103.314	230.656	-	-	-	-	(1.053)	332.917
Paranaíba	100.726	7.291	-	-	-	-	4.680	112.697
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	97.374	-	-	-	-	-	(2.194)	95.180
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.154	-	-	-	-	-	(254)	96.900
Transenergia São Paulo S.A.	91.141	-	-	-	-	(1.553)	3.445	93.033
Triângulo Mineiro Transmissora	82.555	7.350	-	-	-	-	13.404	103.309
Outros	1.219.776	133.294	(31.521)	7.943	-	(32.971)	4.590	1.301.111
TOTAL DE INVESTIMENTOS	21.267.136	934.445	(55.992)	1.085.554	(60)	(216.861)	433.177	23.447.398

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2014	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho / Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2015
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO								
ITAIPU BINACIONAL	132.810	-	22.320	-	-	-	-	155.130
EÓLICA MANGUE SECO	16.726	-	-	-	-	-	(796)	15.930
CHC	79.081	-	12.292	-	-	-	(8.929)	82.444
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	2.676.578	175.498	-	75.000	166.831	-	(18.135)	3.075.772
INAMBARI	164	-	1	-	-	-	(27)	138
CEEE- GT	449.336	-	2.550	-	-	-	14.397	466.283
EMAE	275.214	-	(1.443)	-	-	-	7.917	281.688
CTEEP	946.187	-	-	-	-	(39.911)	32.435	938.711
CEMAR	554.817	-	-	-	-	(145)	47.272	601.944
REDE LAJEADO	206.282	-	-	-	-	-	2.276	208.558
CEB LAJEADO	71.723	-	-	-	-	-	2.219	73.942
CEEE- D	7.476	-	2.956	-	-	-	(10.432)	-
PAULISTA LAJEADO	18.119	-	-	-	-	2.165	120	20.404
ROUAR	70.044	-	12.097	-	-	-	13.226	95.367
ENERGISA MT	376.031	-	-	-	-	-	14.831	390.862
ESBR PARTICIPAÇÕES S.A.	2.907.364	180.000	-	-	-	-	(129.510)	2.957.854
MADEIRA ENERGIA S.A.	2.724.068	126.750	-	-	-	-	(136.761)	2.714.057
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	842.103	(420.369)	-	-	420.369	-	1.228	843.331
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	822.342	-	-	-	-	(402)	21.655	843.595
ENERPEIXE S.A.	555.860	-	-	-	-	-	24.879	580.739
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	547.784	-	-	-	-	-	11.584	559.368
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.	496.425	156.224	-	-	-	-	(26.139)	626.510
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	364.522	-	-	-	-	-	22.720	387.242
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	275.960	16.000	-	-	-	2.660	3.279	297.899
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	184.632	2.450	-	-	-	(75)	11.368	198.375
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.	181.526	31.899	-	-	-	-	12.086	225.511
COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A.	177.772	2.450	-	-	-	-	2.683	182.905
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	169.450	-	-	-	-	(3.488)	13.363	179.325
STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.	163.434	-	-	-	-	(13.916)	20.660	170.178
SANTA VITÓRIA DO PALMAR HOLDING S.A.	157.627	-	-	-	-	-	(27.247)	130.380
TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A.	139.719	-	-	-	-	-	6.012	145.731
GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.	138.436	-	-	-	-	-	25.443	163.879
MGE TRANSMISSÃO S.A.	118.953	-	-	1.960	-	-	3.247	124.160
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	115.568	-	-	-	-	-	4.260	119.828
RETIRO BAIXO ENERGIA S.A.	111.906	-	-	2.695	-	-	(1.416)	113.185
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	96.813	-	-	-	-	-	170	96.983
VAMCRUZ PARTICIPAÇÕES S.A.	-	-	74.281	-	-	-	(7)	74.274
BAGUARI ENERGIA S.A.	85.815	-	-	-	-	(6.768)	3.640	82.687
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	85.368	-	-	-	-	(1.531)	4.417	88.254
TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.	83.116	-	-	1.960	-	-	942	86.018
Outros	1.273.159	136.242	(74.281)	18.278	(6.964)	(15.781)	(74.140)	1.256.513
TOTAL DE INVESTIMENTOS	18.700.310	407.144	50.773	99.893	580.236	(77.192)	(105.210)	19.655.954

Notas Explicativas



15.4 Informações do valor de mercado das investidas

Empresas de capital aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado (*)	
			30/06/2016	31/12/2015
CTEEP	Equivalência Patrimonial	36,05%	3.575.535	2.589.826
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	1.151.287	989.887
AES Tiete	Valor de mercado	7,94%	447.519	437.532
ENERGISA MT	Equivalência Patrimonial	27,52%	337.558	335.109
COELCE	Valor de mercado	7,06%	223.013	196.429
ENERGISA S.A	Valor de mercado	2,99%	117.137	116.497
CESP	Valor de mercado	2,05%	113.673	87.023
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	32,59%	175.172	76.904
CEEE-D	Equivalência Patrimonial	32,59%	112.661	65.302
EMAE	Equivalência Patrimonial	40,44%	74.821	60.404
CELPA	Valor de mercado	0,99%	38.344	42.379
CELESC	Valor de mercado	10,75%	54.790	41.513
AES Eletropaulo	Valor de mercado	1,25%	17.708	32.098
CPFL Energia	Valor de mercado	0,18%	37.105	25.861
CELPE	Valor de mercado	1,56%	27.044	28.859
COPEL	Valor de mercado	0,56%	30.677	24.492
Energias do Brasil	Valor de mercado	0,31%	25.775	20.357
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	0,47%	18.500	17.662
CEB	Valor de mercado	2,10%	7.826	6.130
CELGPAR	Valor de mercado	0,07%	138	92

(*) Baseado na cotação das ações na data-base.

15.5 Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

I - Ativo e Passivo

		30/06/2016					31/12/2015					
		ATIVO		PASSIVO			ATIVO		PASSIVO			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante		Patrimônio líquido	Total Passivo	
		Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total Ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos			Outros passivos
Norte Energia S.A	49,98%	2.955	359.460	33.243.143	404.955	34.010.513	133.586	537.140	24.194.421	255.983	8.889.383	34.010.513
Madeira Energia S.A.	39,00%	510.762	1.385.457	22.336.434	968.335	25.200.988	465.385	1.473.392	14.428.030	1.285.496	7.548.685	25.200.988
ESBR Participações	40,00%	76.541	705.852	21.620.879	1.860.627	24.263.899	315.903	765.790	10.630.213	5.402.409	6.811.584	24.263.899
Teles Pires Participações	49,44%	38.349	142.413	5.106.374	255.169	5.542.305	960.891	199.278	2.630.023	233.237	1.518.876	5.542.305
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	49,00%	128.567	494.336	4.582.586	74.545	5.280.034	171.952	127.482	1.726.167	1.200.891	2.053.542	5.280.034
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	60.118	277.329	3.270.504	187.781	3.795.732	96.930	288.716	1.143.418	450.613	1.816.055	3.795.732
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	130.678	139.158	3.048.813	185.074	3.503.723	131.433	1.348.920	731.383	1.128.458	3.503.723	3.503.723
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	32.980	150.915	2.201.995	90.131	2.476.021	69.687	104.582	769.427	293.238	1.239.087	2.476.021
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	49,00%	291.836	9.004	1.929.487	2.230.327	4.122	1.137.645	174.556	382.035	1.542.934	892.160	2.230.327
Serra do Facho Energia S.A.	49,47%	11.474	46.127	1.993.242	144.284	2.195.127	44.122	169.352	1.542.934	56.684	2.195.127	2.195.127
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	27.347	601	2.014.351	92.369	2.134.668	1.056.981	103.348	-	65.553	908.786	2.134.668
Enepeixe S.A.	40,00%	8.346	67.592	1.570.897	53.152	1.699.987	-	102.251	-	235.690	1.362.046	1.699.987
Lajeado Energia	40,07%	60.542	132.623	1.288.777	128.069	1.610.011	6.479	119.996	448.524	2.402	1.032.610	1.610.011
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	10.376	94.844	1.077.532	27.306	1.210.058	33.170	25.465	297.605	160.230	693.588	1.210.058
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50%	10.624	7.322	1.143.240	26.981	1.188.167	30.662	80.752	566.760	50.007	459.986	1.188.167
Companhia Energética Sinop	49,00%	11.158	4.449	1.080.512	4.135	1.100.254	353.705	38.625	-	195.661	512.263	1.100.254
Santa Vitória do Palmar	49,00%	5.926	17.579	979.303	32.980	1.035.788	23.835	154.258	724.526	58.646	74.523	1.035.788
Complexo Edício Chapada do Plauí I	49,00%	47.689	23.745	898.505	1	969.940	212.105	29.760	472.162	47.840	208.073	969.940
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	51,00%	5.207	129.427	804.081	20.024	956.739	37.110	43.878	432.949	168.529	275.873	956.739
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	52.670	43.556	630.079	146.318	873.223	34.645	25.530	323.130	12.779	477.139	873.223
Complexo Edício Chapada do Plauí II	49,00%	44.337	19.197	806.698	48	870.280	37.842	21.877	548.847	78.219	183.495	870.280
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	20.382	202.833	530.861	18.458	772.534	19.850	81.947	132.846	153.624	384.267	772.534
Goias Transmissora	49,00%	17.978	6.151	683.180	12.235	719.544	11.791	54.706	207.624	60.549	384.874	719.544
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	80,00%	19.661	28.188	634.241	11.160	693.250	31.927	10.560	305.774	5.297	339.692	693.250
Chuí Holding	49,00%	47.828	10.924	593.166	15.442	667.360	24.366	32.600	338.344	442.813	(170.763)	667.360
Companhia Energética do Maranhão (CEMAR)	33,55%	321.974	1.770.728	2.832.394	244.082	5.169.178	197.448	736.856	1.436.853	758.366	2.039.565	5.169.178
Rouar	50,00%	58.519	9.866	301.426	3.113	372.923	4.779	166.912	5.629	186.169	372.923	372.923
CEEE-D	32,59%	78.574	658.253	2.229.337	265.032	3.231.196	4.822	1.242.461	443.977	1.974.468	(434.532)	3.231.196
Manguê Seco II	49,00%	22.276	2.046	89.560	7.726	121.608	8.812	8.202	66.555	4.386	33.653	121.608
Paulista Lajeado	40,07%	16.676	10.320	19	122.940	149.955	5.644	34.790	1.432	108.089	149.955	149.955
CEEE-GT	32,59%	8.982	398.138	1.023.977	2.016.679	3.447.776	5.436	349.442	261.898	948.956	1.882.044	3.447.776

Notas Explicativas



II - Resultado

30/06/2016						
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Norte Energia S.A	74.214	41.757	(6.791)	16.681	(20.882)	(317)
Madeira Energia S.A.	1.330.408	104.605	(740.659)	(36.671)	(92.411)	(323.492)
ESBR Participações	1.006.859	16.905	(436.997)	82.972	(168.729)	(228.046)
Teles Pires Participações	341.954	21.870	(144.046)	(8.592)	(27.419)	(79.244)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	220.162	13.864	(128.842)	(20.041)	59.287	(246)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	85.401	4.550	(58.366)	(1.225)	13.453	(482)
Chapecoense Geração S.A.	317.518	17.082	(84.445)	(59.131)	89.706	(29.882)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	65.052	4.090	(45.603)	4.477	(17.323)	-
Belo Monte Transmissora de Energia	-	54.344	(44.796)	(14.315)	(7.213)	(65)
Serra do Facão Energia S.A.	154.535	2.205	(132.812)	21.143	(48.004)	(54.863)
Empresa de Energia São Manoel	-	11.785	(11.603)	1.303	(2.529)	-
Enerpeixe S.A.	160.378	2.640	(23.971)	(9.347)	62.635	(24.592)
Lajeado Energia	235.943	10.321	(42.374)	(19.401)	61.717	(14.382)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	81.560	2.651	(14.586)	(19.011)	29.328	(2)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	54.262	1.288	(24.811)	(9.857)	19.184	(47)
Companhia Energética Sinop	-	636	(98)	1.645	(3.150)	(29)
Santa Vitória do Palmar	47.699	1.964	(41.250)	(2.115)	(27.972)	(25.526)
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	56.902	209	(53.989)	(2.105)	(21.891)	(15.412)
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	45.506	1.714	(30.388)	2.221	11.676	-
Energética Águas da Pedra S.A.	100.159	5.057	(20.367)	(7.177)	35.841	(8.456)
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	42.459	643	(46.891)	(1.562)	(40.956)	(12.194)
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	79.547	1.799	(13.946)	53.096	108.593	(45)
Goiás Transmissão	11.931	956	(8.617)	(722)	(3.381)	(30)
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	25.465	2.232	(21.029)	(601)	1.877	(5)
Chuí Holding	27.583	2.893	(19.383)	(1.275)	(13.402)	(17.340)
Companhia Energética do Maranhão (CEMAR)	1.409.106	258.693	(224.020)	(47.590)	187.226	(17.114)
Rouar	12.720	-	(4.950)	2.696	593	(593)
CEEE-D	1.669.442	297.998	(247.834)	31.619	49.064	(62.964)
Mangue Seco II	6.638	1.795	(2.697)	169	(176)	(2.623)
Lajeado Energia	235.943	10.321	(42.374)	(19.401)	61.717	(14.382)
CEEE-GT	724.756	103.553	(52.696)	(142.253)	374.504	(15.127)

30/06/2015						
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Amapari Energia S.A.	-	1.015	(1.074)	-	(3.358)	-
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	14.300	321	(1.480)	(677)	9.877	(102)
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	-	17.931	(19.895)	(1.074)	(5.884)	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	19.387	575	(1.278)	(5.103)	9.815	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	12.442	1.262	(4.009)	(520)	(1.992)	(4.233)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	12.693	1.808	(4.150)	(592)	(2.023)	(4.587)
Companhia Energética Sinop	-	3.216	15.084	-	12.984	(51)
Construtora Integração Ltda	-	246	(25)	(28)	(2.320)	(1)
Energética Águas da Pedra S.A.	79.584	1.516	(13.293)	(2.860)	14.329	(9.287)
Integração Transmissora de Energia S.A.	54.181	1.428	(7.387)	(8.604)	30.892	-
Manaus Construtora Ltda	-	34	(743)	255	(1.308)	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.	21.918	-	(6.547)	3.392	9.068	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	54.899	293	(32.981)	(5.456)	10.590	-
Norte Energia S.A	18.041	36.045	(35.815)	104.030	(41.218)	(4.335)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	10.770	1.120	(4.224)	(532)	(3.535)	(4.182)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	17.917	863	(5.306)	(1.693)	9.015	(125)
Transnorte Energia S.A.	24.677	-	(10)	(3.945)	7.684	(14)
CEEE-D	2.011.026	-	(21.617)	(114.421)	(147.169)	(31.685)
CEEE-GT	285.776	59.222	-	37.137	34.758	(13.349)
CEMAR	1.282.642	189.453	(207.950)	(27.672)	141.725	(62.117)
Chapecoense Geração S.A.	295.974	10.354	(66.811)	(43.249)	56.799	(29.288)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	99.084	3.035	(32.857)	24.178	(55.358)	-
CTEEP	532.687	73.447	(71.032)	(39.932)	166.490	(4.272)
Enerpeixe S.A.	235.317	3.412	(23.569)	(8.527)	62.199	(24.699)
ESBR Participações S.A.	841.352	4.313	(204.123)	150.733	(302.617)	(127.644)
Inambari Geração de Energia	-	9	-	-	(91)	(6)
Interligação Elétrica do Madeira S.A	207.318	9.556	(134.131)	(12.627)	48.001	163
Itaipu	5.670.524	64.831	(674.448)	-	2.809.769	-
Livramento Holding S.A.	16.551	241	(4.973)	-	(32.162)	-
Madeira Energia S.A	1.334.564	65.503	(566.831)	(3.221)	(350.670)	(228.795)
Serra do Facão Energia S.A	145.091	1.732	(23.039)	8.753	(101.721)	(21.734)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	76.940	1.692	(14.381)	(12.611)	42.162	(57)

Notas Explicativas**15.5.1 – Empresas de Geração e Transmissão:**

(a) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas.

(b) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. As operações da CHESF na atividade de geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW*, e na atividade de transmissão o sistema é composto por 115 subestações e 19.669 Km* de linhas de alta tensão.

Em 31 de dezembro de 2015, os trâmites necessários para efetiva retirada da CTEEP na composição acionária da SPE Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. foram concluídos junto ao órgão regulador – ANEEL. Dessa forma a Controlada Chesf passou a deter 100% de participação acionária na Extremoz.

No final de 2015, a Chesf adquiriu o controle sobre a SPE Tamanduá Mirim 2 Energia S.A., pertencente ao Complexo Eólico Pindaí III, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do Sócio Sequoia Capital Ltda. no referido empreendimento. Sendo assim, a Controlada Chesf passou a deter o controle com 83,01% de participação acionária nesse empreendimento.

(c) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Companhia, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW* e 6 usinas termelétricas, com capacidade de 479,97 MW*, perfazendo uma capacidade instalada de 9.340,02 MW*. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 9.287,13 Km* de linhas de transmissão, 45 subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN, 695,89 Km* de linhas de transmissão, 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.983,02 Km* de linhas de transmissão e 55 subestações.

(d) Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS) – controlada pela Companhia, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, além de participar de Sociedades de Propósito Específico. O sistema de produção de energia elétrica operado por Furnas é composto por 10 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada com uma potência instalada de 8.327 MW*, e 2 usinas termelétricas com 962 MW* de capacidade, totalizando 9.289 MW*.

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas**15.5.2 - Demais Empresas**

a) Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. (Eletropar) - controlada pela Companhia, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades. Em 15 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral de Credores da Eletronet S.A., a qual a Eletropar é agente de Furnas, Chesf e Eletronorte, deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

A CTEEP, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, no trimestre findo em 30 de junho de 2016, não realizou a mensuração nem o registro contábil da atualização do ativo de transmissão previstos no artigo 15 da Lei nº 12.783/2013 conforme as definições da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016 do Ministério das Minas e Energia.

e) Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da Equatorial Energia S.A. (Equatorial), que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028. Além do contrato de distribuição, a CELPA possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentava capital circulante líquido de R\$ 340.841 (capital circulante líquido negativo de R\$ 350.275 em 31 de dezembro de 2015), o resultado determinou um patrimônio líquido de R\$ 1.979.395 (R\$ 1.844.970 em 31 de dezembro de 2015) e lucros acumulados de R\$ 149.936 (R\$ 392.340 em 31 de dezembro de 2015).

Todos os créditos existentes contra a investida até a data do ajuizamento do seu pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado em 01 de setembro de 2012 em assembleia geral de credores.

Notas Explicativas

f) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação. A investida apresentava capital circulante líquido de R\$ 784.446 (R\$ 112.812 em 31 de dezembro de 2015).

g) Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (Energisa MT) - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Energisa S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 3 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

h) Norte Energia S.A. – sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém 49,98% do capital social da Norte Energia. Essa investida vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A investida necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica. Em 30 de junho de 2016, a investida apresentava capital circulante líquido de R\$ 219.318 (R\$ 359.526 em 31 de dezembro de 2015).

i) Madeira Energia S.A. – sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social da Madeira Energia. A investida está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

Em 30 de junho de 2016, a investida Madeira Energia S.A. (MESA), da qual Furnas tem participação de 39% apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 42.558. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a investida conta com os aportes de recursos de seus acionistas. Parte da situação financeira da MESA é afetada pelo reconhecimento de provisão para perdas sobre parte do valor esperado de recebimento de dispêndios reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA).

Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em “Termos e Condições”, o referido compromisso.

Notas Explicativas

No entanto, este cronograma não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R\$ 122,00/MWh* para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Administração da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo (o acima citado direito de ressarcimento junto ao CCSA). Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R\$ 1.558.365, foi reconhecida uma provisão para perda cujo valor em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 678.551, o que reflete o valor líquido esperado de recebimento de R\$ 879.814 em junho de 2016 (R\$ 830.890 em 31 de dezembro de 2015).

Para dirimir dúvidas quanto à utilização do limitador contratual considerado no cálculo de parte do resultado líquido da antecipação do cronograma de entrada em operação comercial da usina, prevista no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), que originou o referido impairment, a Controlada requereu, perante a International Chamber of Commerce ("ICC"), a instauração de processo arbitral face ao CCSA, sendo que o mesmo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento de Arbitragem da ICC. Em 31 de dezembro de 2015, o processo aguarda constituição do tribunal arbitral, não havendo nenhuma alteração processual até 30 de junho de 2016.

A MESA e o CCSA estão em tratativas no intuito de convergirem em um acordo com relação à forma e prazo de liquidação do pleito.

O Conselho de Administração, na reunião nº 002/452, recomendou à Furnas que tome as providências necessárias nas esferas de governança adequadas, para preservar os créditos da SAESA contra o CCSA, de modo a rever o prejuízo na SPE e, por decorrência, seus reflexos em Furnas, por sua participação na SPE.

j) ESBR Participações S.A. (ESBRP) - sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Energia Sustentável do Brasil S.A ("ESBR"), detentora da concessão de uso do bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Jirau, em fase de construção no Rio Madeira, no Estado de Rondônia. A Companhia detém 40% do capital ESBRP. Em 30 de junho de 2016, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 252.518 (R\$ 513.443 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R\$ 2.412.302 (R\$ 2.112.648 em 31 de dezembro de 2015) e patrimônio líquido de R\$ 6.719.409 (R\$ 7.019.063 em 31 de dezembro de 2015).

k) Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira) - constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL. A linha de transmissão Porto Velho – Araraquara entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013. As estações Inversora e Retificadora entraram em operação comercial em 12 de maio de 2014. A companhia detém 49% do capital do IE Madeira.

l) Manaus Transmissora de Energia S.A. - sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico de explorar concessões de serviços

Notas Explicativas



públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A SPE detém a concessão, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de Linha de Transmissão 500 kV* Oriximiná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 kV* e SE Cariri 500/230kV*.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de outubro de 2008, pelo prazo de trinta anos, as atividades operacionais iniciaram em 2013.

A Companhia detém 49,50% do capital da Manaus Transmissora de Energia S.A.

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes.

15.5.3 – Sociedades sob Gestão

a) Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) - a Companhia assinou, em 12 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia de Eletricidade do Amapá.

A Companhia e o Governo do Estado do Amapá celebraram, em 12 de setembro de 2013, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CEA que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra, pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CEA, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CEA, os quais serão, posteriormente, substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado do Amapá obteve financiamento do Governo Federal, com a finalidade de quitação das dívidas da CEA junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

b) Companhia Energética de Roraima (CERR) - a Companhia assinou, em 26 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia Energética de Roraima. Este processo prevê que a Companhia poderá assumir o controle da CERR, por meio da aquisição do controle acionário da companhia.

A Companhia e o Governo do Estado de Roraima celebraram, inicialmente, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, respeitadas as autorizações necessárias, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CERR que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CERR, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CERR, os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Notas Explicativas



Neste processo o Governo do Estado de Roraima obteve financiamento, com a finalidade de quitação das dívidas da CERR junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

15.5.4 – Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, as empresas controladas pela Companhia participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em diversas empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo – Investimentos. Os investimentos mais relevantes com participação da Companhia e suas controladas em sociedades de propósito específico não diferem do apresentado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com exceção do Complexo Eólico Sento Sé III, composto pelas SPEs Banda de Couro Energética S.A. e Baraúnas II Energética S.A., passando de 49% de ambas as SPEs para 1,76% e 1,56%, respectivamente.

Notas Explicativas



15.6 – Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversas ações no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (Vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,78% em 30 de junho de 2016 (8,60% em 31 de dezembro 2015) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo:

CONTROLADORA			
30/06/2016			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	974.633	99,28%	967.616
EMAE	306.091	100%	306.091
CESP	113.673	98,32%	111.763
AES TIETE	447.519	100%	447.519
COELCE	223.013	96,26%	214.672
CGEEP	18.500	100%	18.500
ENERGISA MT	400.716	92,41%	370.302
CELPA	38.344	100%	38.344
CELPE	27.044	100%	27.044
CEEE - GT	683.620	100%	683.620
ENERGISA S.A.	117.137	82,50%	96.638
CELESC	54.790	95,73%	52.450
CEMAR	684.078	98,63%	674.706
SUBTOTAL	<u>4.089.158</u>		<u>4.009.265</u>
Outros Investimentos	<u>55.025.375</u>		-
TOTAL	<u>59.114.533</u>		<u>4.009.265</u>

Notas Explicativas

**NOTA 16 – IMOBILIZADO**

Os itens do ativo referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias a terceiros.

As Obrigações Especiais (obrigações vinculadas às concessões) correspondem a recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

	CONSOLIDADO				
	30/06/2016				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	Impairment	Valor líquido
Em serviço					
Geração	47.246.055	(22.438.339)	(552.972)	(11.098.567)	13.156.177
Administração	2.495.262	(1.512.143)	(12.270)	-	970.849
Distribuição	1.398.468	(470.496)	-	-	927.972
	<u>51.139.785</u>	<u>(24.420.978)</u>	<u>(565.242)</u>	<u>(11.098.567)</u>	<u>15.054.998</u>
Em curso					
Geração	11.734.748	-	-	-	11.734.748
Administração	826.747	-	-	-	826.747
	<u>12.561.495</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.561.495</u>
	<u>63.701.280</u>	<u>(24.420.978)</u>	<u>(565.242)</u>	<u>(11.098.567)</u>	<u>27.616.493</u>

	CONSOLIDADO				
	31/12/2015				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	Impairment	Valor líquido
Em serviço					
Geração	46.003.180	(21.740.065)	(633.602)	(8.684.088)	14.945.425
Administração	2.444.828	(1.445.137)	(25.518)	-	974.173
Distribuição	1.398.468	(441.647)	-	-	956.821
	<u>49.846.476</u>	<u>(23.626.849)</u>	<u>(659.120)</u>	<u>(8.684.088)</u>	<u>16.876.419</u>
Em curso					
Geração	11.870.318	-	-	-	11.870.318
Administração	799.908	-	-	-	799.908
	<u>12.670.226</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.670.226</u>
	<u>62.516.702</u>	<u>(23.626.849)</u>	<u>(659.120)</u>	<u>(8.684.088)</u>	<u>29.546.645</u>

Notas Explicativas



Taxa média de depreciação e depreciação acumulada:

Geração	CONSOLIDADO			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Hidráulica	2,45%	15.336.202	2,30%	15.191.209
Nuclear	3,33%	4.244.003	3,33%	4.048.041
Térmica	3,62%	2.743.206	3,80%	2.418.294
Eólica	4,00%	114.084	6,88%	81.935
Comercialização	4,00%	844	3,15%	586
		<u>22.438.339</u>		<u>21.740.065</u>
Distribuição	3,00%	470.496	3,00%	441.647
		<u>470.496</u>		<u>441.647</u>
Administração	6,75%	1.512.143	6,73%	1.445.137
		<u>1.512.143</u>		<u>1.445.137</u>
Total		<u>24.420.978</u>		<u>23.626.849</u>

Notas Explicativas

**NOTA 17 – ATIVO (PASSIVO) FINANCEIRO – CONCESSÕES E ITAIPU**

	CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	37.759.964	10.807.585
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	7.963.454	8.365.177
	<u>45.723.418</u>	<u>19.172.762</u>
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	4.519.844	4.119.004
Valores a receber Parcela A e outros itens financeiros III	196.177	86.102
	<u>4.716.021</u>	<u>4.205.106</u>
Concessões de Geração		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	2.567.054	2.554.211
	<u>53.006.493</u>	<u>25.932.079</u>
Ativo Financeiro Itaipu (item I)	1.443.238	3.449.566
Total do ativo (Passivo) financeiro	<u>54.449.731</u>	<u>29.381.645</u>
Ativo (Passivo) Financeiro – Circulante	(747.446)	965.212
Ativo Financeiro – Não Circulante	55.197.177	28.416.433
Total do ativo (Passivo) financeiro	<u>54.449.731</u>	<u>29.381.645</u>

17.1 – Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA	
	30/06/2016	31/12/2015
Contas a Receber	2.277.406	4.797.458
Direito de Ressarcimento	691.646	1.513.373
Fornecedores de Energia - Itaipu	(2.131.799)	(2.368.925)
Obrigações de ressarcimento	(2.250.168)	(3.570.899)
Total ativo (passivo) circulante	<u>(1.412.915)</u>	<u>371.007</u>
Contas a Receber	1.418.240	1.043.873
Direito de Ressarcimento	4.222.947	5.975.584
Obrigações de ressarcimento	(2.785.034)	(3.940.898)
Total ativo não circulante	<u>2.856.153</u>	<u>3.078.559</u>
Total ativo	<u>1.443.238</u>	<u>3.449.566</u>

Notas Explicativas



Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e são detalhados a seguir:

17.1.1 - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

a) Fator de ajuste

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Companhia, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2015, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 386.085, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças as distribuidoras, homologado pela portaria MME/MF 598/2014.

O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentado no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 4.222.947 em 30 de junho de 2016, equivalentes a US\$ 1.315.642 (R\$ 5.975.584 em 31 de dezembro de 2015, equivalentes a US\$ 1.530.318), dos quais R\$ 2.785.034, equivalente a US\$ 867.666, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

b) Comercialização de energia elétrica

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foi comercializado no período findo em 30 de junho 2016 o equivalente a 45.698 GWh* (131.218 GWh* em 2015), sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US\$ 22,60 /kW* e a tarifa de repasse (venda), US\$ 25,78 /kW* (US\$ 22.60/kW* - suprimento; US\$ 38.07/kM* - tarifa de repasse em 2015).

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

Notas Explicativas

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh*.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No período findo em 30 de junho de 2016, a atividade foi deficitária em R\$ 750.077 (superavitária em R\$ 2.153.051 para o mesmo período em 2015), sendo a obrigação decorrente incluída como parte da rubrica de ativo financeiro.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

17.2 - Ativo Financeiro – Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R\$ 52.810.316 em 30 de junho de 2016 (R\$ 25.845.977 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de geração e transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia efetuou sua estimativa dos valores atualizados relativos aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, reconhecendo o montante de R\$ 25.810.222 na rubrica do Ativo Financeiro – Concessões e Itaipu (Vide Nota 2.1).

17.3 - Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Notas Explicativas



17.3.1 - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em 2015, e os montantes registrados no não circulante representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário em 2016.

	CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Parcela "A"		
CVA		
CCC	1.219	1.219
CDE	113.003	208.466
Rede Básica	15.850	7.537
Custo de Aquisição de Energia Elétrica	52.969	169.591
Transporte Itaipu	(12.084)	-
PROINFA	13.685	(2.907)
ESS e EER	34.860	(55.683)
Neutralidade dos Encargos Setoriais	(114)	(658)
Sobrecontratação	(31.536)	(169.615)
Outros Componentes Financeiros	8.325	(71.848)
Total dos valores de parcela A e outros itens financeiros	<u>196.177</u>	<u>86.102</u>
Ativo circulante	436.580	578.654
Ativo não circulante	51.583	38.252
Passivo circulante	(258.253)	(514.424)
Passivo não circulante	(33.733)	(16.380)
Total	<u>196.177</u>	<u>86.102</u>

17.3.2- Outros itens financeiros

- Ajuste financeiro CUSD - em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Portaria Interministerial nº 25/2002;
- Neutralidade dos Encargos Setoriais - refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo anterior;
- Exposição a Diferenças de Preços entre Submercados - refere-se a rateio dos riscos financeiros decorrente de diferenças de preços entre submercados, conforme artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004.

Notas Explicativas



- Repasse de Sobrecontratação de Energia/Exposição ao Mercado de Curto Prazo - conforme a REN nº 255/2007, com redação alterada pelas REN nº 305/2008 e nº 609/2014, e de acordo com os critérios definidos no Despacho nº 4.225/2013;
- Diferencial Eletronuclear - corresponde à diferença entre a tarifa praticada e a de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determina a Lei nº 12.111/2009.
- Outros - corresponde à soma de demais valores reconhecidos pela ANEEL como Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR), repasse de compensação DIC/FIC e outras.

17.4 – Reajuste Tarifário

Os contratos de concessão firmados entre as distribuidoras de energia elétrica e a União, por intermédio da ANEEL, estabelecem que anualmente deve ocorrer uma atualização do valor da energia paga pelo consumidor. Essa atualização, em função da metodologia estabelecida pela ANEEL, pode ser positiva ou negativa e ocorre anualmente, na data de aniversário da distribuidora.

Segundo o contrato de concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: A e B. Na parcela A, responsável por cerca de 70% do valor da tarifa, são relacionados os custos considerados não gerenciáveis pela distribuidora, ou seja, custos que independem de controle direto da Empresa, tais como a energia comprada para revenda aos consumidores e os encargos e tributos legalmente fixados.

Na parcela B, que representa cerca de 30% do valor da tarifa, são computados os custos chamados de gerenciáveis. São aqueles que a concessionária tem controle direto e plena capacidade de administrá-los, tais como custos de pessoal, custos de material e outras atividades vinculadas diretamente à operação e manutenção dos serviços de distribuição, custos de depreciação e a remuneração dos investimentos realizados pela Empresa para o atendimento do serviço.

17.5 – Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia operam sob o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

A energia elétrica no Brasil é gerada predominantemente por usinas hidrelétricas. Para funcionar, essas usinas dependem das chuvas e do nível de água nos reservatórios. Quando há pouca água armazenada, usinas termelétricas podem ser ligadas com a finalidade de poupar água nos reservatórios das usinas hidrelétricas. Com isso, o custo de geração aumenta, pois essas usinas são movidas a combustíveis como gás natural, carvão, óleo combustível e diesel. Por outro lado, quando há muita água armazenada, as térmicas não precisam ser ligadas e o custo de geração é menor.

A Resolução Homologatória nº 1.826 de 25 de novembro de 2014, publicada pela ANEEL e que precifica as tarifas da Companhia já estabeleceu a precificação na estrutura tarifária. A aplicação dessas bandeiras tornou-se obrigatória a partir de janeiro de 2015.

As bandeiras serão sinalizadas em Bandeiras Verde, Amarela e Vermelha e serão aplicáveis de acordo com as condições de atendimento da carga, dadas pela soma do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, Custo Marginal de Operação - CMO com os Encargos de Serviços de Sistema por Segurança Energética - ESS_SE.

Notas Explicativas



As bandeiras foram adotadas considerando os seguintes critérios: A bandeira verde será acionada toda vez que a energia custar abaixo de R\$ 200/MWh*, que significa condições favoráveis de geração de energia e não haverá acréscimo na tarifa. A bandeira amarela toda vez que o custo de operação do sistema ficar entre R\$ 200/MWh* e R\$ 350/MWh*: condições de geração menos favoráveis, e haverá acréscimo na tarifa de R\$ 2,50 para cada 100kW/h* consumidores. Já a bandeira vermelha será acionada quando o custo de operação for superior a R\$ 350/MWh*: condições mais custosas de geração com a tarifa acrescida em R\$ 4,50 para cada 100kW/h* consumidos.

Em síntese, o sistema de bandeiras, que começou a ser aplicado a partir de janeiro de 2015, reflete as condições de gerações e sinaliza aos consumidores a opção de reduzir seu consumo e influir no custo final da geração de energia. O sistema não representa um aumento propriamente de tarifa, trata-se apenas de uma forma diferente de apresentar um custo que seria condicionado na tarifa, todavia sem visibilidade pelo consumidor, e que seria por ele suportado igualmente no momento do reposicionamento tarifário anual.

Durante o período de 1º de janeiro de 2015 até 29 de fevereiro de 2016 foi cobrada a bandeira vermelha, devido às condições mais custosas. Em março deste ano, os custos de geração foram mais favoráveis alterando para bandeira amarela. Desde abril de 2016, a bandeira tarifária aplicada é a verde que não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

Notas Explicativas

**NOTA 18 – ATIVO INTANGÍVEL**

	CONSOLIDADO				SALDO EM 30/06/2016
	SALDO EM 31/12/2015	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	
Vinculados à Concessão - Geração	146.173	(10.599)	(789)	52.033	186.818
Em serviço	90.720	(11.560)	(789)	92.797	171.168
Ativo Intangível	188.433	12.027	(812)	90.049	289.697
Amortização acumulada	(97.287)	(23.587)	23	2.748	(118.103)
Obrigações especiais	(298)	-	-	-	(298)
Impairment	(128)	-	-	-	(128)
Em curso	55.453	961	-	(40.764)	15.650
Ativo Intangível	69.602	961	-	(40.764)	29.799
Obrigações especiais	(8.959)	-	-	-	(8.959)
Impairment	(5.190)	-	-	-	(5.190)
Vinculados à Concessão - Distribuição	248.518	(56.418)	(15.004)	17.379	194.475
Em serviço	136.482	(74.134)	(10.081)	34.962	87.229
Ativo Intangível	1.859.648	-	(22.958)	35.307	1.871.997
Amortização acumulada	(1.660.646)	(74.134)	1.025	(530)	(1.734.285)
Obrigações especiais	(62.520)	-	11.852	185	(50.483)
Em curso	112.036	17.716	(4.923)	(17.583)	107.246
Ativo Intangível	131.709	18.817	(6.504)	(15.900)	128.122
Obrigações especiais	(19.673)	(1.101)	1.581	(1.683)	(20.876)
Vinculados à Concessão - Transmissão	88.392	(1.810)	8	(2.208)	84.382
Em serviço	87.091	(1.810)	8	(2.208)	83.081
Ativo Intangível	91.151	-	-	(4.195)	86.956
Amortização acumulada	(4.060)	(1.810)	8	1.987	(3.875)
Em curso	1.301	-	-	-	1.301
Ativo Intangível	1.301	-	-	-	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	452.068	(15.419)	(24.096)	35.744	448.297
Administração					
Em serviço	831.315	2.007	(25.077)	46.505	854.750
Amortização acumulada	(478.484)	(26.962)	-	(3.291)	(508.737)
Impairment	(40.743)	-	926	-	(39.817)
Em curso	160.150	9.536	55	(7.470)	162.271
Outros	(20.170)	-	-	-	(20.170)
Total	935.149	(84.246)	(39.881)	102.948	913.971

Notas Explicativas



	CONSOLIDADO				
	SALDO EM 31/12/2014	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	SALDO EM 30/06/2015
Vinculados à Concessão - Geração	500.285	34.754	(9.503)	718	526.254
Em serviço	424.526	(15.062)	(7.577)	271	402.158
Ativo Intangível	902.720	4.283	(9.490)	271	897.784
Amortização acumulada	(434.599)	(25.995)	1.913	-	(458.681)
Obrigações especiais	(15.033)	6.650	-	-	(8.383)
Impairment	(28.562)	-	-	-	(28.562)
Em curso	75.759	49.816	(1.926)	447	124.096
Ativo Intangível	96.261	49.816	(1.926)	447	144.598
Obrigações especiais	(14.695)	-	-	-	(14.695)
Impairment	(5.807)	-	-	-	(5.807)
Vinculados à Concessão - Distribuição	357.791	(168.384)	(11.896)	(24.938)	152.573
Em serviço	210.979	(177.302)	(5.590)	(5.475)	22.612
Ativo Intangível	1.764.919	8.003	(19.529)	573.090	2.326.483
Amortização acumulada	(1.469.338)	(243.928)	585	(574.233)	(2.286.914)
Obrigações especiais	(83.592)	58.623	13.354	2.334	(9.281)
Contrato de concessão oneroso	-	-	-	-	-
Impairment	(1.010)	-	-	(6.666)	(7.676)
Em curso	146.812	8.918	(6.306)	(19.463)	129.961
Ativo Intangível	165.156	8.918	(5.482)	(21.175)	147.417
Obrigações especiais	(19.354)	-	(824)	1.712	(18.466)
Impairment	1.010	-	-	-	1.010
Vinculados à Concessão - Transmissão	4.558	(108)	-	-	4.450
Em serviço	3.233	(108)	-	-	3.125
Ativo Intangível	3.565	-	-	-	3.565
Amortização acumulada	(332)	(108)	-	-	(440)
Em curso	1.325	-	-	-	1.325
Ativo Intangível	1.325	-	-	-	1.325
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	502.737	(18.400)	(10.062)	3.206	477.481
Administração					
Em serviço	765.557	63	(1.427)	8.770	772.963
Amortização acumulada	(420.336)	(30.098)	153	(195)	(450.476)
Impairment	(42.595)	-	926	-	(41.669)
Em curso	141.483	11.635	-	(2.989)	150.129
Outros	58.628	-	(9.714)	(2.380)	46.534
Total	1.365.371	(152.138)	(31.461)	(21.014)	1.160.758

Ativo intangível é substancialmente amortizado durante o prazo de concessão.

O prazo final das concessões das distribuidoras da Eletrobras expirou em 7 de julho de 2015. Conforme mencionado na Nota 2, a ANEEL esclareceu que mesmo com o término dos prazos contratuais, "As Concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a vinte quatro meses". Diante dessa definição, em 2015 as empresas de distribuição do Grupo Eletrobras procederam a reclassificação do ativo financeiro para o ativo intangível na proporção correspondente ao período de vinte e quatro meses.

NOTA 19 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Notas Explicativas



Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término das concessões. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período na rubrica Provisões Operacionais.

Durante o primeiro semestre de 2016, a Companhia alterou a expectativa de sua conclusão do empreendimento Angra 3, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para dezembro de 2022. Em dezembro de 2015, esta previsão era de dezembro de 2020. Nesse mesmo período, o orçamento total do empreendimento foi atualizado para a base junho de 2016, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra.

A Companhia, levando em consideração este novo cenário, revisou as premissas do empreendimento Angra 3 e realizou um novo teste de recuperabilidade deste empreendimento.

As principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade desse empreendimento estão descritos abaixo:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação;
- A taxa de desconto utilizada no teste de impairment do segundo trimestre de 2016 foi de 5,47%, calculada pela metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital ou Custo Médio Ponderado de Capital). As premissas macroeconômicas da taxa de desconto foram atualizadas considerando a data base de 30 de junho de 2016. Tais atualizações resultaram em uma pequena redução, sugerindo uma oscilação imaterial no cálculo do *impairment*. Por este motivo não foi necessária a alteração da taxa utilizada em 31 de dezembro de 2015;
- A tarifa contratual do empreendimento de Angra 3 é de R\$ 148,65/MWh. Para o teste de *impairment*, na data base de 30 de junho de 2016, a tarifa utilizada foi ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente, resultando no valor de R\$ 234,18/MWh.

A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento e não proporcionando o equilíbrio econômico financeiro do empreendimento;

- As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que, existirá um ganho de custo/produzibilidade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos, baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 25,4%, sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional PMSO, da Usina Angra 3, no teste de *impairment*.

Notas Explicativas



A Companhia desenvolveu um fluxo de caixa, a partir dos valores do resultado projetados para dezembro de 2022, a preços de junho de 2016, pelo período de vida útil econômica da usina em análise. O prazo estimado é de 40 anos, por sua semelhança a Usina Angra 2, que dispõe de licença de operação nesse prazo. Esse prazo é bastante conservador perante a expectativa conhecida de vida operacional desse tipo de instalação.

A análise elaborada pela Companhia apurou um Valor Presente Líquido (VPL) negativo de R\$ 10.155.202. Tal resultado determinou um registro negativo total no resultado do trimestre de R\$ 4.091.748, tendo como contrapartidas o registro de uma baixa adicional por *impairment* no ativo imobilizado de Angra 3 no valor de R\$ 2.414.479 e uma provisão passiva adicional por contrato oneroso no valor de R\$ 1.677.269. O valor acumulado referente à provisão de valor recuperável da Usina Nuclear Angra 3, em 30 de junho de 2016, corresponde a R\$ 8.477.433 (R\$ 6.063.454 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimentos, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

Em 30 de junho de 2016, o valor acumulado da provisão de valor recuperável referente a todos os empreendimentos da Companhia corresponde a R\$ 11.098.567 (R\$ 8.684.088 em 31 de dezembro de 2015).

NOTA 20 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	62.530	58.252	9.670.053	8.369.303
Energia Comprada para Revenda	360.148	357.874	1.797.021	1.514.499
CCEE - Energia de curto prazo		-	240.907	244.705
	<u>422.678</u>	<u>416.126</u>	<u>11.707.981</u>	<u>10.128.507</u>
NÃO CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	8.002.521	7.782.562
Energia Comprada para Revenda	-	-	1.621.632	1.666.859
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.624.153</u>	<u>9.449.421</u>
	<u>422.678</u>	<u>416.126</u>	<u>21.332.134</u>	<u>19.577.928</u>

O saldo de fornecedores refere-se, principalmente, a três Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A. pela controlada Amazonas Energia, relativo ao fornecimento de produtos derivados de petróleo, assinados em 31/12/2014, nos respectivos montantes i) R\$ 3.257.366; ii) R\$ 2.925.921 e iii) R\$ 1.018.441. Os instrumentos serão amortizados em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, pela variação pro rata dia, considerado desde a data da assinatura do contrato até a data do seu respectivo vencimento, sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 20/02/2015 e a última parcela será em 30/01/2025.

Notas Explicativas

**NOTA 21 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	60.504	54.832
Adiantamentos de clientes - PROINFA	608.338	593.404	608.338	593.404
	<u>608.338</u>	<u>593.404</u>	<u>668.842</u>	<u>648.236</u>
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	623.456	659.082
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>623.456</u>	<u>659.082</u>
TOTAL	<u>608.338</u>	<u>593.404</u>	<u>1.292.298</u>	<u>1.307.318</u>

21.1 - ALBRAS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRAS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW* médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW* médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (Vide Nota 44).

Com base nessas condições, a ALBRAS efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R\$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW* médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento, conforme detalhado a seguir:

CLIENTE	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007 de 353,08 a 492
BHP	01/07/2004	31/12/2024	

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Ano	Valores Liberados	Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldos	Circulante	Não Circulante
30/06/2016	1.200.000	(490.543)	(25.497)	683.960	60.504	623.456
31/12/2015	1.200.000	(462.305)	(23.781)	713.914	54.832	659.082

21.2 - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição,

Notas Explicativas

consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equivalente ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

NOTA 22 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**22.1 - Reserva Global de Reversão (RGR)**

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Companhia toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados, que tenham por objetivo:

- a) expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;
- b) incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;
- c) estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;
- d) implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;
- e) iluminação pública eficiente;
- f) conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- g) universalização de acesso à energia elétrica.

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% ao ano. Em 30 de junho de 2016, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R\$ 5.936.971 (R\$ 6.439.374 em 31 de dezembro de 2015), incluídos na rubrica Financiamentos e Empréstimos.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Companhia.

Notas Explicativas



22.2 - Composição dos empréstimos e financiamentos:

	30/06/2016							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,54%	1.346	59.722	59.722	4,40%	1.631	83.953	411.069
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,31%	5.128	471.458	586.250	2,31%	5.128	471.458	586.250
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,73%	-	-	209.798	2,73%	-	-	209.799
Eximbank	2,00%	639	68.552	68.541	2,00%	639	68.552	68.541
BNP Paribas	1,17%	307	93.954	507.349	1,17%	307	93.954	507.349
Outras		4.755	124.588	697.043		4.755	124.588	697.042
		12.175	818.273	2.128.703		12.460	842.505	2.480.050
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	6,88%	106.488	-	3.209.800	6,87%	106.488	-	3.209.800
Vencimento 27/10/2021	5,75%	65.623	-	5.617.150	5,75%	65.623	-	5.617.150
		172.111	-	8.826.950		172.111	-	8.826.950
		184.286	818.273	10.955.653		184.571	842.505	11.319.261
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	5.936.971		-	-	5.936.971
Banco do Brasil		9.918	456.972	3.543.028		73.678	721.127	5.461.780
Caixa Econômica Federal		6.199	285.608	2.214.392		155.614	550.136	7.903.593
BNDES		590.005	750.000	750.000		623.735	1.296.610	7.482.190
Banco da Amazônia		-	-	-		15.264	23.950	613.895
Notas Promissórias		-	-	-		8.868	250.000	-
Santander		-	-	-		-	-	443.278
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		13.304	277.309	865.591
		606.123	1.492.580	12.444.391		890.463	3.119.132	28.707.298
		790.409	2.310.853	23.400.044		1.075.034	3.961.637	40.026.559

	31/12/2015							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,54%	1.943	72.653	108.979	4,40%	2.197	102.130	551.140
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,73%	6.462	562.372	994.374	2,73%	6.462	562.372	994.374
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,73%	19	-	251.800	2,73%	19	-	251.801
Dresdner Bank	6,25%	-	-	-	6,25%	-	-	-
Eximbank	2,00%	839	71.186	106.769	2,00%	839	71.187	106.769
BNP Paribas	1,57%	396	136.192	685.780	1,57%	396	136.192	685.780
Outras		4.243	126.161	742.451		4.243	126.161	757.302
		13.902	968.564	2.890.153		14.156	998.042	3.347.166
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	6,88%	114.839	-	3.904.800	6,87%	114.839	-	3.904.800
Vencimento 27/10/2021	5,75%	70.944	-	6.833.400	5,75%	70.944	-	6.833.400
		185.783	-	10.738.200		185.783	-	10.738.200
		199.685	968.564	13.628.353		199.939	998.042	14.085.366
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	6.439.374		-	-	6.439.373
Banco do Brasil		9.925	140.935	3.859.065		76.226	402.598	5.861.368
Caixa Econômica Federal		6.203	88.085	2.411.915		97.404	196.538	6.759.638
BNDES		534.348	625.000	1.125.000		564.986	1.230.372	7.332.179
Notas Promissórias		-	-	-		9.135	200.000	-
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		-	249.208	1.695.888
		550.476	854.020	13.835.354		747.751	2.278.716	28.088.446
		750.161	1.822.584	27.463.707		947.690	3.276.758	42.173.812

A Controlada Eletrosul, em 08 de setembro de 2015, realizou a emissão de notas promissórias comerciais, em série única, composta por 200 (duzentas) notas promissórias comerciais, no valor nominal unitário de R\$ 1.000, perfazendo o valor total de R\$ 200.000, com vencimento em 180 dias da emissão, remuneradas a 111,5% CDI. Em 4 de agosto de 2015, foi contratado junto a Caixa Econômica Federal o montante de R\$ 200.000 mil a título de empréstimos destinados a implantação dos empreendimentos eólicos parques Coxilha Seca, Galpões e Capão do Inglês.

Em 7 de março de 2016, a controlada Eletrosul realizou a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, composta por 500 notas promissórias comerciais, no valor nominal unitário de R\$ 500 mil, perfazendo o valor total de R\$ 250.000 mil, com vencimento

Notas Explicativas



em 2 de março de 2017, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI + spread de 3,5% a.a.

Em 28 de junho de 2013, foi assinado um contrato entre a Controlada Eletronuclear e a Caixa Econômica Federal (CEF) no montante de R\$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a. Em 21 de março de 2016, foi efetuado o segundo pedido de desembolso à CEF, no valor de R\$ 478.000.

A Eletrobras firmou contrato para abertura de crédito no valor bruto de R\$ 6.500.000, junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco do Brasil, à remuneração de 119,5% da variação acumulada da Taxa DI, para atender suas necessidades de capital de giro e seu plano de investimentos. Até 31 de dezembro de 2014 a Companhia captou as duas primeiras parcelas de desembolso no valor total de R\$ 4.500.000, sendo R\$ 2.769.231 desembolsado pelo Banco do Brasil e R\$ 1.730.769 pela Caixa Econômica Federal. A primeira e a segunda parcela do desembolso terão carência de pagamento dos valores de principal até 24 de agosto de 2016 e 25 de novembro de 2016, respectivamente. A terceira parcela de desembolso, sacada em 30 de janeiro 2015, no valor de R\$ 2.000.000, sendo R\$ 1.230.769 desembolsada pelo Banco do Brasil e R\$ 769.231 pela Caixa Econômica Federal, tem carência de pagamento dos valores de principal até 25 de fevereiro de 2016.

Durante o período de três meses findo em 30 de junho de 2016, ocorreu a liberação dos 1º, 2º e 3º desembolsos do contrato da controlada Furnas junto ao BNDES no valor total de R\$ 232.799 e a liberação do financiamento da controlada Furnas junto a Caixa Econômica Federal (FINISA) no valor de R\$ 600.000.

As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras, estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2016 é de 9,60% a.a. (9,40% a.a. em 2015), e possuem o seguinte perfil:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	30/06/2016		31/12/2015		30/06/2016		31/12/2015	
	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%	Saldo em milhares de reais	%
Moeda estrangeira								
USD não indexado	9.129.029	34%	11.108.635	37%	9.139.764	20%	11.121.630	24%
USD com LIBOR	2.481.651	9%	3.257.353	11%	2.857.514	6%	3.729.245	8%
EURO	209.799	1%	251.820	1%	209.801	0%	251.820	1%
IENE	137.734	1%	178.794	1%	137.732	-	178.794	-
Outros	-	-	-	-	1.526	-	1.858	-
Subtotal	11.958.212	45%	14.796.602	49%	12.346.336	27%	15.283.347	33%
Moeda nacional								
CDI	6.516.118	25%	6.516.128	22%	12.392.585	28%	11.410.983	25%
IPCA	-	-	-	-	620.589	-	532.754	1%
TJLP	-	-	-	-	7.248.279	16%	6.594.316	14%
SELIC	2.090.005	8%	2.284.348	8%	2.271.295	5%	2.636.254	6%
Outros	-	-	-	-	3.984.301	9%	3.287.732	7%
Subtotal	8.606.123	32%	8.800.476	29%	26.517.049	59%	24.462.039	53%
Não Indexado	5.936.971	22%	6.439.374	21%	6.199.845	14%	6.652.874	14%
Total	26.501.306	100%	30.036.452	100%	45.063.230	100%	46.398.260	100%

A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem seu vencimento assim programado:

	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Controladora	1.589.512	2.418.937	4.792.816	1.683.130	7.135.688	5.779.962	23.400.044
Consolidado	2.839.872	5.267.995	6.632.674	2.852.369	8.071.668	14.361.982	40.026.559

Notas Explicativas**22.3 – Operação de arrendamento mercantil financeiro:**

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW*) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, esta demonstradas no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Menos de um ano	209.226	209.226
Mais de um ano e menos de cinco anos	836.902	836.902
Mais de cinco anos	819.467	924.081
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(653.695)</u>	<u>(718.054)</u>
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	<u>1.211.900</u>	<u>1.252.155</u>
Menos de um ano	135.914	132.972
Mais de um ano e menos de cinco anos	543.655	431.363
Mais de cinco anos	<u>532.331</u>	<u>687.820</u>
Valor presente dos pagamentos	<u>1.211.900</u>	<u>1.252.155</u>

Notas Explicativas



22.4 – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros seguintes:

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 31/03/2016	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Eletrobras	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.138.995	21.390	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.133.126	11.331	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	323.750	3.238	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	Garantia de Fiel Cumprimento de Contrato	SPE	15,00%	156.889	94.140	941	30/04/2019
Eletrobras	Rouar	CAF	SPE	50,00%	34.761	34.761	348	30/09/2017
Eletrobras	Mangue Seco 2	BNB	SPE	49,00%	40.951	37.418	374	14/10/2031
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	727.000	894.491	8.945	15/08/2034
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	232.500	239.016	2.390	15/01/2035
Eletrosul	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	903.182	9.032	15/08/2034
Eletrosul	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	240.651	2.407	15/01/2035
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	Banco do Brasil	SPE	100,00%	223.419	121.309	1.213	15/07/2020
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	126.221	62.573	626	15/06/2021
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	170.029	40.428	404	15/10/2018
Eletrosul	Porto Velho Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	283.411	246.662	2.467	15/08/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES	SPE	100,00%	182.417	146.308	1.463	15/01/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES/Banco do Brasil	SPE	100,00%	182.417	146.322	1.463	15/01/2028
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	136.372	1.364	15/07/2026
Eletrosul	SC Energia	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	15.706	157	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES/BDRE	Corporativo	100,00%	50.000	15.663	157	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	103.180	31.431	314	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	28.621	286	15/03/2021
Eletrosul	UHE São Domingos	BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	182.667	1.827	15/06/2028
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	41.898	30.663	307	15/03/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	9.413	8.121	81	15/08/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	12.000	6.677	67	15/08/2027
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	11.270	113	15/07/2026
Eletrosul	Projetos Corporativos Eletrosul	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	250.000	223.701	2.237	15/11/2023
Eletrosul	Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	296.940	341.641	3.416	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	340.180	3.402	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	160.680	218.268	2.183	30/05/2032
Eletrosul	Livramento Holding	BNDES	SPE	49,00%	91.943	59.001	590	15/06/2030
Eletrosul	Chuí Holding	BNDES	SPE	49,00%	186.082	186.983	1.870	15/12/2031
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	BNDES	SPE	80,00%	209.974	191.095	1.911	15/07/2028
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Emissão de Debêntures	SPE	80,00%	62.040	63.807	638	15/09/2026
Eletrosul	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	BNDES	SPE	49,00%	17.846	16.023	160	01/11/2022
Eletrosul	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BNDES	SPE	49,00%	197.950	211.051	2.111	16/06/2031
Eletrosul	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BRDE	SPE	49,00%	98.000	105.993	1.060	16/06/2031
Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea do Brasil	BNDES	SPE	51,00%	252.108	243.646	2.436	15/02/2029
Eletrosul	Complexo São Bernardo	KFW	Corporativo	100,00%	29.854	54.202	542	30/12/2038
Eletrosul	Complexo São Bernardo	KFW	Corporativo	100,00%	136.064	187.845	1.878	30/12/2042
Eletrosul	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	CEF	Corporativo	100,00%	200.000	221.472	2.215	07/08/2017
Eletrosul	Projetos Corporativos Eletrosul 2	BTG Pactual	Corporativo	100,00%	250.000	246.359	2.464	02/03/2017
Eletrosul	Eólica Hermenegildo I S/A	BNDES	SPE	99,99%	109.566	111.611	1.116	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo I S/A	BRDE	SPE	99,99%	47.764	47.902	479	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo II S/A	BNDES	SPE	99,99%	109.590	111.636	1.116	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo II S/A	BRDE	SPE	99,99%	47.775	47.913	479	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo III S/A	BNDES	SPE	99,99%	93.367	95.110	951	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Hermenegildo III S/A	BRDE	SPE	99,99%	40.703	40.821	408	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Chuí IX S/A	BNDES	SPE	99,99%	31.561	32.150	322	15/06/2032
Eletrosul	Eólica Chuí IX S/A	BRDE	SPE	99,99%	13.758	13.798	138	15/06/2032
Eletronorte	São Luis II e III	BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	8.512	85	15/11/2024
Eletronorte	Miranda II	BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	22.703	227	15/11/2024
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	BNB	Corporativo	100,00%	70.000	59.306	593	03/06/2031
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	BASA	Corporativo	100,00%	25.720	20.774	208	10/01/2029
Eletronorte	UHE Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	931.000	51.234	512	15/09/2016
Eletronorte	Subestação Nobres	BNDES	Corporativo	100,00%	10.000	7.080	71	15/03/2028
Eletronorte	Subestação Miramar/Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	31.000	23.192	232	15/08/2028

Notas Explicativas



Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 30/06/2016	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Eletronorte	Ampliação da Subestação Lechuga	BNDES	Corporativo	100,00%	35.011	25.934	259	15/10/2028
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	49,00%	514.500	472.643	4.726	15/12/2029
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	98.000	137.784	1.378	15/09/2026
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	BASA	SPE	100,00%	185.000	199.478	1.995	10/11/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	19,50%	78.195	64.959	650	15/12/2026
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	505.477	403.089	4.031	15/11/2028
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	Corporativo	100,00%	221.789	202.232	2.022	15/10/2031
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	Corporativo	100,00%	221.789	217.998	2.180	10/07/2031
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	BNDES	Corporativo	100,00%	138.000	113.900	1.139	15/03/2027
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BASA	SPE	49,00%	39.200	38.484	385	01/02/2029
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BNDES	SPE	49,00%	42.777	30.744	307	15/05/2026
Eletronorte	Rei dos Ventos 1 Eolo	BNDES	SPE	24,50%	30.851	27.404	274	31/12/2016
Eletronorte	Brasventos Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	27.588	276	31/12/2016
Eletronorte	Rei dos Ventos 3	BNDES	SPE	24,50%	32.533	28.881	289	31/12/2016
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Itau BBA	SPE	24,50%	49.735	49.825	498	26/12/2016
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Santander	SPE	24,50%	49.000	49.090	491	26/12/2016
Eletronorte	Norte Energia	BNDES	SPE	19,98%	2.697.300	2.907.689	29.077	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	CEF	SPE	19,98%	1.398.600	1.546.100	15.461	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	441.743	4.417	15/01/2042
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	183.244	1.832	28/07/2029
Eletronorte	Implantação do PAR e PMIS	BNDES	Corporativo	100,00%	743.382	337.296	3.373	15/12/2023
Eletronorte	Porto Velho Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	283.411	244.167	2.442	15/08/2028
Eletronorte	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	CEF	Corporativo	100,00%	400.000	400.000	4.000	30/04/2019
Eletronuclear	Angra III	BNDES	Corporativo	100,00%	6.146.256	3.349.048	33.490	15/06/2036
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	727.000	892.256	8.923	15/08/1934
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	232.500	239.572	2.396	15/01/1935
Chesf	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	901.004	9.010	15/08/1934
Chesf	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	241.296	2.413	15/01/1935
Chesf	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	19,50%	78.195	64.959	650	15/12/2026
Chesf	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.182.950	21.829	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.160.736	11.607	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	331.639	3.316	15/01/2042
Chesf	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	78.175	782	10/07/2032
Chesf	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	390.251	3.903	15/02/2030
Chesf	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	117.361	1.174	18/03/2025
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 1	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	500.000	320.904	3.209	28/09/2018
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 2	CEF	Corporativo	100,00%	400.000	304.538	3.045	27/02/2019
Chesf	IE Garanhuns S/A	BNDES	SPE	49,00%	175.146	161.159	1.612	15/12/2028
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 3	BNDES	Corporativo	100,00%	727.560	328.787	3.288	15/06/2029
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 4	BNDES	Corporativo	100,00%	475.454	243.116	2.431	15/06/2029
Furnas	UHE Batalha	BNDES	Corporativo	100,00%	224.000	158.130	1.581	15/12/2025
Furnas	UHE Simplicio	BNDES	Corporativo	100,00%	1.034.410	676.439	6.764	15/07/2026
Furnas	UHE Baguari	BNDES	Corporativo	100,00%	60.153	38.045	380	15/07/2026
Furnas	DIVERSOS	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	750.000	759.343	7.593	31/10/2018
Furnas	Rolagem BASA 2008	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	208.312	220.428	2.204	07/02/2018
Furnas	Projetos de Inovação	FINEP	Corporativo	100,00%	268.503	164.542	1.645	15/11/2023
Furnas	Financiamento corporativo	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	400.000	430.544	4.305	06/12/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.594.159	1.993.926	19.939	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.574.659	2.059.884	20.599	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BASA	SPE	39,00%	196.334	243.013	2.430	15/12/2030
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	163.800	214.516	2.145	24/01/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	273.000	332.619	3.326	01/03/2024
Furnas	UHE Foz do Chapecó	BNDES	SPE	40,00%	435.508	391.196	3.912	15/09/2027
Furnas	UHE Foz do Chapecó	BNDES	SPE	40,00%	217.754	197.971	1.980	15/09/2027
Furnas	UHE Foz do Chapecó	BNDES	SPE	40,00%	4.009	2.973	30	15/09/2027
Furnas	Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,00%	13.827	9.541	95	15/04/2023
Furnas	Serra do Facão	BNDES	SPE	49,47%	257.263	210.836	2.108	15/06/2027
Furnas	Rei dos Ventos 1 Eolo	BNDES	SPE	24,50%	30.851	27.404	274	15/10/2029
Furnas	Brasventos Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	27.588	276	15/10/2029
Furnas	Rei dos Ventos 3	BNDES	SPE	24,50%	32.533	28.881	289	15/10/2029
Furnas	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	78.175	782	10/07/2032
Furnas	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	390.251	3.903	15/02/2030
Furnas	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	117.361	1.174	18/03/2025
Furnas	Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	296.940	339.553	3.396	15/02/2036
Furnas	Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	337.982	3.380	15/02/2036
Furnas	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	160.680	204.866	2.049	31/05/2032
Furnas	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	2.418	1.896	19	15/05/2023
Furnas	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	5.536	4.826	48	15/03/2028
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	183.244	1.832	28/07/2029
Furnas	Mata de Santa Genebra	Emissão de Debêntures	SPE	49,90%	234.031	262.387	2.624	30/09/2016
Furnas	Plano de Investimentos 2012-2014	BNDES	Corporativo	100,00%	441.296	231.373	2.314	15/06/2029
Amazonas	Amazonas	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	2.405.979	2.725.346	27.253	30/01/2025
Eletroacre	Eletroacre	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	91.774	85.274	853	30/01/2025
Boa Vista	Boa Vista	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	19.320	16.626	166	31/12/2024
Cepisa	Projeto Corporativo	CEF	Corporativo	100,00%	94.906	51.927	519	27/11/2023
Ceal	Projeto Corporativo Ceal	Banco IBM S/A	Corporativo	100,00%	10.736	7.191	72	31/12/2019
Total					47.152.422	43.359.270	433.593	

Informações detalhadas sobre os investimentos objetos das garantias estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

**NOTA 23 – DEBÊNTURES**

Controlada	Emissora	Data de Emissão	Principais características	Tx de juros	Vencimento	Saldo em 30/06/2016	Saldo em 31/12/2015
Eletronorte	Emitidas pela ETE (incorporada pela Eletronorte em março de 2014)	Junho/2011	Subscrição particular de primeira Emissão da Controlada escrituradas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, e mantidas sob custódia do agente operador do contrato, o Banco da Amazônia S.A., com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto.	TJLP + 1,65% a .a.	10/07/2031	202.231	219.803
Eletrosul	SPE Chuí IX - 1ª Emissão	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	18/01/2016	-	25.807
Eletrosul	SPE Chuí IX - 2ª Emissão	20/05/2015	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 3,45% a.a.	18/01/2016	-	11.355
Eletrosul	SPE Hermenegildo I - 1ª Emissão	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	18/01/2016	-	81.751
Eletrosul	SPE Hermenegildo I - 2ª Emissão	20/05/2015	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 3,45% a.a.	18/01/2016	-	33.073
Eletrosul	SPE Hermenegildo II - 1ª Emissão	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	18/01/2016	-	81.751
Eletrosul	SPE Hermenegildo II - 2ª Emissão	20/05/2015	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 3,45% a.a.	18/01/2016	-	17.673
Eletrosul	SPE Hermenegildo III - 1ª Emissão	20/10/2014	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	18/01/2016	-	69.039
Eletrosul	SPE Hermenegildo III - 2ª Emissão	20/05/2015	Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.	100% CDI + spread de 3,45% a.a.	18/01/2016	-	22.222
						202.231	562.474
Total do Passivo Circulante						13.650	357.226
Total do Passivo Não Circulante						188.581	205.248

NOTA 24 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh*, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 30 de junho de 2016, a R\$ 515.205 (R\$ 523.635 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$ 465.295 no não circulante (R\$ 466.005 em 31 de dezembro de 2015).

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas informações trimestrais, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Notas Explicativas



Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h*, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	49.910	57.630
NÃO CIRCULANTE		
Créditos arrecadados	465.295	466.005
TOTAL	515.205	523.635

NOTA 25 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Ativo Circulante	196.308	195.966
Ativo Não Circulante	10.774	13.331
Total	207.082	209.297
Passivo Circulante	-	-
Passivo Não Circulante	478.919	452.948
Total	478.919	452.948

A promulgação da Lei 12.783/2013 extinguiu a obrigatoriedade de contribuição deste encargo para os concessionários do serviço público de energia elétrica.

Em 23 de junho de 2016, a Medida Provisória nº 735 estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2017, as atividades relacionadas à gestão e administração dos fundos setoriais RGR, CDE e CCC serão transferidos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Notas Explicativas

**NOTA 26 – TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

26.1- Tributos a recolher

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Passivo circulante:				
Tributos Retidos na Fonte (IRRF)	33.109	30.364	253.913	239.721
PASEP e COFINS	138.189	250.273	520.472	577.998
ICMS	-	-	193.898	211.659
PAES / REFIS	-	-	177.185	185.441
INSS/FGTS	1.022	-	165.324	139.792
Outros	863	-	148.031	201.967
Total	173.183	280.637	1.458.823	1.556.578

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Passivo não circulante:				
PASEP e COFINS	-	-	164.578	75.323
PASEP e COFINS Diferidos	20.874	181.991	20.874	181.991
PAES / REFIS	-	-	610.967	595.691
INSS/FGTS	-	-	53.561	31.884
Outros	-	-	131.127	15.420
Total	20.874	181.991	981.107	900.309

26.2- Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Passivo circulante:				
Imposto de Renda corrente	295.592	150.749	497.726	431.712
Contribuição Social corrente	106.540	45.251	179.873	149.632
	402.132	196.000	677.599	581.344
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL diferidos	341.111	733.289	8.257.670	1.003.796

Notas Explicativas



26.3- Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA							
	01/04/2016 a 30/06/2016		01/01/2016 a 30/06/2016		01/04/2015 a 30/06/2015		01/01/2015 a 30/06/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	12.756.147	12.756.147	8.809.272	8.809.272	(1.333.645)	(1.333.645)	104.937	104.937
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(3.189.037)	(1.148.053)	(2.202.318)	(792.834)	333.412	120.028	(26.234)	(9.444)
Efeitos de adições e exclusões:								
Receita de Dividendos	10.640	3.830	15.254	5.491	7.909	2.847	8.942	3.219
Equivalência patrimonial	4.347.109	1.564.960	4.562.482	1.642.494	(86.812)	(31.252)	156.170	56.221
Compensação Prejuízo Fiscal	58.054	20.899	126.834	45.660	42.525	15.309	42.525	15.309
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(1.227.375)	(441.858)	(2.424.901)	(872.965)	(276.366)	(99.491)	(282.720)	(101.779)
Doações	(9.548)	(3.437)	(21.161)	(7.618)	(12.152)	(4.375)	(19.453)	(7.003)
Demais adições e exclusões	(15.090)	(5.430)	(45.398)	(16.342)	(26.208)	(9.840)	(31.727)	(11.827)
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(25.247)	(9.089)	10.793	3.885	(17.692)	(6.774)	(152.497)	(55.304)
Alíquota efetiva	-0,20%	-0,07%	0,12%	0,04%	1,33%	0,51%	-145,32%	-52,70%
	CONSOLIDADO							
	01/04/2016 a 30/06/2016		01/01/2016 a 30/06/2016		01/04/2015 a 30/06/2015		01/01/2015 a 30/06/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	21.701.925	21.701.925	17.881.093	17.881.093	(1.190.758)	(1.190.758)	320.636	320.636
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(5.425.481)	(1.953.173)	(4.470.273)	(1.609.298)	297.690	107.168	(80.159)	(28.857)
Efeitos de adições e exclusões:								
Receita de dividendos	11.093	3.993	15.707	5.654	7.909	2.847	8.991	3.237
Equivalência patrimonial	185.098	66.635	139.576	50.247	(1.347)	(485)	8.891	3.201
Compensação Prejuízo Fiscal	48.307	17.391	176.061	63.382	28.693	13.431	116.703	42.046
Impostos diferidos reconhecidos de períodos anteriores	(25.537)	25.536	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(287.523)	(103.509)	(1.388.867)	(499.992)	(155.164)	(61.234)	(204.126)	(77.928)
Impairment	(1.023.179)	(368.344)	(1.023.179)	(368.344)	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	(5.330)	(26.569)	68.472	-	17.043	-	45.918	-
Doações	(11.530)	(4.151)	(25.185)	(9.067)	(6.877)	(2.630)	(19.453)	(7.003)
Demais adições e exclusões	(19.271)	(15.733)	(80.853)	(28.955)	(339.275)	(121.058)	(308.111)	(114.420)
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(6.553.354)	(2.357.925)	(6.588.542)	(2.396.374)	(151.328)	(61.961)	(431.346)	(179.724)
Alíquota efetiva	-30,20%	-10,87%	-36,85%	-13,40%	12,71%	5,20%	-134,53%	-56,05%

26.4- Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão (ambos assinados pela CHESF), o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para o período de 2011 a 2020. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

26.5- Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletroacre e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

Notas Explicativas

26.6- Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) – Lei 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo REFIS, referente aos processos de PASEP, COFINS e PASEP/COFINS.

O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela SELIC.

26.7- PASEP e COFINS Diferidos sobre Variação Cambial Ativa

Em 1º de abril de 2015 foi publicado o Decreto nº 8.426 que restabeleceu para 0,65% e 4%, respectivamente, as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não cumulativa, com vigência a partir de 1º de julho de 2015.

Todavia, com o advento do Decreto nº 8.451, publicado em 19 de maio de 2015, o Governo Federal reestabeleceu para zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias, em função da taxa de câmbio, de: (I) operações de exportação de bens e serviços para o exterior; e (ii) obrigações contraídas pela pessoa jurídica, inclusive, empréstimos e financiamentos.

Uma vez que o Decreto nº 8.451 estabeleceu a manutenção da alíquota zero somente para as supramencionadas operações, a Controladora passou a recolher, quando da liquidação da correspondente transação, as contribuições do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as variações monetárias decorrentes da oscilação da moeda estrangeira observada nos contratos de empréstimos concedidos pela Companhia.

Neste contexto, devido ao diferimento na tributação da variação cambial para o momento da liquidação da operação, a Controladora reconheceu no passivo não circulante PIS/PASEP e COFINS diferidos, em 30 de junho de 2016, os montantes de R\$ 2.918 (R\$ 25.440 em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 17.956 (R\$ 156.551 em 31 de dezembro de 2015), respectivamente.

Notas Explicativas

**NOTA 27 – ENCARGOS SETORIAIS**

As explicações sobre a natureza dos principais encargos setoriais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

	CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE		
Quota RGR	129.379	154.753
Quota CDE	50.124	38.979
Quota PROINFA	18.977	45.819
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	73.159	56.932
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	7.402	5.223
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	383.513	356.920
Programa de Eficiência Energética - PEE	33.048	24.397
Outros	6.492	12.377
	<u>702.094</u>	<u>695.400</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Quota RGR	8.184	8.184
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	469.021	404.623
Programa de Eficiência Energética - PEE	52.248	49.388
	<u>529.453</u>	<u>462.195</u>
TOTAL	<u>1.231.547</u>	<u>1.157.595</u>

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA	
	30/06/2016	31/12/2015
Circulante		
Dividendos não reclamados	39.388	40.518
Dividendos retidos exercícios anteriores	-	1.960
	<u>39.388</u>	<u>42.478</u>

28.1 – Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

28.2 – Dividendos Não Reclamados

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante em 30 de junho de 2016, contém a parcela de R\$ 39.388 (R\$ 40.518 em 31 de dezembro de 2015), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2012, 2013 e 2014. A remuneração relativa ao exercício de 2011 e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

Notas Explicativas

**NOTA 29 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS**

29.1 Benefício pós-emprego

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras					
Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Celg D	X		X		X
Cepisa	X		X		
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X				X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

A Companhia e suas controladas avaliam seus passivos atuariais anualmente e conseqüentemente, os valores apresentados no balanço patrimonial podem sofrer alteração em razão da avaliação que será realizada para a data base de 31 de dezembro de 2016.

Maiores informações sobre os planos de benefícios pós emprego estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontra em vários estágios de julgamento.

A Administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda e da ocorrência de obrigação presente em função de evento passado, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

Notas Explicativas

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, além de atender a condição de obrigação presente vinculada a evento passado, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das informações trimestrais.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Na data de encerramento destas informações trimestrais, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável:

a) Contingências prováveis:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				
Trabalhistas	484	492	23.716	21.100
Cíveis	594.802	542.853	651.634	569.625
	<u>595.286</u>	<u>543.345</u>	<u>675.350</u>	<u>590.725</u>
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	204.033	165.712	1.100.623	984.066
Tributárias	-	-	354.562	644.466
Cíveis	11.684.606	8.736.188	15.220.555	11.927.597
	<u>11.888.639</u>	<u>8.901.900</u>	<u>16.675.740</u>	<u>13.556.129</u>
	<u>12.483.925</u>	<u>9.445.245</u>	<u>17.351.090</u>	<u>14.146.854</u>

Em 30 de junho de 2016, a Companhia classificou o montante de R\$ 595.286 no passivo circulante com base no histórico de pagamentos das causas judiciais efetuados nos últimos três anos.

Notas Explicativas

Estas provisões tiveram, neste período, a seguinte evolução:

	<u>CONTROLADORA</u>	<u>CONSOLIDADO</u>
Saldo em 31/12/2015	9.445.245	14.146.854
Constituição de provisões	2.919.585	4.344.897
Reversão de provisões	(1.018.192)	(2.000.236)
Atualização Monetária	1.237.763	978.256
Pagamentos	(100.475)	(118.680)
Saldo em 30/06/2016	<u>12.483.925</u>	<u>17.351.090</u>

a.1) Ações judiciais cíveis**Na Controladora**

No terceiro trimestre de 2015, o STJ proferiu decisões definindo parâmetros para a metodologia de cálculo dessas execuções, acatando algumas alegações da Eletrobras, mas não a sua integralidade, o que ensejou ajustes na metodologia de cálculo da Eletrobras e na classificação de risco dessas ações.

No primeiro semestre de 2016 a Companhia revisou as suas estimativas de mensuração e a probabilidade de perda de determinados processos judiciais referentes ao empréstimo compulsório. Estes fatos resultaram em incremento de R\$ 2.060.106 da provisão para contingências no período findo em 30 de junho de 2016.

A Companhia mantém provisão para estas contingências cíveis, na Controladora, no valor de R\$ 12.279.408 em 30 de junho de 2016 (R\$ 9.279.041 em 31 de dezembro de 2015) referente a esses processos.

b) Contingências possíveis:

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	404.851	447.656	1.534.218	1.228.770
Tributárias	793.565	752.654	9.810.293	6.253.906
Cíveis	<u>16.125.612</u>	<u>14.329.202</u>	<u>26.625.331</u>	<u>23.715.573</u>
	<u>17.324.028</u>	<u>15.529.512</u>	<u>37.969.842</u>	<u>31.198.249</u>

a.1) Cíveis**Na Controladora**

i. As ações cíveis na Controladora têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978.

As demandas tem o objetivo de impugnar a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia.

Notas Explicativas



Os créditos foram integralmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações utilizando como base de atualização a legislação vigente.

ii. Entre 22 de julho e 15 de agosto de 2015, duas ações coletivas referentes a valores mobiliários foram movidas contra a Eletrobras, alguns de seus dirigentes e um ex-dirigente no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York (SDNY). Em 2 de outubro de 2015, essas ações foram consolidadas e o Tribunal nomeou os líderes dos requerentes, Dominique Lavoie e a cidade de Providence. Os requerentes apresentaram uma reclamação aditada consolidada em 8 de dezembro de 2015, supostamente em nome de investidores que compraram títulos da Eletrobras negociados na Bolsa de Valores de Nova York, entre 17 de agosto de 2010 e 24 de junho de 2015 e, em 26 de fevereiro de 2016, apresentaram uma segunda reclamação aditada consolidada. A segunda reclamação aditada consolidada alega, entre outras coisas, que a Eletrobras e os réus individuais sabiam ou deveriam saber da suposta fraude cometida contra a Companhia por um cartel de empresas de construção, bem como dos subornos e propinas supostamente solicitados e recebidos pelos empregados da Eletrobras; que a Eletrobras e os réus individuais prestaram declarações distorcidas materialmente relevantes bem como se omitiram em relação à suposta fraude; e que o preço das ações da Companhia caiu quando a suposta fraude foi divulgada. Os requerentes não especificaram o valor dos danos que pleiteiam, embora tal valor, quando especificado, poderá ser relevante para a Companhia. A Eletrobras contratou assessores jurídicos e pretende se defender contra as alegações feitas na ação.

Por causa de inúmeras incertezas relacionadas a todas as questões que afetam a determinação razoável de um montante para causa, a Companhia não está apresentando um valor estimado para a causa. A Companhia não é capaz de mensurar qualquer estimativa razoável da potencial perda desses litígios. Caso ocorra uma decisão contrária ou um acordo, a Companhia poderá pagar valores substanciais, os quais poderão ter efeito substancial, em sua posição financeira, em seus fluxos de caixa e resultados futuros.

As informações referentes às demais contingências prováveis e possíveis e a descrição das demandas judiciais relevantes para a Companhia e suas controladas encontram-se divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015, não tendo ocorrido mudança relevante no período.

iii. No que tange as ações com avaliação de risco como possível destacamos o processo administrativo movido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Despacho nº 63, de 13 de janeiro de 2014, que determinou o ressarcimento pela Eletrobras à conta da RGR dos montantes históricos de R\$ 1.924.188 e R\$ 113.577 referentes, respectivamente, às amortizações do saldo devedor de financiamentos não restituídos à RGR e a apropriação dos encargos financeiros do referido fundo durante o período de 1998 a 2011.

O mencionado despacho determina, ainda, que os montantes em referência sejam corrigidos à taxa do fundo extramercado do Banco do Brasil da data em que deveriam ter sido restituídos à RGR até a efetiva devolução ao citado fundo setorial. A Eletrobras, em discordância da postura contraditória da ANEEL, interpôs recurso administrativo em 24 de janeiro de 2014 alegando a prescrição da pretensão de ressarcimento das mencionadas quantias, a inexistência de prática de ato ilícito por ela própria e a boa-fé objetiva da administração dos recursos.

Em 10 de maio de 2016, a ANEEL determinou a devolução, pela Eletrobras, para a RGR, de recursos supostamente não transferidos, no âmbito da gestão do fundo, conforme despacho

Notas Explicativas



ANEEL nº 63/2014. A Eletrobras, em discordância da conclusão da Diretoria Executiva da ANEEL com relação ao tema, recorreu no Poder Judiciário buscando a anulação da conclusão da ANEEL sobre o referido despacho.

Em 9 de agosto de 2016, a Diretoria da ANEEL aprovou a suspensão até 30 de setembro de 2016, da sua decisão proferida em 10 de maio de 2016.

Em 30 de junho de 2016 o valor da causa é de R\$ 9.168.365 (31 de dezembro de 2015 o valor da causa é de R\$ 8.031.500).

iv. Contrato de Fornecimento de Gás - CIGÁS

De acordo com a proposta da administração para a 165ª AGE, no que tange aos montantes de cobertura da Conta de Consumo de Combustível (CCC) nos custos de geração da controlada Amazonas Distribuidora de Energia, existe a possibilidade da não neutralidade do contrato de gás, impostas pela Resolução Homologatória nº 2005, da ANEEL, de 15 de dezembro de 2015, que homologou o preço da parcela do transporte de gás natural fornecido pela CIGÁS - Companhia de Gás do Amazonas à referida Distribuidora em valor inferior ao preço contratual e pelo Despacho nº 314, de 02 de fevereiro de 2016 que fixou a quantidade de gás natural a ser reembolsado pela CCC em 2016, referente aos compromissos de take-or-pay e ship-or-pay do gasoduto Urucu-Manaus, de 4.076.156 m³/dia, patamar inferior à Quantidade Diária Contratada ("QDC") de 5.420.000 m³/dia conforme dispõe o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural.

Relatórios elaborados por consultoria externa apresentaram que essas duas limitações regulatórias, considerando a premissa da perpetuidade dessas decisões, poderia gerar um desequilíbrio até o final da vigência do mencionado Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, implicando em um risco de perda para a Distribuidora, no montante estimado aproximadamente de R\$ 6,8 bilhões, no entanto, a Companhia avalia como baixo risco de materialização dessa perda, pois as limitações propostas foram decididas em processo de formação de orçamento para a CDE/CCC e não em um processo para analisar os custos do contrato de gás.

O Decreto nº 7.246/10 que regulamenta a Lei 12.111/09 dispõe que o preço dos combustíveis para geração de energia própria ou de terceiros também será reconhecido para efeito de reembolso da CCC, incluindo as despesas de transporte, de reserva de capacidade de transporte dutoviário e de reserva de consumo mínimo, desde que não incluídos nos custos de energia contratada e de geração própria, ou seja, na avaliação da Companhia, trata-se de direito líquido e certo referente ao reembolso integral da CCC-Isol e, ainda, existem decisões judiciais em matérias semelhantes já proferidas em 2ª instância no qual é favorável a causa pleiteada pela Controlada Amazonas Distribuidora.

Adicionalmente, no dia 29 de fevereiro de 2016, a Companhia ingressou com um Pedido de Reconsideração junto à ANEEL em face da limitação orçamentária imposta pela Agência Reguladora para o ano de 2016. Até a presente data, o Pedido de Reconsideração continua pendente de apreciação pela ANEEL.

v. Reembolso Óleo – Resolução Homologatória Aneel nº 427/2011

A Companhia motivada pela resolução homologatória Aneel nº 427/2011, a qual limita os reembolsos dos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, ingressou com

Notas Explicativas

ação judicial visando mitigar seus efeitos. A Companhia entende que é direito líquido e certo o reembolso integral da CCC, sem qualquer limitação, conforme determinado na Lei 12.111/2009.

Mediante a referida ação judicial, foi proferida Decisão em Segunda Instância a qual garante a Companhia o integral reembolso dos custos de geração, afastando os efeitos da Resolução Homologatória Aneel nº 427/2011. Desta forma a Companhia permanece sendo reembolsada integralmente de seus custos de geração.

A Companhia entende que é baixo o risco de perda do litígio em virtude da Decisão já proferida, decisão esta reforçada pela Lei 13.299/16 que trouxe o benefício de prover recursos para o pagamento dos reembolsos das despesas de aquisição de combustível incorridas até 30 de abril de 2016 pelas concessionárias titulares das concessões que trata a Lei 12.111/2009, comprovadas, porém não reembolsadas por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da referida Lei. Até a data de apresentação dessas informações trimestrais não foi possível estimar o valor relacionado ao processo.

NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas às características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

	<u>CONSOLIDADO</u>
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2015	1.201.186
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	<u>41.330</u>
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 30/06/2016	<u>1.242.516</u>

NOTA 32 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os recursos são oriundos do Tesouro Nacional sendo destinados aos projetos abaixo:

	<u>CONTROLADORA E CONSOLIDADO</u>	
	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aporte da União para Futuro Aumento de Capital	1.000.000	-
Aquisição de participação acionária CEEE / CGTEE	237.490	196.544
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	4.009	3.318
UHE de Xingó	11.264	9.322
Linha de transmissão no Estado da Bahia	1.763	1.459
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	10.452	8.650
	<u>1.264.979</u>	<u>219.294</u>

Notas Explicativas



Em 6 de abril de 2016, foi aprovado o ingresso de recursos na Companhia no montante de R\$ 1.000.000 via Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), a ser feito pelo acionista controlador União. Os referidos recursos serão destinados à cobertura de despesas de capital, para o ano de 2016, previstas no orçamento da Eletrobras holding, ficando vedada a utilização desses recursos para transferência, a qualquer título, às distribuidoras subsidiárias da Eletrobras.

O referido AFAC se faz necessário para reforçar as fontes de recursos necessárias para atendimento do Programa de Dispêndios Globais (PDG) 2016, aprovado pelo Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015, devido à frustração de ingresso de alguns recursos previstos originalmente em seu orçamento de capital, tais como: (i) não recebimento de dividendos esperados de algumas investidas em razão dos prejuízos que apresentaram no exercício de 2015; (ii) não recebimento, até esta data, dos valores referentes às indenizações suplementares das concessões de geração e transmissão renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013, devido a necessidade de aguardar a regulamentação pelo Poder Concedente das condições para o referido pagamento; e (iii) dificuldade de acessar, neste momento, o mercado de *debt* em razão das atuais condições macroeconômicas e setoriais.

NOTA 33 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			SALDO EM 30/06/2016
	SALDO EM 31/12/2015	CONSTITUIÇÕES	REVERSÕES	
Transmissão				
Contrato 062/2001	729.478	-	(115.133)	614.345
LT Recife II - Suape II	51.024	-	(11.920)	39.104
LT Camaçari IV - Sapeaçu	99.080	-	(4.107)	94.973
Outros	16.467	-	(6.067)	10.400
	896.049	-	(137.227)	758.822
Geração				
Camaçari	80.441	510	-	80.951
Funil	83.788	-	(4.269)	79.519
Coaracy Nunes	228.091	-	-	228.091
Marimondo	79.924	-	(8.893)	71.031
Angra 3	-	1.677.269	-	1.677.269
Outros	130.072	-	(6.379)	123.693
	602.316	1.677.779	(19.541)	2.260.554
	1.498.365	1.677.779	(156.768)	3.019.376
Total do Passivo Circulante*	9.073	-	-	9.073
Total do Passivo Não Circulante	1.489.292	1.677.779	(156.768)	3.010.303
TOTAL	1.498.365	1.677.779	(156.768)	3.019.376

(*) Valor registrado na rubrica Outros passivos circulantes

Do montante da provisão para contratos onerosos mantida em 30 de junho de 2016, R\$ 1.114.016 (R\$ 1.270.274 em 31 de dezembro de 2015) decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos de operação e manutenção. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes do programa de redução de custos e/ou revisão tarifária.

Notas Explicativas

Angra 3

A Companhia revisou o orçamento total do empreendimento Angra 3 e a data prevista para operação da Usina Nuclear Angra 3 foi alterada para dezembro de 2022. Desta forma, em 30 de junho de 2016, a Companhia reconheceu um *impairment* no valor de R\$ 2.414.479 do ativo relativo a este empreendimento e um valor excedente a este ativo de R\$ 1.677.269, reconhecido como contrato oneroso (vide Nota 19).

NOTA 34 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

34.1- Compra de energia

Empresas	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Amazonas D	635.888	662.606	716.042	750.154	786.509	3.093.977
CGTEE	210.360	210.360	210.360	175.244	175.244	350.490
Chesf	293.220	267.690	267.690	268.420	177.700	2.488.150
Distribuidora Alagoas	752.200	828.484	902.263	881.572	922.480	1.844.960
Distribuidora Piauí	667	749	729	526	367	272.785
Distribuidora Roraima	-	711.449	803.550	-	-	-
Eletrosul	287.686	275.685	254.399	264.407	254.484	3.489.704
Furnas	609.762	601.269	610.976	602.903	600.055	4.031.529
Distribuidora Rondônia	1.702.321	1.736.039	1.913.001	2.018.667	-	-
Total	4.492.104	5.294.331	5.679.010	4.961.894	2.916.839	15.571.595

34.2- Fornecedores de combustíveis

Empresas	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Amazonas D	2.703.545	2.703.545	2.703.545	2.703.545	2.703.545	26.805.832
CGTEE	115.345	115.345	115.345	115.345	115.345	346.035
Eletronuclear	180.724	52.120	34.447	-	-	8.655.029
Total	2.999.614	2.871.010	2.853.337	2.818.890	2.818.890	35.806.896

A principal atividade de compras de combustíveis está na controlada Eletronuclear, que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra III.

Na controlada Amazonas existe o compromisso de longo prazo referente à compra de gás natural para fins de geração de termoelétrica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas – CIGÁS. O prazo final do contrato é 30/11/2030.

34.3- Venda de Energia

Empresas	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
CGTEE	508.896	508.896	508.896	508.896	508.896	1.526.688
Chesf	864.090	614.240	608.000	607.720	606.560	8.357.150
Eletrosul	594.084	587.877	482.746	448.756	447.737	7.436.690
Eletronuclear	2.862.070	2.862.070	2.862.070	2.862.070	2.862.070	-
Furnas	3.788.837	3.116.854	3.116.854	1.702.049	2.060.868	35.038.329
Distribuidora Roraima	-	190.069	114.947	-	-	-
Distribuidora Rondônia	2.156.150	2.431.578	2.741.403	3.076.412	3.437.205	-
Total	10.774.127	10.311.584	10.434.916	9.205.903	9.923.336	52.358.857

Notas Explicativas**34.4- Compromissos sócio ambientais**

Empresas	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Eletronuclear	104.241	104.241	89.243	-	-	-
Eletronorte	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	36.000
Total	124.241	124.241	109.243	20.000	20.000	36.000

Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

Tucurí

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Eletronorte implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais.

* Informações não revisadas pelo auditor independente

34.5- Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Chesf	163.458	-	-	-	-	-
Eletronuclear	3.784.242	1.167.174	49.126	-	-	-
Eletrósul	220.427	151.098	69.141	65.168	59.964	2.043.960
Total	4.168.127	1.318.272	118.267	65.168	59.964	2.043.960

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra I, Angra II e Angra III, necessários à manutenção operacional desses ativos.

A Companhia continua avaliando a continuidade do projeto da Usina Nuclear Angra III, o qual poderá impactar nos compromissos de aquisição de imobilizado e intangível.

34.6- Aquisição de insumos

Empresas	2017	2018	2019	2020
CGTEE	29.352	29.352	29.352	29.352
Total	29.352	29.352	29.352	29.352

A controlada CGTEE adquire cal para controle das emissões de resíduos das suas usinas.

Notas Explicativas**34.7- Custo de Construção**

Empresas	2017
Eletronorte	148.843
Total	148.843

34.8- Compromissos – Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

34.8.1 - Aquisição de imobilizado

A Companhia possui contratos de aquisição de bens do imobilizado junto a fornecedores relativo à participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), conforme apresentado abaixo:

Empresas	2017	2018	2019	2020	2021
Norte Energia	161.518	26.799	-	-	-
ELM	79.090	14.578	2.078	2.078	8.907
IMPISA	55.764	35.376	3.741	-	-
Votorantim	433	-	-	-	-
Outros	13.870	4.061	-	-	-
Total	310.675	80.814	5.819	2.078	8.907

34.8.2 - Uso do bem público

Empresas	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Norte Energia	3.871	3.568	3.288	3.031	3.031	32.207
Energética Águas da Pedra	370	370	370	370	370	1.424
Total	4.241	3.938	3.658	3.401	3.401	33.631

Notas Explicativas



34.8.3 - Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo à participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), relativos a adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2017	2018	2019	2020	2021
Norte Energia S.A.	50.000	23.000	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	6.546	-	-	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	313.585	60.305	-	-	-
Complexo Fortim	95.000	344.000	-	-	-
Complexo Famosa	139.000	38.000	-	-	-
Complexo Eólico Punaú & Baleia	320.000	84.000	-	-	-
Holding Brasil Ventos	321.829	351.000	-	-	-
Complexo Eólico Itaguaçu Da Bahia	384.755	416.000	-	-	-
Madeira Energia S.A.	135.000	-	-	-	-
Teles Pires Participações S.A.	32.710	30.097	28.492	27.128	13.243
Empresa de Energia São Manoel S.A.	134.080	48.868	-	-	-
Transenergia Goiás S.A.	67.000	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí I	45.100	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí II	24.400	-	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí III	5.550	-	-	-	-
ESBR Participações S.A.	441.881	-	-	-	-
Complexo Eólico Sento Sé III	9.645	-	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	521	-	-	-	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	15.000	-	-	-	-
Companhia Energética SINOP S.A.	10.738	-	-	-	-
Chuí	2.107	-	-	-	-
Livramento	1.180	-	-	-	-
Fronteira Oeste	22.950	-	-	-	-
Paraíso	23.271	-	-	-	-
Santa Vitória	11.000	-	-	-	-
Novos Leilões	262.966	-	-	-	-
Total	2.875.814	1.395.270	28.492	27.128	13.243

NOTA 35 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Em 30 de junho de 2016, a Companhia mantém registrado um passivo a descoberto de R\$ 14.163.827. A movimentação das empresas que apresentam passivo a descoberto está demonstrada a seguir:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2016
MUTAÇÃO PROVISÃO PARA PASSIVO DESCOBERTO - CONTROLADORA					
ED Piauí	701.148	-	-	240.422	941.570
ED Roraima	337.643	-	-	149.029	486.672
Amazonas	4.363.597	-	-	1.304.902	5.668.499
ED Acre	125.416	-	-	111.732	237.148
ED Rondonia	456.558	-	(245)	129.882	586.195
CGTEE	1.210.508	-	-	312.859	1.523.367
Eletronuclear	351.271	(456)	-	4.022.080	4.372.895
ED Alagoas	247.656	-	(8.307)	108.132	347.481
TOTAL PROVISÃO PARA PASSIVO DESCOBERTO	7.793.797	(456)	(8.552)	6.379.038	14.163.827

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2014	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2015
MUTAÇÃO PROVISÃO PARA PASSIVO DESCOBERTO - CONTROLADORA					
ED PIAUI	141.056	-	-	69.022	210.078
ED RORAIMA	69.726	-	-	101.155	170.881
AMAZONAS	2.019.381	-	-	631.413	2.650.794
CELG D	-	-	-	90.160	90.160
CGTEE	552.998	-	-	291.870	844.868
ED ALAGOAS	11.075	-	-	69.620	80.695
TOTAL PROVISÃO PARA PASSIVO DESCOBERTO	2.794.236	-	-	1.253.240	4.047.476

Notas Explicativas**35.1 - Empresas de Distribuição:**

a) Distribuição Alagoas - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todos os municípios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A controlada, em 30 de junho de 2016, apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 294.426 (R\$ 269.740 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R\$ 1.039.427 (R\$ 931.295 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R\$ 347.481 (R\$ 247.656 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

b) Distribuição Rondônia - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todos os municípios do Estado de Rondônia mediante o Contrato de Concessão 05/2001-ANEEL. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A controlada, em 30 de junho de 2016, apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.030.459 (R\$ 1.010.468 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R\$ 1.911.777 (R\$ 1.781.895 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R\$ 586.195 (R\$ 456.558 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

c) Distribuição Piauí - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todos os municípios do Estado do Piauí, mediante Contrato de Concessão 04/2001 de 12 de fevereiro de 2001, com a ANEEL. A principal atividade é a distribuição de energia elétrica. A controlada apresenta em 30 de junho de 2016 um capital circulante líquido negativo de R\$ 924.728 (R\$ 754.935 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R\$ 2.206.953 (R\$ 1.966.531 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R\$ 941.572 (R\$ 701.150 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

d) Amazonas D. - tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW*) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A controlada apresenta, em 30 de junho de 2016, capital circulante líquido negativo de R\$ 5.412.116 (R\$ 2.447.607 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R\$ 10.276.250 (R\$ 8.971.348 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R\$ 5.668.500 (R\$ 4.363.598 em 31 de dezembro de 2015). Em 1º de julho de 2015, a controlada iniciou o processo de desverticalização, no qual as atividades de geração e transmissão de energia elétrica foram segregadas de sua atividade de distribuição (vide Nota 1).

e) Distribuição Roraima - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição pelo Contrato 21/2001 - ANEEL, de 21 de março de 2001 e Termo Aditivo de quatorze de outubro de 2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR, válida até o ano de 2015. A controlada, em 30 de junho de 2016, apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 542.831 (R\$ 432.232 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R\$ 1.169.569 (R\$ 1.020.541 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R\$ 486.671 (patrimônio líquido de R\$ 337.643 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

Notas Explicativas

f) Distribuição Acre – responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todo o Estado do Acre, mediante contrato de concessão 06/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015. O suprimento de energia elétrica da capital, Rio Branco, e das seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é feita pela Eletronorte. O interior do Estado, desde 1999, através de um contrato de Comodato, vem sendo suprido pela GUASCOR do Brasil Ltda., na forma de Produtor Independente de Energia- PIE, por intermédio de Sistemas Isolados de Geração. Destaque-se que, o suprimento de energia elétrica a todo o Estado, é feito através de Termoelétricas a Diesel (100%). A controlada apresenta, em 30 de junho de 2016, um capital circulante líquido negativo de R\$ 222.335 (R\$ 139.542 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R\$ 720.765 (R\$ 605.232 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R\$ 245.216 (R\$ 129.683 em 31 de dezembro de 2015).

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes.

35.2 – Empresas de Geração e Transmissão:

(a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da Companhia, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como construção da usina Angra 3. A partir de 1º de janeiro de 2013, a energia elétrica gerada pela controlada foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009. A controlada, em 30 de junho de 2016, apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 408.085 (R\$ 241.869 em 31 de dezembro de 2015), prejuízos acumulados de R\$ 10.902.889 (R\$ 6.877.187 em 31 de dezembro de 2015) e passivo a descoberto de R\$ 4.376.834 (patrimônio líquido de R\$ 351.588 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia.

(b) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) – tem por principal objeto social realizar estudos, projetos, construções e operações das instalações dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. A investida apresenta em 30 de junho de 2016 um capital circulante líquido negativo de R\$ 405.270 (R\$ 599.918 em 31 de dezembro de 2015).

A CGTEE apresentou em 30 de junho de 2016 um prejuízo acumulado de R\$ 2.330.597, ante um prejuízo acumulado de R\$ 2.017.708 em 31 de dezembro de 2015. O resultado determinou um passivo a descoberto na mesma data de R\$ 1.523.517 (R\$ 1.210.628 em 31 de dezembro de 2015).

Diante do quadro atual, a CGTEE está em tratativas junto a Eletrobras para viabilizar ações que possibilitam a sua recuperação técnica e financeira e também depende do apoio

Notas Explicativas

financeiro da Eletrobras para sua manutenção operacional, bem como para execução dos investimentos futuros necessários.

Em 02 de março de 2016, a Eletrobras aprovou a concessão de AFAC no montante de R\$ 251.000 para a Controlada CGTEE objetivando a cobertura das necessidades de caixa, conforme mencionado na Nota 13.

(c) Amazonas GT. – tem como atividades principais a geração e transmissão de energia elétrica no Estado do Amazonas. A investida apresenta, em 30 de junho de 2016, um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.018.620 (R\$ 517.988 em 31 de dezembro de 2015), passivo a descoberto de R\$ 43.675 (patrimônio líquido de R\$ 192.667 em 31 de dezembro de 2015), e prejuízo acumulado de R\$ 479.548 (R\$ 243.206 em 31 de dezembro de 2015) e depende do suporte financeiro da Companhia. Em 1º de julho de 2015, a investida foi constituída como controlada da Amazonas D, decorrente do processo de desverticalização da Amazonas Energia (vide Nota 1).

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes.

35.3 - Demais Empresas

(a) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto a distribuição de energia elétrica em 72 municípios do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 4 milhões de unidades consumidoras. A investida apresenta em 30 de junho de 2016 capital circulante líquido negativo de R\$ 510.456 (R\$ 475.335 em 31 de dezembro de 2015), o resultado determinou um passivo a descoberto de R\$ 434.532 (R\$ 483.596 em 31 de dezembro de 2015) e prejuízos acumulados de R\$ 1.840.046 (R\$ 1.889.110 em 31 de dezembro de 2015). Sendo assim, em 30 de junho de 2016, o investimento nesta investida encontra-se zerado.

NOTA 36 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**36.1 - Capital Social**

O Capital Social da Companhia em 30 de junho de 2016 é de R\$ 31.305.331 (R\$ 31.305.331 em de dezembro de 2015) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

Notas Explicativas



O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 30 de junho de 2016, conforme a seguir:

30/06/2016								
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	554.395.652	51,00	-	-	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDENPAR	141.757.951	13,04	-	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	-	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
JP MORGAN Chase Bank	41.227.190	3,79	-	-	19.051.844	7,18	60.279.034	4,46
Banco Clássico	68.750.900	6,32	-	-	-	-	68.750.900	5,08
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	-	45.621.589	3,37
Outros	160.751.751	14,79	146.920	100,00	209.429.722	78,90	370.328.393	27,38
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>100,00</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,00</u>

31/12/2015								
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	554.395.652	51,00	-	-	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDENPAR	141.757.951	13,04	-	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	-	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	-	1.000.000	0,07
CEF	8.701.564	0,80	-	-	-	-	8.701.564	0,64
FGI	-	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
Outros	261.028.277	24,01	146.920	100,00	219.731.566	82,78	480.906.763	35,55
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>100,00</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,00</u>

Do total das 370.328.393 ações em poder dos minoritários, 181.258.941, ou seja, 48,9% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 56.511.517 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 124.747.396 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 41.227.190 ações ordinárias e 19.051.844 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de American Depositary Receipts – ADR's.

Notas Explicativas



36.2 - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	6.779.931	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.418	387.418
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>13.867.170</u>	<u>26.048.342</u>

Em 29 de abril de 2016, na quinquagésima sexta Assembleia Geral Ordinária foi deliberada a destinação de resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, com utilização da reserva de capital para absorção do montante de R\$ 12.181.171 equivalente à conta de prejuízos acumulados no exercício, que ultrapassaram as reservas de lucros.

NOTA 37 – RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	01/04/2016 a 30/06/2016			
	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Numerador				
Lucro atribuível a cada classe de ações	10.223.938	1.382	2.496.490	12.721.810
Denominador				
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R\$)	9,41	9,41	9,41	

	01/01/2016 a 30/06/2016			
	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Numerador				
Lucro atribuível a cada classe de ações	7.091.406	958	1.731.586	8.823.950
Denominador				
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R\$)	6,52	6,52	6,52	

Notas Explicativas



01/04/2015 a 30/06/2015				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(1.091.451)	(148)	(266.511)	(1.358.110)
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R\$)	(1,00)	(1,00)	(1,00)	
01/01/2015 a 30/06/2015				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(82.665)	(11)	(20.186)	(102.863)
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100%
Resultado por ação básico (R\$)	(0,08)	(0,07)	(0,08)	

(b) Diluído

Para calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve presumir o exercício de opções, bônus de subscrição e semelhantes diluidores da companhia. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos devem ser considerados como tendo sido recebidos da emissão de ações ordinárias ao preço médio de mercado das ações ordinárias durante o período. Em 30 de junho de 2016, as 2.002.806 ações ordinárias potenciais dilutivas, referentes ao Empréstimo Compulsório, foram incluídas no cálculo da média ponderada do número de ações preferenciais devido ao efeito antidilutivo, conforme apresentado abaixo.

01/04/2016 a 30/06/2016						
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B	Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	10.121.568	1.368		127.381	2.471.493	12.721.810
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas		Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	13.681		265.437	1.366.315
% de ações em relação ao total	79,56%	0,01%	1,00%		19,43%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	9,31	9,31		9,31	9,31	
01/01/2016 a 30/06/2016						
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B	Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	7.020.401	949		88.352	1.714.248	8.823.950
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas		Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	13.681		265.437	1.366.315
% de ações em relação ao total	79,56%	0,01%	1,00%		19,43%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	6,46	6,46		6,46	6,46	
01/04/2015 a 30/06/2015						
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B	Convertidas	Preferencial B	Total
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(1.081.466)	(146)		(12.424)	(264.073)	(1.358.110)
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas		Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	12.488		265.437	1.365.122
% de ações em relação ao total	79,63%	0,01%	0,91%		19,44%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	(0,99)	(0,99)		(0,99)	(0,99)	
01/01/2015 a 30/06/2015						
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B	Convertidas	Preferencial B	Total
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(81.910)	(11)		(941)	(20.001)	(102.863)
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B - Convertidas		Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	12.488		265.437	1.365.122
% de ações em relação ao total	79,63%	0,01%	0,91%		19,44%	100,00%
Resultado por ação diluído (R\$)	(0,08)	(0,08)		(0,08)	(0,08)	

Notas Explicativas

**NOTA 38 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
RECEITAS OPERACIONAIS								
Geração								
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	918.771	1.826.915	670.884	1.340.970	3.324.821	6.379.725	3.005.851	6.123.337
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	-	-	732.938	1.374.170	940.933	1.862.693
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	364.172	619.884	757.227	1.643.746
Receita de Operação e Manutenção de Concessões Renovadas	-	-	-	-	513.454	1.023.497	461.648	916.755
Receita de Construção de Linhas Renovadas	-	-	-	-	22.527	4.797	59.800	153.620
Efeito Financeiro de Itaipu	11.131	(136.459)	(15.513)	105.688	11.131	(136.459)	(15.513)	105.688
	929.902	1.690.456	655.371	1.446.658	4.969.043	9.265.614	5.209.946	10.805.839
Transmissão								
Receita de Operação e Manutenção de Linhas Renovadas	-	-	-	-	679.213	1.351.740	381.604	729.422
Receita de Operação e Manutenção	-	-	-	-	68.641	115.984	309.656	583.423
Receita de Construção	-	-	-	-	473.777	785.686	357.738	651.438
Financeira - Retorno do Investimento	-	-	-	-	25.992.714	26.170.366	205.074	408.828
	-	-	-	-	27.214.345	28.423.776	1.254.072	2.373.111
Distribuição								
Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica	-	-	-	-	2.054.096	4.341.491	3.328.323	6.445.502
Receita de Construção	-	-	-	-	215.152	372.130	182.332	358.024
CVA e outros itens financeiros	-	-	-	-	90.556	160.428	278.094	560.542
	-	-	-	-	2.359.804	4.874.049	3.788.749	7.364.068
Outras receitas	1.705	5.895	(6.192)	6.102	288.058	542.123	308.616	647.990
	931.607	1.696.351	649.179	1.452.760	34.831.250	43.105.562	10.561.383	21.191.008
(-) Deduções à Receita Operacional								
(-) ICMS	-	-	-	-	(505.441)	(1.000.530)	(953.163)	(1.766.395)
(-) PASEP e COFINS	(138.940)	(63.714)	165.602	165.602	(897.791)	(1.504.788)	(703.243)	(1.507.793)
(-) Encargos setoriais	-	-	-	-	(347.665)	(722.194)	(591.919)	(999.259)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	-	-	-	-	4.956	(31.371)	(86.197)	(91.818)
	(138.940)	(63.714)	165.602	165.602	(1.745.941)	(3.258.883)	(2.334.522)	(4.365.265)
Receita operacional líquida	792.667	1.632.637	814.781	1.618.362	33.085.309	39.846.679	8.226.861	16.825.743

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

Nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016, a Companhia efetuou sua estimativa dos valores atualizados relativos aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, reconhecendo o montante de R\$ 25.810.222 na rubrica Receita Financeira – Retorno do Investimento no segmento de transmissão (Vide Nota 2.1).

NOTA 39 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Investimentos em controladas								
Equivalência patrimonial	17.000.247	17.722.285	(523.232)	400.935	-	-	-	-
Investimentos em coligadas								
Equivalência patrimonial	339.233	390.731	75.377	109.658	327.259	421.390	(105.993)	(78.524)
	339.233	390.731	75.377	109.658	327.259	421.390	(105.993)	(78.524)
Outros investimentos								
Juros sobre o capital próprio	1.026	1.026	1.613	1.613	1.026	1.026	1.613	1.613
Dividendos	42.559	61.016	31.635	35.769	42.559	61.016	31.635	35.769
Remuneração dos investimentos em parcerias	-	-	3.766	10.402	-	-	3.766	10.402
Rendimentos de capital - ITAIPU	5.370	74.870	63.593	66.302	5.370	74.870	63.593	66.302
	48.955	136.912	100.607	114.086	48.955	136.912	100.607	114.086
	17.388.435	18.249.928	(347.248)	624.679	376.214	558.302	(5.386)	35.562

Notas Explicativas

**NOTA 40 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS**

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015	01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015
Pessoal	100.815	214.677	90.348	185.118	1.428.214	2.844.907	1.312.022	2.637.213
Material	589	1.185	352	1.052	72.402	132.185	90.400	151.702
Serviços	136.222	187.589	25.213	49.870	733.098	1.244.581	670.462	1.288.397
	<u>237.626</u>	<u>403.451</u>	<u>115.913</u>	<u>236.040</u>	<u>2.233.714</u>	<u>4.221.673</u>	<u>2.072.884</u>	<u>4.077.312</u>

NOTA 41 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Energia comprada para revenda								
Suprimento	578.447	1.285.570	555.053	1.188.451	1.537.546	3.100.234	2.058.145	4.415.650
Comercialização na CCEE	307.726	508.239	142.373	197.775	765.229	1.358.358	1.265.969	1.821.990
Proinfra	-	-	-	-	6.468	11.840	3.712	7.424
Outros	5.670	8.646	4.331	8.655	7.613	15.481	4.331	8.655
	<u>891.843</u>	<u>1.802.455</u>	<u>701.757</u>	<u>1.394.881</u>	<u>2.316.856</u>	<u>4.485.913</u>	<u>3.332.157</u>	<u>6.253.719</u>

NOTA 42 - PROVISÕES (REVERSÕES) OPERACIONAIS

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Garantias	10.742	15.367	13.288	12.427	10.742	15.367	13.288	12.427
Contingências ¹	(996.965)	1.901.393	428.835	597.097	(596.278)	2.352.602	847.798	1.100.605
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	-	-	17.397	159.742	150.904	252.501
PCLD - Financiamentos e Empréstimos ²	3.451	8.515	(4.584)	7.796	3.451	8.515	(4.584)	7.796
Passivo a descoberto em Controladas ³	4.961.074	6.379.036	914.551	1.253.239	-	-	-	-
Contratos Onerosos ⁵	-	-	-	-	1.621.562	1.521.011	(80.248)	(155.399)
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	463	-	25.435	47.689	523	60	25.435	47.689
Impairment ⁴	(926)	(926)	-	-	2.348.010	2.348.010	-	-
Ajuste a Valor de Mercado	134	272	-	181	134	272	-	181
Outras	20.680	22.476	(198.125)	(185.059)	168.707	181.690	(51.585)	(37.356)
	<u>3.998.653</u>	<u>8.326.133</u>	<u>1.179.400</u>	<u>1.733.370</u>	<u>3.574.248</u>	<u>6.587.269</u>	<u>901.009</u>	<u>1.228.444</u>

¹ Vide Nota 30² Vide Nota 8³ Vide Nota 35⁴ Vide Nota 19⁵ Vide Nota 33**NOTA 43 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS****43.1 – Alienação do controle acionário da controlada CELG D**

Em 26 de setembro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária, a Eletrobras aprovou a aquisição, pela Companhia, do controle acionário da CELG Distribuição S.A. (CELG D).

A Companhia concluiu o processo de aquisição da Celg Distribuição S.A. ("Celg-D") mediante o pagamento e a transferência, em 27 de janeiro de 2015, de 76.761.267 de ações ordinárias de emissão da CELG D, correspondentes a 50,93% do capital social da Distribuidora, ao valor de R\$ 59.454.

Em 28 de dezembro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, a Eletrobras aprovou a alienação do controle acionário da CELG D em leilão de desestatização a ser promovido pela BM&FBOVESPA, conforme prego mínimo e condições estabelecidas na Resolução 11/2015 do Conselho Nacional de Desestatização – CND. A Administração está comprometida com um plano de venda da controlada, e espera que a venda seja concluída em até 31 de dezembro de 2016. A sessão do Leilão n. 01/2016 cujo objeto trata da alienação de ações ordinárias da CELG D está marcada para o dia 19 de agosto de 2016, na BM&FBovespa.

Notas Explicativas

Essa alienação não foi considerada como operação descontinuada, uma vez que a Companhia ainda tem operações no segmento de distribuição que não atendem aos critérios para apresentação como descontinuadas.

Os principais ativos e passivos da controlada CELG D classificados como mantidos para venda em 30 de junho de 2016 estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	78.708	82.182
Clientes	1.057.303	1.112.469
Tributos e contribuições sociais	157.239	170.440
Depósitos judiciais	172.344	136.761
Ativo Financeiro	57.535	199.497
Ativo imobilizado	39.079	43.328
Ativo intangível	1.911.880	1.908.127
Ativos reembolsáveis - FUNAC	638.000	672.615
Outros ativos	221.336	298.366
Total ativos da controlada CELG D classificados como mantidos para venda	<u>4.333.424</u>	<u>4.623.785</u>
Fornecedores	1.415.917	1.983.890
Empréstimos e financiamentos	1.125.835	1.304.503
Tributos e contribuições sociais	310.862	360.553
Encargos setoriais	640.956	428.332
Benefício pós emprego	136.924	146.800
Provisões de contingências	571.833	568.100
Outros passivos	831.327	782.831
Passivos da controlada CELG D associados a ativos classificados como mantidos para venda	<u>5.033.654</u>	<u>5.575.009</u>

NOTA 44 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**44.1 - Gestão do Risco de Capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores

Notas Explicativas



mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	30/06/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos e financiamentos	45.063.230	46.398.260
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e valores mobiliários	7.470.966	8.431.737
Dívida Líquida	37.592.264	37.966.523
(+) Total do Patrimônio Líquido	50.780.397	41.739.222
Total do Capital	88.372.661	79.705.745
Índice de Alavancagem Financeira	43%	48%

44.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros:

	Mensuração	CONTROLADORA	
		30/06/2016	31/12/2015
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa		664.339	691.719
Empréstimos e Recebíveis		37.043.454	41.052.908
Clientes	Custo Amortizado	511.357	504.597
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	33.675.944	37.098.745
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	Custo Amortizado	2.856.153	3.449.566
Mantidos Até o Vencimento		198.648	191.763
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	198.648	191.763
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		4.083.644	3.454.526
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	4.083.644	3.454.526
Disponíveis para venda		1.090.587	1.018.143
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.090.587	1.018.143
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Mensurados pelo Custo Amortizado		27.727.797	30.752.210
Fornecedores	Custo Amortizado	422.678	416.126
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	26.501.306	30.036.452
Obrigações de ressarcimento	Custo Amortizado	803.813	299.632
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		19.004	18.860
Instr. Fin. Derivativos - Hedge	Valor justo	19.004	18.860

Notas Explicativas



	Mensuração	CONSOLIDADO	
		30/06/2016	31/12/2015
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa		1.031.244	1.393.973
Empréstimos e Recebíveis		81.683.228	59.238.499
Clientes	Custo Amortizado	6.329.895	5.970.958
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	13.899.052	17.587.620
Direitos de Ressarcimento	Custo Amortizado	11.720.571	10.503.382
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	Custo Amortizado	49.733.710	25.176.539
Mantidos Até o Vencimento		200.255	193.669
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	200.255	193.669
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		6.381.005	6.890.406
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	6.239.467	6.844.095
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	141.538	46.311
Disponíveis para venda		5.981.232	5.382.366
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.265.211	1.177.260
Ativo Financeiro - Distribuição	Valor justo	4.716.021	4.205.106
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Mensurados pelo Custo Amortizado		71.520.032	70.733.967
Fornecedores	Custo Amortizado	21.332.134	19.577.928
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	45.063.230	46.398.260
Debêntures	Custo Amortizado	202.231	562.474
Obrigações de Ressarcimento	Custo Amortizado	3.645.940	2.879.586
Arrendamento Mercantil	Custo Amortizado	1.211.900	1.252.155
Concessões a Pagar UBP	Custo Amortizado	64.597	63.564
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		53.856	80.269
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	53.856	80.269
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		19.004	18.860
Instr. Fin. Derivativos - Hedge	Valor justo	19.004	18.860

Notas Explicativas**44.2.1 – Estimativa de valor justo:**

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	CONTROLADORA			
	30/06/2016			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.090.587	-	-	1.090.587
Investimentos (Participações Societárias)	1.090.587	-	-	1.090.587
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	4.083.644	-	-	4.083.644
Títulos e Valores Mobiliários	4.083.644	-	-	4.083.644
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	19.004	-	19.004
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	19.004	-	19.004

	CONTROLADORA			
	31/12/2015			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.018.143	-	-	1.018.143
Investimentos (Participações Societárias)	1.018.143	-	-	1.018.143
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	3.454.526	-	-	3.454.526
Títulos e Valores Mobiliários	3.454.526	-	-	3.454.526
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	18.860	-	18.860
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	18.860	-	18.860

Notas Explicativas



	CONSOLIDADO			
	30/06/2016			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.265.211	4.716.021	-	5.981.232
Investimentos (Participações Societárias)	1.265.211	-	-	1.265.211
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	4.716.021	-	4.716.021
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	6.239.467	141.538	-	6.381.005
Títulos e Valores Mobiliários	6.239.467	-	-	6.239.467
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	141.538	-	141.538
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	72.860	-	72.860
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	72.860	-	72.860

	CONSOLIDADO			
	31/12/2015			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Disponível para venda	1.177.260	4.205.106	-	5.382.366
Investimentos (Participações Societárias)	1.177.260	-	-	1.177.260
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	4.205.106	-	4.205.106
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	6.844.095	46.311	-	6.890.406
Títulos e Valores Mobiliários	6.844.095	-	-	6.844.095
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	46.311	-	46.311
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	99.129	-	99.129
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	99.129	-	99.129

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de

Notas Explicativas



indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes, e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

44.3 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Notas Explicativas



Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

44.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Companhia. O objetivo da atual política é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Financeiras.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Companhia.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas seguem a política de hedge da companhia e não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade:

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2015 e 2016 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development*).

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que apresentam exposição à taxa de câmbio e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação das moedas e outros dois considerando a depreciação dessas das moedas.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em

Notas Explicativas



avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

(a.1) Risco de apreciação das taxas de câmbio:

		CONTROLADORA				
		Saldo em 30/06/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (25%) ¹	Cenário III (50%) ¹
	Empréstimos obtidos	3.617.936	11.610.679	(907.378)	(4.036.893)	(7.166.407)
USD	Empréstimos concedidos	3.675.035	11.796.129	919.494	4.098.399	7.277.305
	Ativo financeiro - ITAIPU	449.635	1.443.238	112.499	501.433	890.367
	Impacto no resultado - USD			124.614	562.940	1.001.265
	Empréstimos obtidos	59.263	209.799	(21.898)	(79.822)	(137.746)
EURO	Empréstimos concedidos	59.242	209.799	21.813	79.716	137.619
	Impacto no resultado - EURO			(85)	(106)	(128)
	Empréstimos obtidos	4.411.734	137.734	(282)	(34.786)	(69.290)
IENE	Empréstimos concedidos	7.824.258	244.352	422	61.615	122.808
	Impacto no resultado - IENE			140	26.829	53.518
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE APRECIACÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				124.669	589.662	1.054.656

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 30/06/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (25%) ¹	Cenário III (50%) ¹
	Empréstimos obtidos	3.738.401	11.997.277	(937.591)	(4.171.308)	(7.405.025)
USD	Empréstimos concedidos	3.551.618	11.399.984	888.615	3.960.765	7.032.914
	Ativo financeiro - ITAIPU	449.635	1.443.238	112.499	501.433	890.367
	Impacto no resultado - USD			63.522	290.889	518.256
	Empréstimos obtidos	59.264	209.801	(21.898)	(79.823)	(137.748)
EURO	Impacto no resultado - EURO			(21.898)	(79.823)	(137.748)
	Empréstimos obtidos	4.411.670	137.732	(282)	(34.786)	(69.289)
IENE	Impacto no resultado - IENE			(282)	(34.786)	(69.289)
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE APRECIACÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				41.342	176.281	311.219

(¹) Premissas adotadas:

	Provável	25%	50%
USD	3,460	4,325	5,190
EURO	3,910	4,887	5,864
IENE	0,031	0,039	0,047

Notas Explicativas



(a.2) Risco de depreciação das taxas de câmbio:

		CONTROLADORA				
		Saldo em 30/06/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (25%) ²	Cenário III (50%) ²
USD	Empréstimos obtidos	3.617.936	11.610.679	(907.378)	2.222.136	5.351.651
	Empréstimos concedidos	3.675.035	11.796.129	919.494	(2.259.412)	(5.438.317)
	Ativo financeiro - ITAIPU	449.635	1.443.238	112.499	(276.436)	(665.370)
	Impacto no resultado - USD			124.614	(313.711)	(752.036)
EURO	Empréstimos obtidos	59.263	209.799	(21.898)	36.026	93.950
	Empréstimos concedidos	59.242	209.799	21.813	(36.090)	(93.993)
	Impacto no resultado - EURO			(85)	(64)	(43)
IENE	Empréstimos obtidos	4.411.734	137.734	(282)	34.222	68.726
	Empréstimos concedidos	7.824.258	244.352	422	(60.772)	(121.965)
	Impacto no resultado - IENE			140	(26.549)	(53.239)
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE DEPRECIÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				124.669	(340.324)	(805.318)
		CONSOLIDADO				
		Saldo em 30/06/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (25%) ²	Cenário III (50%) ²
USD	Empréstimos obtidos	3.738.401	11.997.277	(937.591)	2.296.126	5.529.843
	Empréstimos concedidos	3.551.618	11.399.984	888.615	(2.183.535)	(5.255.685)
	Ativo financeiro - ITAIPU	449.635	1.443.238	112.499	(276.436)	(665.370)
	Impacto no resultado - USD			63.522	(163.844)	(391.211)
EURO	Empréstimos obtidos	59.264	209.801	(21.898)	36.026	93.951
	Impacto no resultado - EURO			(21.898)	36.026	93.951
IENE	Empréstimos obtidos	4.411.670	137.732	(282)	34.222	68.725
	Impacto no resultado - EURO			(282)	34.222	68.725
IMPACTO NO RESULTADO EM CASO DE DEPRECIÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO				41.342	(93.596)	(228.535)
(2) Premissas adotadas:				Provável	-25%	-50%
USD				3,460	2,595	1,730
EURO				3,910	2,932	1,955
IENE				0,031	0,023	0,016

44.3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa Libor e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

Notas Explicativas



(a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

A composição da dívida por indexador, seja em moeda nacional ou em moeda estrangeira, está detalhada na nota 22, item a.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development*).

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação dos indexadores e outros dois considerando a depreciação desses indexadores.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da LIBOR. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação e da depreciação do cenário provável da cotação do dólar estão apresentados no item (44.3.1 (a)) desta nota.

(a.1) LIBOR

- risco de apreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA				
		Saldo da dívida/Valor Nominal em 30/06/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
LIBOR	Empréstimos obtidos	773.293	2.481.651	(24.726)	(30.908)	(37.090)
	Derivativo	650.000	2.085.980	20.784	25.980	31.176
	Total			(3.942)	(4.928)	(5.914)

Notas Explicativas



		CONSOLIDADO				
		Saldo da dívida/Valor Nominal em 30/06/2016		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
LIBOR	Empréstimos obtidos	890.413	2.857.514	(28.471)	(35.589)	(42.707)
	Derivativo	650.000	2.085.980	20.784	25.980	31.176
	Total			(7.687)	(9.609)	(11.531)
(1) Premissas adotadas:			30/06/2016	Provável	25%	50%
	USD		3,2092	3,4600	4,33	5,19
	LIBOR		n/a	0,92%	1,16%	1,39%

(a.2) Indexadores nacionais

- risco de apreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA			
		Saldo em 30/06/2016	Efeito no resultado - receita (despesa)		
			Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Empréstimos obtidos	6.516.118	(863.386)	(1.079.232)	(1.295.078)
	Impacto no resultado - CDI		(863.386)	(1.079.232)	(1.295.078)
IGPM	Empréstimos concedidos	241.166	7.755	9.693	11.632
	Impacto no resultado - IGPM		7.755	9.693	11.632
IPCA	Empréstimos concedidos	6.996.973	191.227	239.034	286.841
	Impacto no resultado - IPCA		191.227	239.034	286.841
SELIC	Empréstimos obtidos	2.090.005	(276.926)	(346.157)	(415.389)
	Impacto no resultado - SELIC		(276.926)	(346.157)	(415.389)
IMPACTO NO RESULTADO - APRECIACÃO DOS ÍNDICES			(1.132.557)	(1.415.696)	(1.698.835)

Notas Explicativas



		CONSOLIDADO			
		Saldo em 30/06/2016	Efeito no resultado - receita (despesa)		
			Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Empréstimos obtidos	12.392.585	(1.642.017)	(2.052.522)	(2.463.026)
	Impacto no resultado - CDI		(1.642.017)	(2.052.522)	(2.463.026)
TJLP	Empréstimos obtidos	7.248.279	(543.621)	(679.526)	(815.431)
	Debêntures emitidas	202.231	(15.167)	(18.959)	(22.751)
	Impacto no resultado - TJLP		(558.788)	(698.485)	(838.182)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.211.900	(38.969)	(48.711)	(58.454)
	Empréstimos concedidos	239.548	7.703	9.628	11.554
	Impacto no resultado - IGPM		(31.266)	(39.083)	(46.900)
SELIC	Empréstimos obtidos	2.271.295	(300.947)	(376.183)	(451.420)
	Impacto no resultado - SELIC		(300.947)	(376.183)	(451.420)
IPCA	Empréstimos obtidos	620.589	16.961	21.201	25.441
	Impacto no resultado - IPCA		16.961	21.201	25.441
IMPACTO NO RESULTADO - APRECIACÃO DOS ÍNDICES			(2.516.058)	(3.145.073)	(3.774.087)
(¹) Premissas adotadas:			Provável	25%	50%
	CDI		13,25%	16,56%	19,88%
	IPCA		2,73%	3,42%	4,10%
	TJLP		7,50%	9,38%	11,25%
	IGPM		3,22%	4,02%	4,82%
	SELIC		13,25%	16,56%	19,88%

Notas Explicativas



- risco de depreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA			
		Saldo em 30/06/2016	Efeito no resultado - receita (despesa)		
			Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (-25%) ²	Cenário III (-50%) ²
CDI	Empréstimos obtidos	6.516.118	(863.386)	(647.539)	(431.693)
	Impacto no resultado - CDI		(863.386)	(647.539)	(431.693)
IPCA	Empréstimos concedidos	6.996.973	191.227	143.420	95.614
	Impacto no resultado - IPCA		191.227	143.420	95.614
IGPM	Empréstimos concedidos	241.166	7.755	5.816	3.877
	Impacto no resultado - IGPM		7.755	5.816	3.877
SELIC	Empréstimos obtidos	2.090.005	(276.926)	(207.694)	(138.463)
	Impacto no resultado - SELIC		(276.926)	(207.694)	(138.463)
IMPACTO NO RESULTADO - DEPRECIÇÃO DOS ÍNDICES			(941.329)	(705.997)	(470.665)

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 30/06/2016	Efeito no resultado - receita (despesa)		
			Cenário I - Provável 2016 ¹	Cenário II (-25%) ²	Cenário III (-50%) ²
CDI	Empréstimos obtidos	12.392.585	(1.642.017)	(1.231.513)	(821.009)
	Impacto no resultado - CDI		(1.642.017)	(1.231.513)	(821.009)
TJLP	Empréstimos obtidos	7.248.279	(543.621)	(407.716)	(271.810)
	Debêntures emitidas	202.231	(15.167)	(11.375)	(7.584)
	Impacto no resultado - TJLP		(558.788)	(419.091)	(279.394)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.211.900	(38.969)	(29.227)	(19.485)
	Empréstimos concedidos	239.548	7.703	5.777	3.851
	Impacto no resultado - IGPM		(31.266)	(23.450)	(15.633)
SELIC	Empréstimos obtidos	2.271.295	(300.947)	(225.710)	(150.473)
	Impacto no resultado - SELIC		(300.947)	(225.710)	(150.473)
IPCA	Empréstimos obtidos	620.589	16.961	12.721	8.480
	Impacto no resultado - IPCA		16.961	12.721	8.480
IMPACTO NO RESULTADO - DEPRECIÇÃO DOS ÍNDICES			(2.516.058)	(1.887.044)	(1.258.029)

(²) Premissas adotadas:

	Provável	-25%	-50%
CDI	13,25%	9,94%	6,63%
IPCA	2,73%	2,05%	1,37%
TJLP	7,50%	5,63%	3,75%
IGPM	3,22%	2,41%	1,61%
SELIC	13,25%	9,94%	6,63%

Notas Explicativas



De acordo com os contratos de *swap* de taxa de juros, a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores de taxas de juros prefixadas e pós fixadas calculados a partir do valor notional acordado. Tais contratos permitem a Companhia mitigar o risco de alteração nas taxas de juros sobre o valor justo da dívida emitida com taxa de juros fixa e nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável emitida. O valor justo dos *swaps* de taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato, e está demonstrado a seguir. A taxa de juros média está baseada nos saldos a pagar em aberto no encerramento do exercício.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de taxa de juros em aberto no fim do período findo em 30 de junho de 2016 do relatório:

Tipo	Transação	Montantes contratados (notional)	Taxas utilizadas	Vencimento	Valores Justos	
					30/06/2016	31/12/2015
Libor X Pre-tax	03/2011	50.000	3,2780%	10/08/2020	(4.599)	(5.497)
Libor X Pre-tax	04/2011	100.000	3,3240%	10/08/2020	(9.384)	(11.266)
Libor X Pre-tax	09/2012	25.000	1,6795%	27/11/2020	(820)	(226)
Libor X Pre-tax	10/2012	25.000	1,6295%	27/11/2020	(758)	(133)
Libor X Pre-tax	11/2012	75.000	1,6285%	27/11/2020	(2.269)	(394)
Libor X Pre-tax	12/2012	75.000	1,2195%	29/11/2017	(254)	(307)
Libor X Pre-tax	13/2012	75.000	1,2090%	29/11/2017	(243)	(286)
Libor X Pre-tax	14/2012	50.000	1,2245%	29/11/2017	(173)	(211)
Libor X Pre-tax	15/2012	50.000	1,1670%	29/11/2017	(134)	(134)
Libor X Pre-tax	16/2012	50.000	1,1910%	29/11/2017	(150)	(166)
Libor X Pre-tax	17/2012	50.000	1,2105%	29/11/2017	(163)	(192)
Libor X Pre-tax	18/2012	25.000	1,1380%	29/11/2017	(57)	(47)
	TOTAL	650.000			(19.004)	(18.860)

As operações classificadas como *hedge* de fluxo de caixa geraram no período um resultado abrangente negativo de R\$ 1.275.

Com a designação dos *swaps* para contabilização de *hedge*, no período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia reconheceu R\$ 7.538 como despesas financeiras referentes aos *swaps*.

44.3.3 - Risco de preços – commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga, de forma que o fluxo de caixa do instrumento combinado, em algumas circunstâncias, varia como se fosse um derivativo isolado.

Notas Explicativas



Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773.21/ton e US\$ 1,450.00/ton, respectivamente.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da commodity do alumínio da LME, é possível atribuir o fair value destes contratos. O valor da LME fechou o mês de junho de 2016 cotado em US\$ 1.600,51/ton, o que representou uma variação positiva de 7,03% em relação ao valor verificado em dezembro de 2015, quando o preço da commodity alcançou US\$ 1.495,35/ton.

No mesmo período de análise, houve uma apreciação do real em relação ao dólar com a cotação passando de R\$ 3,90 para R\$ 3,21. A variação positiva no preço do alumínio contribuiu com um aumento na expectativa do valor justo para os derivativos compensando a desvalorização do dólar no período.

O ganho apurado nesta operação com derivativos em 30 de junho de 2016 é de R\$ 95.227 (perda de R\$ 96.294 em 30 de junho de 2015) e está apresentado no resultado financeiro.

(a) Análise de sensibilidade sobre os derivativos embutidos indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US\$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada

Notas Explicativas

instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Saldo em 30/06/2016	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
141.538	562.073	764.480

44.3.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes.

O risco de crédito relacionado aos recebíveis de clientes (vide nota 7) está concentrado nas atividades de distribuição, no montante de R\$ 2.164.262 ou 36% (R\$ 2.178.241 ou 35% em 31 de dezembro de 2015) do saldo em aberto ao final do período de 30 de junho de 2016, e tendo como principal característica o alto grau de pulverização por contemplar um volume de vendas significativo a consumidores da classe residencial.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos (vide nota 8), exceto pela operação financeira com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 4% do saldo em aberto em nenhum período.

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundos extramercados exclusivos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Companhia instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia. Atualmente, a Companhia seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições

Notas Explicativas



credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de swap, segundo o CPC 46 (IFRS 13), mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de swaps dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada.

44.3.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Sistema Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Sistema Eletrobras deve quitar as respectivas obrigações.

	CONTROLADORA				
	30/06/2016				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	6.402.653	3.475.797	10.985.249	14.446.528	35.310.228
Fornecedores	422.678	-	-	-	422.678
Empréstimos e financiamentos	5.176.162	3.475.797	10.985.249	14.446.528	34.083.737
Obrigações de Ressarcimento	803.813	-	-	-	803.813
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	19.004	-	-	-	19.004
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.004	-	-	-	19.004

	CONTROLADORA				
	31/12/2015				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	5.497.634	11.400.270	12.496.676	10.797.657	40.192.237
Fornecedores	416.126	-	-	-	416.126
Empréstimos e financiamentos	4.781.876	11.400.270	12.496.676	10.797.657	39.476.479
Obrigações de Ressarcimento	299.632	-	-	-	299.632
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	18.860	-	-	-	18.860
Instrumentos Financeiros Derivativos	18.860	-	-	-	18.860

Notas Explicativas



	CONSOLIDADO				
	30/06/2016				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	21.482.097	12.028.290	22.812.071	34.524.509	90.846.967
Fornecedores	11.707.981	3.461.333	3.341.546	2.821.274	21.332.134
Empréstimos e financiamentos	8.542.800	8.267.610	18.838.417	28.741.339	64.390.166
Debêntures	13.650	10.300	41.200	137.081	202.231
Obrigações de Ressarcimento	1.078.413	149.649	143.850	2.274.028	3.645.940
Arrendamento Mercantil	135.914	135.914	407.741	532.331	1.211.900
Concessões a Pagar UBP	3.340	3.484	39.317	18.456	64.597
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	19.117	53.743	-	-	72.860
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.117	53.743	-	-	72.860

	CONSOLIDADO				
	31/12/2015				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	18.331.212	19.570.442	28.492.678	23.999.600	90.393.931
Fornecedores	10.128.507	3.163.442	3.195.654	3.090.325	19.577.928
Empréstimos e financiamentos	7.312.379	16.138.249	24.723.419	17.884.178	66.058.224
Debêntures	357.226	31.668	57.202	116.378	562.474
Obrigações de Ressarcimento	396.208	145.399	137.252	2.200.727	2.879.586
Arrendamento Mercantil	132.972	91.684	339.679	687.820	1.252.155
Concessões a Pagar UBP	3.920	-	39.472	20.172	63.564
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	20.608	78.521	-	-	99.129
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.608	78.521	-	-	99.129

44.4 – Derivativos embutidos relacionados a debêntures conversíveis em ações

A controlada Eletronorte firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação de projeto.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da Sudam, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a Sudam em caso desta conversão.

Para apuração do valor, foi realizado o cálculo do *valuation* da antiga investida, na apuração do valor da sua ação, e o cálculo do valor presente do contrato, assim utilizando métricas para determinação do valor do derivativo.

O ganho apurado no período findo em 30 de junho de 2016 é de R\$ 26.414 (ganho de R\$ 12.004 em 30 de junho de 2015) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício.

Notas Explicativas**44.4.1 – Análise de sensibilidade**

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da controlada Eletronorte.

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2015 e 2016 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as informações trimestrais passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

	Saldo em 30 de junho	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
2016	53.856	45.899	37.123	60.749	66.576

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

NOTA 45 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos operacionais da Companhia são Administração, Geração, Transmissão e Distribuição, não havendo agregação de segmentos.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

Notas Explicativas



As informações por segmento de negócios, correspondentes a 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, são as seguintes:

01/04/2016 à 30/06/2016

Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total
	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	47.556	3.787.468	556.069	438.762	26.749.134	1.896.880	33.085.309
Custos e Despesas Operacionais	(8.805.882)	(3.667.855)	(363.879)	(540.624)	(770.846)	(1.662.854)	(10.527.759)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(8.758.326)	119.613	192.190	(101.862)	25.978.288	234.026	22.557.550
Resultado Financeiro	(376.439)	(656.545)	(138.250)	212	151.147	(279.418)	(1.231.840)
Resultado de Participações Societárias	17.511.634	-	-	-	-	(17.135.420)	376.214
Imposto de renda e contribuição social	(86.763)	80.686	14.663	(95.351)	(8.824.514)	-	(8.911.279)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	8.290.106	(456.246)	68.603	(197.001)	17.304.921	(45.392)	12.790.645

01/01/2016 à 30/06/2016

Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total
	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	88.786	7.423.548	985.891	738.278	27.617.217	3.849.253	39.846.679
Custos e Despesas Operacionais	(13.655.163)	(7.457.387)	(702.053)	(881.621)	(1.432.816)	(3.142.452)	(19.946.884)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(13.566.377)	(33.839)	283.838	(143.343)	26.184.401	706.801	19.899.795
Resultado Financeiro	(635.934)	(1.303.071)	(313.048)	(9.171)	311.944	(538.446)	(2.577.004)
Resultado de Participações Societárias	18.280.587	-	-	-	-	(17.722.285)	558.302
Imposto de renda e contribuição social	(72.214)	71.502	(47.580)	(105.649)	(8.830.975)	-	(8.984.916)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	4.006.062	(1.265.408)	(76.790)	(258.163)	17.665.370	168.355	8.896.177

01/04/2015 à 30/06/2015

Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total
	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	23.632	4.620.719	407.116	265.987	1.122.473	2.276.897	8.226.861
Custos e Despesas Operacionais	(1.653.489)	(3.947.325)	(300.564)	(703.681)	(1.085.331)	(2.792.193)	(9.148.550)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(1.629.857)	673.394	106.552	(437.694)	37.142	(515.296)	(921.689)
Resultado Financeiro	525.787	(673.940)	(8.970)	(144.451)	179.082	(181.132)	(263.683)
Resultado de Participações Societárias	(549.671)	-	-	-	-	-	(5.386)
Imposto de renda e contribuição social	(78.260)	(27.737)	(14.736)	(195.853)	105.280	(1.982)	(213.288)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(1.732.001)	(28.283)	82.846	(777.998)	321.504	(698.410)	(1.404.046)

01/01/2015 à 30/06/2015

Administração	Geração		Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total
	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	47.033	9.387.181	884.539	822.202	1.730.290	4.808.884	16.825.743
Custos e Despesas Operacionais	(2.626.714)	(7.185.936)	(693.718)	(1.091.535)	(1.764.527)	(5.508.261)	(16.870.405)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(2.579.681)	2.201.245	190.821	(269.333)	(34.237)	(699.377)	(44.662)
Resultado Financeiro	1.872.362	(993.120)	184.599	(329.719)	134.396	(615.582)	329.736
Resultado de Participações Societárias	429.702	-	-	-	-	-	35.562
Imposto de renda e contribuição social	(267.585)	(111.959)	(19.153)	(108.639)	(60.187)	(43.548)	(611.071)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(545.202)	1.096.166	356.267	(707.691)	39.972	(1.358.507)	(290.435)

30/06/2016

Ativos por segmento	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
<u>Ativos não circulantes</u>					
Imobilizado	1.797.596	24.890.925	-	927.972	27.616.493
Intangível	448.296	186.818	84.382	194.475	913.971

31/12/2015

Ativos não circulantes	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	1.774.081	26.815.743	-	956.821	29.546.645
Intangível	452.068	146.173	88.392	248.518	935.151

Notas Explicativas

Itens não-caixa

	01/04/2016 a 30/06/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	50.055	354.759	873	45.073	450.760
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	-	1.671.644	(50.082)	-	1.621.562
	01/01/2016 a 30/06/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	96.946	685.938	1.810	100.824	885.518
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	-	1.658.238	(137.227)	-	1.521.011
Provisão p/ valor recuperação ativos (impairment)	(214)	2.414.479	(66.255)	-	2.348.010
	01/04/2015 a 30/06/2015				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	54.311	304.826	54	103.356	462.547
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	-	(18.925)	(61.323)	-	(80.248)
	01/01/2015 a 30/06/2015				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	105.373	619.367	108	200.777	925.625
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	-	(37.671)	(117.728)	-	(155.399)

Receita de consumidores externos por segmento

	01/04/2016 a 30/06/2016			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	3.324.821	-	-	3.324.821
Fornecimento de Energia Elétrica	732.938	-	2.054.096	2.787.034
Energia Elétrica de Curto Prazo	364.172	-	-	364.172
CVA e outros itens financeiros	-	-	90.556	90.556
Efeito Financeiro de Itaipu	11.131	-	-	11.131
Receita de operação e manutenção	513.454	747.854	-	1.261.308
Receita de construção	22.527	473.777	215.152	711.456
Financeira - Retorno do Investimento	-	25.992.714	-	25.992.714
Total da receita bruta	4.969.043	27.214.345	2.359.804	34.543.192
	01/01/2016 a 30/06/2016			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	6.379.725	-	-	6.379.725
Fornecimento de Energia Elétrica	1.374.170	-	4.341.491	5.715.661
Energia Elétrica de Curto Prazo	619.884	-	-	619.884
CVA e outros itens financeiros	-	-	160.428	160.428
Efeito Financeiro de Itaipu	(136.459)	-	-	(136.459)
Receita de operação e manutenção	1.023.497	1.467.724	-	2.491.221
Receita de construção	4.797	785.686	372.130	1.162.613
Financeira - Retorno do Investimento	-	26.170.366	-	26.170.366
Total da receita bruta	9.265.614	28.423.776	4.874.049	42.563.439

Notas Explicativas



	01/04/2015 a 30/06/2015			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	3.005.851	-	-	3.005.851
Fornecimento de Energia Elétrica	940.933	-	3.328.323	4.269.256
Energia Elétrica de Curto Prazo	757.227	-	-	757.227
CVA e outros itens financeiros	-	-	278.094	278.094
Efeito Financeiro de Itaipu	(15.513)	-	-	(15.513)
Receita de operação e manutenção	461.648	691.260	-	1.152.908
Receita de construção	59.800	357.738	182.332	599.870
Financeira - Retorno do Investimento	-	205.074	-	205.074
Total da receita bruta	5.209.946	1.254.072	3.788.749	10.252.767

	01/01/2015 a 30/06/2015			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	6.123.337	-	-	6.123.337
Fornecimento de Energia Elétrica	1.862.693	-	6.445.502	8.308.195
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.643.746	-	-	1.643.746
CVA e outros itens financeiros	-	-	560.542	560.542
Efeito Financeiro de Itaipu	105.688	-	-	105.688
Receita de operação e manutenção	916.755	1.312.845	-	2.229.600
Receita de construção	153.620	651.438	358.024	1.163.082
Financeira - Retorno do Investimento	-	408.828	-	408.828
Total da receita bruta	10.805.839	2.373.111	7.364.068	20.543.018

Notas Explicativas

**NOTA 46 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A controladora final da Companhia é a União que detém 51% das ações ordinárias da Companhia (Vide Nota 36).

As transações da Companhia com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas condições citadas e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas levando em consideração condições que poderiam ser normais de mercado.

EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONTROLADORA					
		30/06/2016			31/12/2015		
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS	Empréstimos e financiamentos	3.967.441	-	-	4.047.720	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	46.587	-	-	43.649	-	-
	Dividendo a receber	-	-	-	153	-	-
	Outros Ativos	7.104	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	295.073	-	-	160.987
		4.021.132	-	295.073	4.091.522	-	160.987
CHESF	Empréstimos e financiamentos	24.637	-	-	30.964	-	-
	Dividendo a receber	-	-	-	78	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	956	-	-	1.376
		24.637	-	956	31.042	-	1.376
ELETRONORTE	Empréstimos e financiamentos	2.706.058	-	-	3.020.041	-	-
	Dividendo a receber	85.532	-	-	10.017	-	-
	Outros Ativos	1.641.467	-	-	4.474	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	86.669	-	-	114.110
	Outras Receitas Financeiras	-	-	102.824	-	-	-
		4.433.057	-	189.493	3.034.532	-	114.110
ELETROSUL	Empréstimos e financiamentos	2.184.599	-	-	2.141.510	-	-
	Dividendo a receber	39.516	-	-	37.024	-	-
	Outros ativos	-	-	-	2.469	-	-
	Outros passivos	-	13.984	-	-	14.303	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	116.799	-	-	93.836
	Outras Receitas Financeiras	-	-	2.491	-	-	-
		2.224.115	13.984	119.290	2.181.003	14.303	93.836
CGTEE	Empréstimos e financiamentos	2.579.775	-	-	2.417.810	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	455.409	-	-	120.505	-	-
	Dividendo a receber	77.949	-	-	73.035	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	200.285	-	-	105.678
	Outras Receitas Financeiras	-	-	4.914	-	-	-
		3.113.133	-	205.199	2.611.350	-	105.678
ELETRONUCLEAR	Empréstimos e financiamentos	1.676.308	-	-	1.600.265	-	-
	Outros ativos	-	-	-	46	-	-
	Outros passivos	-	482.073	-	-	523.984	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	84.501	-	-	62.870
	Outras Receitas Financeiras	-	-	69.503	-	-	-
		1.676.308	482.073	154.004	1.600.311	523.984	62.870
ED ALAGOAS	Empréstimos e financiamentos	1.242.715	-	-	1.166.748	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	8.307	-	-
	Outros ativos	-	-	-	1.652	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	91.885	-	-	63.375
		1.242.715	-	91.885	1.176.707	-	63.375
ED PIAUÍ	Empréstimos e financiamentos	1.337.318	-	-	1.224.315	-	-
	Outros ativos	-	-	-	37	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	101.559	-	-	62.847
		1.337.318	-	101.559	1.224.352	-	62.847
Amazonas Energia - D	Empréstimos e financiamentos	1.396.190	-	-	1.327.167	-	-
	Outros ativos	165.354	-	-	138.713	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	109.495	-	-	139.859
		1.561.544	-	109.495	1.465.879	-	139.859
Amazonas Energia - GT	Empréstimos e financiamentos	1.537.218	-	-	1.469.087	-	-
	Outros ativos	520.336	-	-	493.511	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	127.585	-	-	-
		2.057.554	-	-	1.962.598	-	-

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONTROLADORA					
		30/06/2016			31/12/2015		30/06/2015
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
ED RONDÔNIA	Empréstimos e financiamentos	770.478	-	-	739.481	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	245	-	-
	Outros ativos	-	-	-	1.611	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	56.227	-	-	43.151
		770.478	-	56.227	741.337	-	43.151
ELETROPAR	Dividendo a receber	-	-	-	1.046	-	-
	Outros ativos	-	-	-	380	-	-
	Outras Receitas Financeiras	-	-	70	-	-	-
		-	-	70	1.426	-	-
ELETROACRE	Empréstimos e financiamentos	302.948	-	-	283.014	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	12.787	-	-	12.787	-	-
	Outros ativos	-	-	-	809	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	23.312	-	-	15.588
		315.736	-	23.312	296.610	-	15.588
ED RORAIMA	Empréstimos e financiamentos	59.215	-	-	54.419	-	-
	Outros ativos	-	-	-	7	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	4.442	-	-	2.949
		59.215	-	4.442	54.426	-	2.949
ITAIPU	Empréstimos e financiamentos	11.399.984	-	-	14.802.134	-	-
	Dividendo a receber	30.927	-	-	1.952	-	-
	Receitas (Despesas) de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	(1.982.972)	-	-	2.331.977
		11.430.911	-	(1.982.972)	14.804.087	-	2.331.977
TESOURO NACIONAL	Obrigações	-	5.035.202	-	-	3.940.898	-
		-	5.035.202	-	-	3.940.898	-
ELETROS	Contribuições a pagar - patrocinador	-	213	-	-	23.555	-
	Provisões	-	53.872	-	-	244.685	-
	Contribuições patrocinador	-	-	(20.812)	-	-	(17.437)
	Taxas	-	-	(1.626)	-	-	-
		-	54.084	(22.438)	-	268.240	(17.437)
CEEE-GT	Empréstimos e financiamentos	698	-	-	4.883	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	85	-	-	376
		698	-	85	4.883	-	376
ENERGISA MT	Empréstimos e financiamentos	289.115	-	-	310.697	-	-
	Dividendo a receber	4.393	-	-	4.403	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	14.895	-	-	15.279
		293.508	-	14.895	315.100	-	15.279
EMAE	Dividendo a receber	1.416	-	-	1.416	-	-
		1.416	-	-	1.416	-	-
CTEEP	Empréstimos e financiamentos	175	-	-	196	-	-
	Dividendo a receber	20	-	-	20	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	7	-	-	9
		194	-	7	216	-	9
CEMAR	Empréstimos e financiamentos	239.877	-	-	275.939	-	-
	Dividendo a receber	22.844	-	-	22.910	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	13.461	-	-	13.719
		262.721	-	13.461	298.849	-	13.719
LAJEADO ENERGIA	Dividendo a receber	42.335	-	-	86.589	-	-
		42.335	-	-	86.589	-	-
CEB LAJEADO	Dividendo a receber	17.090	-	-	13.980	-	-
		17.090	-	-	13.980	-	-
PAULISTA LAJEADO	Dividendo a receber	599	-	-	3.077	-	-
		599	-	-	3.077	-	-
CEEE-D	Empréstimos e financiamentos	26.440	-	-	28.520	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	987	-	-	1.383
		26.440	-	987	28.520	-	1.383

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2016			31/12/2015		30/06/2015
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
PODER PÚBLICO FEDERAL	Cliente	68.489	-	-	19.535	-	-
	Outros Ativos	3.347	-	-	-	-	-
	Outras receitas	-	-	26.901	-	-	21.523
		71.836	-	26.901	19.535	-	21.523
TESOURO NACIONAL	Obrigações	-	5.035.202	-	-	3.940.898	-
		-	5.035.202	-	-	3.940.898	-
NORTE BRASIL	Fornecedores	-	-	-	-	1.459	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2.647)	-	-	-
		-	-	(2.647)	-	1.459	-
ETAU	Outras contas a receber	11	-	-	9	-	-
	JCP / Dividendos a receber	5.556	-	-	257	-	-
	Fornecedores	-	3	-	-	3	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	430	-	-	51
	Outras receitas	-	-	5	-	-	4
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(20)	-	-	(17)
		5.567	3	415	266	3	38
ESBR	Clientes	8.755	-	-	4.526	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	318.400	-	-	141.400	-	-
	Fornecedores	-	33.302	-	-	27.876	-
	Despesa Energia comprada	-	-	(199.325)	-	-	-
	Receita de uso de Energia Elétrica	-	-	22.229	-	-	-
	Outras Despesas	-	-	-	-	-	(105.115)
		327.155	33.302	(177.096)	145.926	27.876	(105.115)
COSTA OESTE	Dividendos / JCP a receber	300	-	-	1.713	-	-
	Fornecedores	-	1	-	-	1	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(6)	-	-	(4)
		300	1	(6)	1.713	1	(4)
TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Outros créditos	10	-	-	11	-	-
	Fornecedores	-	6	-	-	7	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	794	-	-	-
	Outras receitas	-	-	41	-	-	37
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(41)	-	-	(28)
		10	6	794	11	7	9
LIVRAMENTO	Adiantamento para futuro aumento de capital	192.828	-	-	173.860	-	-
	Outros Ativos	64.310	-	-	64.310	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	12	12	-	-	-
	Outras receitas	-	-	-	-	-	112
		257.138	12	12	238.170	-	112
SANTA VITÓRIA	Clientes	5	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	29	-	-	-	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	37.946	-	-	36.492	-	-
	Outros Ativos	29.400	-	-	29.400	-	-
	Receitas de Prestação de Serviços	41	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	87	-	-	-	
		67.421	-	87	65.892	-	-
MARUMBI	Adiantamento para futuro aumento de capital	880	-	-	-	-	-
	Dividendos / JCP a receber	775	-	-	775	-	-
	Fornecedores	-	2	-	-	2	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(11)	-	-	-
		1.655	2	(11)	775	2	-
CHUÍ	Adiantamento para futuro aumento de capital	431.913	-	-	431.913	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	515	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	181	-	-	-
		431.913	-	696	431.913	-	-
TDG	Contas a receber	207	-	-	355	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	101.000	-	-	101.000	-	-
	Fornecedores	-	123	-	-	169	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.392	-	-	2.100
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(720)	-	-	(808)
		101.207	123	672	101.355	169	1.292
MANAUS TRANSMISSÃO	Dividendos / JCP a receber	-	-	-	50	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	399	-	-	26.800	-	-
	Outros ativos	1.067	-	-	1.067	-	-
	Fornecedores	-	1.013	-	-	1.810	-
	Outros passivos	-	-	-	-	8	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(4.592)	-	-	(12.338)
		1.466	1.013	(4.592)	27.917	1.818	(12.338)
IE MADEIRA	Dividendos / JCP a receber	1.076	-	-	27.589	-	-
	Fornecedores	-	1.460	-	-	1.475	-
	Contas a pagar	-	522	-	-	526	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	69	-	-	539
	Outras despesas (receitas)	-	-	-	-	-	495
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(24.159)	-	-	(28.350)	
		-	522	(24.090)	27.589	2.001	(27.316)
MANAUS CONSTRUÇÃO	Dividendos / JCP a receber	9.178	-	-	9.178	-	-
		9.178	-	-	9.178	-	-
STN	Contas a receber	304	-	-	273	-	-
	Dividendos / JCP a receber	22.525	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	1.028	-	-	1.042	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.681	-	-	1.580
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(4.684)	-	-	(5.420)
		22.829	1.028	(3.003)	273	1.042	(3.840)

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2016			31/12/2015		30/06/2015
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	JCP / Dividendos a receber Outros ativos Fornecedores Encargos de uso da rede elétrica	1.543 286 - -	- - 789 -	- - - (3.620)	1.209 317 - -	- - 1.482 -	- - - (4.291)
		1.829	789	(3.620)	1.526	1.482	(4.291)
EAPSA - Energética Águas da Pedra S.A.	Clientes Outros Ativos Dividendos / JCP a receber	188 863 -	- - -	- - -	352 - -	- - -	- - -
		1.051	-	-	2.181	-	-
					2.533	-	-
SETE GAMELEIRAS	Clientes Dividendos / JCP a receber	8 61	- -	- -	8 437	- -	- -
		69	-	-	445	-	-
S. PEDRO DO LAGO	Clientes Dividendos / JCP a receber Receitas de prestação de serviços	39 - -	- - -	- - 155	36 371 -	- - -	- - -
		39	-	155	407	-	-
PEDRA BRANCA	Clientes Dividendos / JCP a receber	8 2.027	- -	- -	8 542	- -	- -
		2.035	-	-	550	-	-
BRASVENTOS MIASSABA	Clientes Outros ativos Receitas de uso da rede elétrica	84 56 -	- - -	- - 378	152 1 -	- - -	- - 321
		140	-	378	153	-	321
BRASVENTOS EOLO	Clientes Adiantamento para futuro aumento de capital Outros ativos Receitas de prestação de serviços Receitas de uso da rede elétrica	71 570 48 - -	- - - - -	- - - 1 322	129 316 1 - -	- - - - -	- - - 899 899
		689	-	323	446	-	899
ENERPEIXE	Clientes JCP / Dividendos a receber Receitas de prestação de serviços Receitas de uso da rede elétrica	262 - - -	- - - -	- - 75 1.187	282 34.686 - -	- - - -	- - 1.068 -
		262	-	1.262	34.968	-	1.068
TRANSLESTE	JCP / Dividendos a receber Fornecedores Encargos de uso da rede elétrica	1.002 - -	- 133 -	- - (712)	- - -	- 164 -	- - (763)
		-	133	(712)	-	164	(763)
TRANSUDESTE	Clientes Outras Contas a receber JCP / Dividendos a receber Fornecedores Receitas de prestação de serviços Outras Receitas Encargos de uso da rede elétrica	15 13 1.881 - - - -	- - - 100 - - -	- - - - 80 90 (461)	14 13 1.033 - - -	- - - 102 - -	- - - - 77 81 (473)
		1.909	100	(291)	1.060	102	(315)
TRANSIRAPE	JCP / Dividendos a receber Fornecedores Encargos de uso da rede elétrica	678 - -	- 87 -	- - (395)	678 - -	- 90 -	- - (346)
		678	87	(395)	678	90	(346)
CENTROESTE	Clientes Outras Contas a Receber Fornecedores Receitas de prestação de serviços Outras receitas Encargos de uso da rede elétrica Outras Despesas	8 62 - - - - -	- - 53 - - - -	- - - 439 47 (317) (1)	63 - - - - -	- - 54 - -	- - - 661 44 (325) -
		(1.328)	53	168	122	54	380
BAGUARI	Clientes Dividendos / JCP a receber Adiantamento para futuro aumento de capital Receitas de uso da rede elétrica	21 2.553 315 -	- - - -	- - - 102	22 2.462 315 -	- - -	- - - 88
		2.889	-	102	2.799	-	88
RETIRO BAIXO	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.225	-	-	1.225	-	-
		1.225	-	-	1.225	-	-
SERRA FACÃO ENERGIA	Outras Contas a receber Dividendos / JCP a receber Receitas de prestação de serviços Outras despesas	48 9.154 - -	- - - -	- - 62 (20)	- 9.154 - -	- - -	- - 62 -
		9.202	-	42	9.154	-	62
CHAPECOENSE	Outras Contas a receber JCP / Dividendos a receber	740 -	- -	- -	740 22.288	- -	- -
		740	-	-	23.028	-	-
INAMBARI	Outras receitas	-	-	22	-	-	15
		-	-	22	-	-	15

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2016			31/12/2015		30/06/2015
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
TRANSENERGIA RENOVÁVEL	JCP / Dividendos a receber	13.979	-	-	13.979	-	-
	Fornecedores	-	56	-	-	57	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(335)	-	-	(364)
	Outras Despesas	-	-	(1)	-	-	-
		13.979	56	(336)	13.979	57	(364)
MGE TRANSMISSÃO	Clientes	15	-	-	15	-	-
	Outras contas a receber	148	-	-	148	-	-
	JCP / Dividendos a receber	11.446	-	-	11.447	-	-
	Fornecedores	-	118	-	-	119	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	888	-	-	810
	Outras receitas	-	-	88	-	-	80
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(706)	-	-	(662)
Despesas financeiras	-	-	(6)	-	-	-	
		11.609	118	264	11.610	119	228
GOIÁS TRANSMISSÃO	Outras contas a receber	255	-	-	229	-	-
	JCP / Dividendos a receber	23.857	-	-	23.857	-	-
	Fornecedores	-	193	-	-	204	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.305	-	-	1.147
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.184)	-	-	(1.097)
Outras Despesas	-	-	(4)	-	-	-	
		24.112	193	117	24.086	204	50
TRANS. SÃO PAULO	Clientes	6	-	-	18	-	-
	Outras contas a receber	83	-	-	83	-	-
	JCP / Dividendos a receber	5.828	-	-	4.275	-	-
	Fornecedores	-	26	-	-	13	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	506	-	-	461
	Outras receitas	-	-	38	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(259)	-	-	(150)
		5.917	26	285	4.376	13	311
CALDAS NOVAS	Outras contas a receber	14	-	-	73	-	-
	JCP / Dividendos a receber	1.038	-	-	452	-	-
	Fornecedores	-	6	-	-	3	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	396	-	-	362
	Outras receitas	-	-	85	-	-	78
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(18)	-	-	(18)	
		1.052	6	463	525	3	422
IE GARANHUNS	JCP / Dividendos a receber	-	-	-	5.780	-	-
		-	-	-	5.780	-	-
LUZIÂNIA NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA	Clientes	6	-	-	6	-	-
	Fornecedores	-	16	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	164	-	-	-
	Outras receitas	-	-	38	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(93)	-	-	(37)
		6	16	109	6	-	(37)
TSLE - Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	Outras contas a receber	4	-	-	18	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	87.394	-	-	84.847	-	-
	Fornecedores	-	10	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	11	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	395	-	-	-
	Outras Receitas	-	-	27	-	-	25
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(65)	-	-	-	
		87.398	10	357	84.865	11	25
Energia dos Ventos I	Outras receitas	-	-	-	-	-	2.961
		-	-	-	-	-	2.961
Energia dos Ventos II	Outras receitas	-	-	-	-	-	2.297
		-	-	-	-	-	2.297
Energia dos Ventos III	Outras receitas	-	-	-	-	-	1.976
		-	-	-	-	-	1.976
Energia dos Ventos IV	Outras receitas	-	-	-	-	-	4.829
		-	-	-	-	-	4.829
Energia dos Ventos X	Outras receitas	-	-	-	-	-	1.854
		-	-	-	-	-	1.854
NORTE ENERGIA (Belo Monte)	Clientes	-	-	-	390	-	-
	Outros ativos	732	-	-	54	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	326.671	-	-
		732	-	-	327.115	-	-
AETE	Outros ativos	-	-	-	24	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	160	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(833)	-	-	(1.097)
		-	-	(833)	24	160	(1.097)
BRASNORTE	Outros ativos	61	-	-	106	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	88	-
	Outras receitas	-	-	-	-	-	1.973
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(451)	-	-	(608)
		61	-	(451)	106	88	1.365
INTEGRAÇÃO TRANS.	Outras receitas	-	-	-	-	-	1.742
		-	-	-	-	-	1.742
TME - TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA	Fornecedores	-	-	-	-	214	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(560)	-	-	-
		-	-	(560)	-	214	-

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2016			31/12/2015		30/06/2015
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
TRANSNORTE	Fornecedores	-	-	-	-	36	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(125)	-	36	-
		-	-	(125)	-	-	-
CTEEP	Empréstimos e financiamentos	175	-	-	196	-	-
	Dividendo a receber	(743)	-	-	2.187	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	7	-	-	-
	Receitas de JCP / Dividendos	-	-	723	-	-	(733)
		(743)	-	729	2.382	-	(733)
EMAE	Dividendos / JCP a receber	1.417	-	-	1.416	-	-
	Receitas de JCP / Dividendos	-	-	1	-	-	-
		-	-	1	-	-	-
Triângulo Mineiro Trans. S.A.	Outras contas a receber	11	-	-	11	-	-
	Outras Receitas	-	-	-	-	-	17
	Receitas de prestação de serviços	-	-	198	-	-	274
		11	-	198	11	-	291
CEPEL	Despesas Operacionais	-	-	(2.112)	-	-	(5.763)
		-	-	(2.112)	-	-	(5.763)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Outras contas a receber	70	-	-	70	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	423	-	-	228
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(240)	-	-	-
		70	166	183	70	-	228
FRONTEIRA OESTE (FOTE)	Outras Contas a Receber	1.453	-	-	1.042	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	15.379	-	-	14.155	-	-
	Receitas de prestação de serviço	-	-	411	-	-	-
		16.832	-	411	15.197	-	-
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	Outras contas a receber	10	-	-	220	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	7.943	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	209	-	-	186
	Outras receitas	-	-	420	-	-	437
		10	-	629	8.163	-	623
SINOP	Adiantamento para futuro aumento de capital	126.235	-	-	73.500	-	-
		126.235	-	-	73.500	-	-
MATA DE SANTA GENEBRA	Outras contas a receber	-	-	-	2	-	-
	Outras Receitas	-	-	-	-	-	47
	Outras Despesas	-	-	-	-	-	2
		-	-	-	-	-	2
LAGOA AZUL TRANSMISSORA	Clientes	30.000	-	-	396	-	-
	Outras contas a receber	8	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	219	-	-	-
	Outras receitas	-	-	106	-	-	-
		30.008	-	325	9.028	-	-
ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS	Adiantamento para futuro aumento de capital	65.660	-	-	34.300	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1	-	-	-
		65.660	-	1	34.300	-	-
BELO MONTE TRANSMISSORA SPE S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	194.040	-	-
	Outras Despesas	-	-	(600)	-	-	-
		-	-	(600)	-	-	-
ITAIPI	Empréstimos e financiamentos	11.399.984	-	-	14.802.134	-	-
	Dividendo a receber	30.927	-	1.952	1.952	-	-
	Outros Ativos	29	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	-	-	(1.982.972)	-	-	2.331.977
		11.430.940	-	(1.981.020)	14.804.087	-	2.331.977
SANTO ANTONIO ENERGIA	Clientes	10.842	-	-	9.501	-	-
	Outras contas a receber	2.223	-	-	130.253	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.978	-	-	1.243
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	26.883	-	-	19.011
	Receitas financeiras	-	-	26.747	-	-	-
	Receita Venda de Energia Elétrica	-	-	36.688	-	-	-
		13.065	-	92.296	139.754	-	34.608
		-	-	-	-	-	54.862
ELETROS	Contribuições a pagar - patrocinador	-	213	-	-	23.555	-
	Provisões	-	53.872	-	-	244.685	-
	Contribuições patrocinador	-	-	(20.812)	-	-	-
	Taxas	-	-	(1.626)	-	-	-
		-	54.084	(22.438)	-	268.240	-
CEEE-GT	Empréstimos e financiamentos	698	-	-	4.883	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	85	-	-	-
		698	-	85	4.883	-	-
ENERGISA MT	Empréstimos e financiamentos	289.115	-	-	310.697	-	-
	Dividendo a Receber	4.393	-	-	4.403	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	14.895	-	-	15.279
		293.508	-	14.895	315.100	-	15.279
CEMAR	Empréstimos e financiamentos	239.877	-	-	275.939	-	-
	Dividendo a Receber	22.844	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	13.461	-	-	-
		262.721	-	13.461	275.939	-	-
LAJEADO ENERGIA	Dividendo a Receber	42.335	-	-	86.589	-	-
		42.335	-	-	86.589	-	-

Notas Explicativas



EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
		30/06/2016			31/12/2015		30/06/2015
		ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CEB Lajeado	Dividendo a Receber	17.090	-	-	13.980	-	-
		17.090	-	-	13.980	-	-
Paulista Lajeado	Dividendo a Receber	599	-	-	3.077	-	-
		599	-	-	3.077	-	-
CEEE-D	Empréstimos e financiamentos	26.440	-	-	28.520	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	987	-	-	-
		26.440	-	987	28.520	-	-
Companhia Celg de Participações - CELGPAR	Outros passivos - Mútuos	-	-	-	-	117.080	-
		-	-	-	-	117.080	-
CELG Geração e Transmissão - CELG GT	Fornecedores	-	-	-	-	1.779	-
	Outros passivos	-	-	-	-	50.355	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	(5.597)
		-	-	-	-	52.134	(5.597)
FOZ DO CHAPECÓ	Clientes	418	-	-	434	-	-
	Outras contas a receber	33	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	33	-	-	14
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	2.499	-	-	2.108
		451	-	2.532	434	-	2.122
TIJOA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	Clientes	339	-	-	352	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	2.027	-	-	1.657
		339	-	2.027	352	-	1.657
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	1.150
		-	-	-	-	-	1.150
CIA HIDREL TELES PIRES	Clientes	3.483	-	-	1.954	-	-
	Fornecedores	-	4.755	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	4.477	-	-	2.218	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	2.548
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	15.632	-	-	1.179
	Compra de Energia Elétrica	-	-	(52.829)	-	-	(6.915)
		3.483	9.232	(37.197)	1.954	2.218	(3.188)
VAMCRUZ PARTICIPAÇÕES S.A.	Dividendos	-	-	-	523	-	-
	Adiantamento para futuro aumento de capital	59.542	-	-	66.892	-	-
		59.542	-	-	67.415	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Contas a receber	73	-	-	75	-	-
	Outros ativos	49	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	332	-	-	282
		122	-	332	75	-	282
CHAPADA DO PIAUÍ I S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	14.040	-	-
		-	-	-	14.040	-	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	26.109	-	-	25.005	-	-
		26.109	-	-	25.005	-	-
Chapada do Piauí II Holding S.A	Adiantamento para futuro aumento de capital	35.213	-	-	-	-	-
		35.213	-	-	-	-	-
BARAÚNAS I	Dividendos	26	-	-	-	-	-
		26	-	-	-	-	-
MUSSAMBÊ	Dividendos	143	-	-	-	-	-
		143	-	-	-	-	-
MORRO BRANCO I	Dividendos	62	-	-	-	-	-
		62	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

**NOTA 47 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE**

A remuneração do pessoal chave da Companhia (diretores e conselheiros) é como segue:

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	1.418	2.835	1.354	2.606	2.669	10.788	6.913	14.541
Salários e encargos sociais	403	836	371	750	1.370	2.665	1.190	2.962
Outros	72	213	94	199	340	787	228	800
	<u>1.893</u>	<u>3.884</u>	<u>1.819</u>	<u>3.555</u>	<u>4.380</u>	<u>14.240</u>	<u>8.330</u>	<u>18.303</u>

NOTA 48 - EVENTOS SUBSEQUENTES**48.1 – Remuneração ativos de transmissão CHESF**

Em 13 de julho de 2016, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira ("SFF"), órgão interno da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), divulgou o Relatório de Fiscalização nº 0084/2016-SFF dos ativos de transmissão não amortizados e/ou não depreciados da subsidiária Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF"), existentes em 31 de maio de 2000, no qual a SFF apresentou o seu primeiro entendimento, acerca do valor da remuneração prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/13, a que a CHESF tem direito de receber, no valor de R\$ 5.092.400, na data-base de 31 de dezembro de 2012.

Em 03 de agosto de 2016, a ANEEL homologou, por deliberação de sua Diretoria, o valor de R\$ 5.092.384 correspondente à parcela de tais ativos.

48.2 – Venda de participação e encerramento de subsidiárias

Em 22 de julho de 2016, a Centrales Hidrelectricas de Centroamerica (doravante denominada "CHC"), na qual a Companhia detém 50% do capital social, vendeu a totalidade das ações de sua subsidiária integral Centrales Hidrelectricas de Nicaragua (doravante denominada "CHN"), detentora da concessão do projeto hidreletrico de Tumarín, localizado na Nicarágua, com potência instalada de 253 MW ("Projeto"), pelo valor total de US\$ 44.200 ("Preço"). A venda foi efetuada para a Empresa Nicaraguense de Eletricidad - ENEL, empresa de energia estatal nicaraguense e para a Distribuidora de Electricidad del Norte S.A - DISNORTE, que será a compradora da energia elétrica a ser gerada, o que possibilitará a continuidade do Projeto.

Considerando que o Projeto era o único desenvolvido pela CHC, através da subsidiária integral CHN, que foi vendida, serão igualmente adotadas providências para encerramento da participação da Eletrobras na CHC.

O investimento da Eletrobras na CHC, registrado em 30 de junho de 2016 é de R\$ 87.800, existindo, porém, provisão para perdas do referido investimento na totalidade do valor investido.

48.3 - Incorporação da investida Linha Verde Transmissora de Energia S.A. pela controlada Eletronorte

Até 30 de junho de 2016, a controlada não havia recebido o de acordo do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) para a realização da incorporação da investida Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas

O DEST emitiu sua aprovação no dia 08 de julho de 2016, assim a Eletronorte prevê o processamento da incorporação da investida no próximo trimestre de 2016.

48.4 – Renegociação contratos de confissão dívidas da controlada Amazonas Energia

A Amazonas Energia renegociou com a Br Distribuidora S.A. e com a Companhia de Gás do Amazonas (“Cigas”) contratos de confissão de dívidas incorridas até dezembro de 2014, tendo como garantias os recebíveis da Conta de Consumo de Combustível (“CCC”), e garantia fidejussória de sua controladora, a Eletrobras.

Devido ao descasamento da transferência de fundos da CCC, a Amazonas Energia continua negociando novos acordos com fornecedores de combustíveis para dívidas incorridas a partir de dezembro de 2014, que perfazem, aproximadamente, R\$ 5,5 bilhões.

A Amazonas Energia e a Eletrobras estão adotando as providências possíveis para sanear a dívida em questão. Neste sentido, em 04 de julho de 2016, foram pagos, com recursos recebidos da CCC, o montante de R\$ 432.780 referentes a esta dívida.

48.5 – Reprovação da Prorrogação e Devolução a Qualquer Tempo das Concessões e Transferência do Controle Acionário das distribuidoras CEPISA, CEAL, ELETROACRE, CERON, Boa Vista Energia e Amazonas Distribuidora de Energia

Em 25 de julho de 2016, na 165ª Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a não prorrogação e devolução a qualquer tempo das concessões e transferência do controle acionário das controladas até 31 de dezembro de 2017 das distribuidoras de Energia da Eletrobras, conforme Medida Provisória 735, de 22 de junho de 2016.

A Companhia também resolveu que as distribuidoras que não tiveram suas concessões prorrogadas, deverão se houver a concordância do Poder Concedente, permanecer como responsáveis pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de suas localidades até a transferência de seus controles acionários, nos termos da Medida Provisória 735/2016, o que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2017.

Por se tratarem de empresas estatais federais, a transferência dos controles acionários das Distribuidoras deverá observar as regras do Plano Nacional de Desestatização (“ND”) em especial a Lei nº 9491 de 9 e setembro e 1997 competindo ao Conselho Nacional e Desestatização (“CND”) aprovar a modalidade operacional a ser aplicada a cada desestatização.

A Eletrobras informa ainda que as Distribuidoras foram incluídas no Programa de Parcerias e investimentos (“PPI”) criado pela Medida Provisória 727/2016, com vistas a facilitar a desestatização.

Em 3 de agosto de 2016, foram editadas as Portarias dos Ministério de Minas e Energia números 420, 421, 422, 423, 424 e 425, nomeando, respectivamente, as Distribuidoras Amazonas Distribuidora de Energia S.A Companhia e Eletricidade do Acre – ELETROACRE; Centrais Elétricas e Rondônia S.A – CERON; Companhia Energética do Piauí – CEPISA ; Companhia Energética de Alagoas – CEAL; e Boa Vista Energia S.A, como responsáveis pela prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, de forma temporária, com vistas a garantir a continuidade do serviço, nos termos do artigo 9º, parágrafo primeiro, da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2016.

Notas Explicativas



Diante dessa definição as empresas de distribuição do Grupo Eletrobras procederão a rebifurcação da parcela do ativo financeiro na proporção correspondente, até 31 de dezembro de 2017, data limite para permanecer como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos das distribuidoras.

48.6 – Despacho do MME referente a Companhia Energética de Roraima ("CERR")

Conforme Despacho do Ministério de Minas e Energia - MME, de 03 de agosto de 2016, a Companhia Energética de Roraima ("CERR"), empresa sob controle do Estado de Roraima, teve indeferido seu pedido de renovação da concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica, a ela outorgada por meio da Portaria MME 920, de 5 de novembro de 2016.

Desta forma, conforme dispõe o artigo 9º, parágrafo primeiro, da Lei 12.783/2013, o Ministério de Minas e Energia designou a subsidiária da Eletrobras Boa Vista Energia S.A ("Boa Vista"), como responsável pela prestação do serviço de público de distribuição de energia elétrica da área referente a então concessão da CERR, no interior do Estado de Roraima, até que haja assunção de nova concessionária em relicitação a ser realizada ou até 31 de dezembro de 2017, o que ocorrer primeiro.

Devido a não renovação da concessão da Companhia Energética de Roraima – CERR, o acordo de acionistas celebrado entre a Eletrobras e o Estado de Roraima, em 12 de setembro de 2013, para gestão compartilhada da CERR, perdeu sua vigência, em conformidade com o disposto no referido instrumento.

As obrigações contraídas pela Boa Vista na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário, nos termos do edital de licitação a ser lançado pelo Poder Concedente, não cabendo à Eletrobras ou à Boa Vista, durante o período de prestação de serviços temporária, fazer qualquer aporte de recursos na CERR, mesmo que para manutenção ou operação dos serviços de distribuição.

48.7 – Suspensão da Conclusão da ANEEL sobre o Despacho nº 63/2014

Em 9 de agosto de 2016, a Diretoria da ANEEL aprovou a suspensão até 30 de setembro de 2016, conforme pedido da Companhia, da sua decisão proferida em 10 de maio de 2016, a qual a ANEEL determinou a devolução, pela Eletrobras, para a RGR, de recursos supostamente não transferidos, no âmbito da gestão do fundo, conforme despacho ANEEL nº 63/2014.

Notas Explicativas



Wilson Ferreira Junior
Presidente

Armando Casado de Araujo
*Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores*

Carlos Eduardo Gonzalez Baldi
Diretor de Geração

Lucia Casasanta
*Diretora de Conformidade e
Gestão de Risco*

Alexandre Vagni de Arruda Aniz
Diretor de Administração

Luiz Henrique Hamann
Diretor de Distribuição

José Antônio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

Rodrigo Vilella Ruiz
Contador
CRC-DF 088488/9 O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
Brasília - Distrito Federal

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

(i) Limitação de acesso as informações de investida

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Companhia possui investimento na Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP ("CTEEP"), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo que a CTEEP deixou de mensurar e reconhecer no trimestre findo em 30 de junho de 2016, a atualização do ativo financeiro decorrente dos direitos de indenização relativos aos ativos de transmissão previstos no artigo 15 da Lei nº 12.783/13, em função das definições oriundas da Portaria no. 120, de 20 de abril de 2016 do Ministério das Minas e Energia. Em 30 de junho de 2016, o saldo desse investimento, sem os efeitos de reconhecimento e mensuração da referida atualização, na controladora e consolidado é de R\$ 974.633 mil e R\$ 994.563 mil, respectivamente, e o resultado de equivalência patrimonial é R\$ 14.457 mil e R\$ 32.501 mil na controladora e R\$ 15.143 mil e R\$ 33.552 mil, no consolidado, respectivamente, nos períodos de três e seis meses findos naquela data. Não obtivemos evidência de revisão apropriada e suficiente em relação aos valores correspondentes aos efeitos da citada atualização do investimento em 30 de junho de 2016 e resultado dos períodos de três e seis meses findos naquela data, em virtude de não termos tido acesso às citadas informações da investida.

(ii) Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa 4.1.1, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Lava Jato" e seus desdobramentos, a Administração da Companhia tomou conhecimento, por meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a funcionários e/ou administradores e/ou diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e/ou suas investidas consolidadas e/ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em decorrência, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, a Eletrobras, contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, a Eletrobras criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação destes assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2016 não são conhecidos e não puderam ser estimados pela Companhia. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência destes assuntos nas referidas informações contábeis intermediárias.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e

consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

(i) Continuidade operacional de empresas controladas e coligadas
Conforme mencionado na Nota 15, a controlada Celg Distribuição S.A. e as controladas de geração Eletrobras Termonuclear SA (Eletronuclear) e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) apresentam perdas contínuas em suas operações, capital de giro negativo e/ou passivo a descoberto, e as coligadas Belo Monte Transmissora de Energia S.A., Empresa de Energia São Manoel e Teles Pires Participações S.A. apresentam capital de giro negativo relevante em 30 de junho de 2016.

A continuidade operacional das controladas e coligadas mencionadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas.

Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

(ii) Deliberação quanto à continuidade operacional de empresas controladas - Distribuição
Conforme descrito na Nota 2, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou, em 22 de julho de 2016, a não prorrogação das concessões das controladas distribuidoras de energia Companhia Energética do Piauí - CEPISA; Companhia Energética de Alagoas - CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A - CERON; Boa Vista Energia S.A; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A, além da transferência do controle acionário dessas distribuidoras até 31 de dezembro de 2017 desde que, até a transferência dessas distribuidoras para o novo controlador elas recebam diretamente da União Federal, ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva distribuidora, mantendo o seu equilíbrio econômico e financeiro, sem qualquer aporte de recursos, a qualquer título, pela Eletrobras, caso contrário, que sejam adotadas as providências de sua liquidação.

Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP